

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

KARINA BORTOLANZA

**A TRAJETÓRIA DE UMA IMIGRANTE: ANNA MARIA PAULETTI
RECH (1876-1916) E A ATUAÇÃO FEMININA NAS COLÔNIAS ITALIANAS DO
RIO GRANDE DO SUL**

São Leopoldo
Novembro 2023

KARINA BORTOLANZA

**A TRAJETÓRIA DE UMA IMIGRANTE: ANNA MARIA PAULETTI
RECH (1876-1916) E A ATUAÇÃO FEMININA NAS COLÔNIAS ITALIANAS DO
RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em História, pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Máira Ines Vendrame

São Leopoldo
Novembro 2023

B739t Bortolanza, Karina.
A trajetória de uma imigrante : Anna Maria Pauletti Rech
(1876-1916) e a atuação feminina nas colônias italianas do Rio
Grande do Sul / Karina Bortolanza. – 2023.
154 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.
“Orientadora: Prof.^a Dr.^a Máira Ines Vendrame”.

1. Imigração italiana. 2. Gênero. 3. Trajetória. 4. Rech,
Anna Maria Pauletti, 1876-1916. I. Título.

CDU 325.14(816.5:450)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

KARINA BORTOLANZA

**A TRAJETÓRIA DE UMA IMIGRANTE: ANNA MARIA PAULETTI
RECH (1876-1916) E A ATUAÇÃO FEMININA NAS COLÔNIAS ITALIANAS DO
RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentado(a) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovado em 21 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Máira Ines Vendrame (ORIENTADORA) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Prof. Dr. Alessandro Casellato – Universidade Ca’Foscari de Veneza, Itália

Prof. Dr. Antônio de Ruggiero – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Profa. Dra. Deise Cristina Schell - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à Capes, pelo auxílio financeiro que possibilitou minha dedicação integral ao estudo do mestrado. Aos professores do Programa de Pós Graduação da Universidade do Vale do Rio do Sinos, e principalmente à minha orientadora Máira Inês Vendrame por aceitar estar comigo nesta jornada, que não se deu apenas no mestrado, mas ainda da iniciação científica na graduação. Ela tem sido minha mentora e amiga, um exemplo e inspiração tanto na vida profissional, quanto pessoal.

Gostaria de agradecer à Schaiane Bonissoni, que foi um ombro amigo dos mais importantes, além de ter me auxiliado no mundo acadêmico e na minha dissertação, obrigada por estar comigo neste período. Também ao professor Alexandre Karsburg, pela atenção e dedicação na correção desta dissertação.

Agradeço ao meu psiquiatra e à minha psicóloga que, através de seus conhecimentos e formações, me ajudaram a entender e tratar os sintomas depressivos. Durante a produção desta dissertação momentos de ansiedade e tristeza assolaram meus dias, mas, com a ajuda destes profissionais, consegui melhorar e concluir meu objetivo.

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer ao meu noivo Rodrigo Córdova de Pariz, pelo apoio único que me deu durante esta jornada, ele acreditou em mim e no meu sonho e colaborou para que ele se materializasse no presente trabalho. Obrigada por compreender os momentos difíceis e me fazer acreditar em mim quando estava perdida e com medo de não conseguir atingir meus objetivos.

Por fim, sou grata a todos que de alguma forma estiveram presentes durante essa etapa e viveram ela junto comigo.

RESUMO

Uma camponesa italiana viúva, de 47 anos, mãe de sete filhos e sem futuro na Itália, emigra para um destino incerto no Brasil. Em solo brasileiro, ela cria seus filhos, abre o próprio negócio (pousada para tropeiros em Caxias do Sul) e também coloca em prática seus conhecimentos ligados à saúde, tornando-se parteira. A pesquisa almeja compreender a atuação feminina nas colônias de imigração italiana no Rio Grande do Sul a partir da figura de Anna Maria Pauletti Rech, que aqui chegou em 1876. Por meio dela, busca-se entender os lugares de atuação das mulheres, principalmente as viúvas, desquitadas e/ou solteiras, aquelas que não tinham ao seu lado uma figura masculina como chefe de família. Será utilizada a metodologia de estudos de trajetórias, com ênfase no protagonismo feminino e suas relações com o contexto social. Através do cruzamento de fontes como, por exemplo, periódicos, livros de batismos, documentos da Câmara Municipal de Caxias do Sul e entrevistas, tentaremos compreender melhor as relações da personagem com o contexto da época. Acompanhar o caso da imigrante Anna Rech permitirá que entendamos, também, as diferentes representações criadas para positivar o papel da mulher imigrante. Anna Rech teve uma estátua construída por ocasião dos festejos do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, na década de 1970, visando enaltecer a figura da mulher imigrante como mãe e batalhadora, que abandonou o local de origem para vencer em terras brasileiras. Por fim, ressaltamos a importância deste estudo para auxiliar na compreensão do universo feminino na sociedade formada por imigrantes no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Imigração Italiana, Gênero, Trajetória, Anna Rech.

ABSTRACT

A widowed Italian peasant, 47 years old, mother of seven with no future in Italy, emigrates to an uncertain destination in Brazil. On Brazilian soil, she raises her children, starts her own business (a inn for muleteers in Caxias do Sul), and puts her health-related knowledge into practice, becoming a midwife. The research aims to understand the female role in the Italian immigration colonies in Rio Grande do Sul through the figure of Anna Maria Pauletti Rech, who arrived in 1876. The focus is on the places of action for women, especially widows, divorced, or single, those without a male figure as the head of the family. The methodology involves trajectory studies, emphasizing female protagonism and their relationships with the social context. By cross-referencing sources such as periodicals, baptismal books, documents from the Municipal Chamber of Caxias do Sul, and interviews, we will seek a better understanding of the character's relationships with the contemporary context. Following the case of immigrant Anna Rech will also allow us to understand the different representations created to emphasize the positive role of the female immigrant. Anna Rech had a statue erected during the celebrations of the Centennial of Italian Immigration in Rio Grande do Sul in the 1970s, aiming to exalt the figure of the immigrant woman as a mother and hardworking individual who left her place of origin to succeed in Brazilian lands. Finally, we emphasize the importance of this study in aiding the understanding of the female universe in the society formed by immigrants in Rio Grande do Sul.

Keywords: Italian Immigration, Gender, Trajectory, Anna Rech.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Símbolos do Biênio da colonização do Rio Grande do Sul	38
Figura 2 - Capa e sobrecapa do álbum " <i>Centenario della immigrazione italiana</i> "	40
Figura 3 - Fotografia de Anna Maria Pauletti Rech, tirada no ano de 1912	48
Figura 4 - Fotografia de Bruno Segalla esculpindo a estátua de Anna Rech	50
Figura 5 - Fotografia da inauguração do monumento à Anna Rech.....	50
Figura 6 - Árvore Genealógica da família de Anna	55
Figura 7 - Recorte de matéria do jornal Pioneiro Caxias do Sul.....	61
Figura 8 - Recorte de matéria do jornal Correio Riograndense.....	62
Figura 9 - Fotografia da placa da " <i>Scuola Elementare Statale Anna Rech</i> "	65
Figura 10 - Fotografia do livreto Manual das mães Cristãs	68
Figura 11 - Certificado de nascimento de Anna Rech	74
Figura 12 - Certidão de casamento de Osvaldo Rech e Anna Pauletti	75
Figura 13 - Cartão postal com a foto da localidade de Ana Rech.....	80
Figura 14 - Capa do periódico "A encrenca", publicado em Caxias do Sul.....	84
Figura 15 - Solicitação de auxílio financeiro	103
Figura 16 - Casa e comércio da imigrante Anna Rech, 1927.....	113
Figura 17 - Registro de impostos sobre indústria e produção.....	139

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa da região natal de Anna, Pedavena, na Itália	63
Mapa 2 - Mapa da região onde Anna se instalou, atual bairro Ana Rech, Caxias do Sul.....	64
Mapa 3 - Local onde Anna foi morar após o casamento na Itália.....	77
Mapa 4 - Mapa da colônia Caxias (1875), com destaque para a Linha Leopoldina onde Ana Rech se estabeleceu.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Levantamento de termos.....	85
Tabela 2 - Afilhados de Anna Maria Pauletti Rech.....	100
Tabela 3 - Representação dos lotes do Travessão Leopoldina.....	111
Tabela 4 - Registro de impostos sobre indústria e produção.....	119
Tabela 5 - Registro de impostos sobre indústria e produção.....	129
Tabela 6 - Intendentes de Caxias.....	134

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Levantamento da coluna "Estão Dizendo".....	86
Gráfico 2 - Levantamento de citações sobre mulheres nos periódicos.....	88
Gráfico 3 - Levantamento de citações sobre homens nos periódicos.....	88
Gráfico 4 - Registro de impostos sobre indústria e produção.....	122
Gráfico 5 - Registro de impostos sobre indústria e produção.....	123
Gráfico 6 - Registro de impostos sobre indústria e produção gênero.....	136
Gráfico 7 - Registro de impostos sobre indústria e produção gênero.....	137

LISTA DE SIGLAS

APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

AHMJSA – Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	UMA “HEROÍNA” DE DOIS MUNDOS: A IMIGRANTE ANNA RECH.....	30
2.1	A historiografia da imigração.....	32
2.1.1	As mulheres imigrantes na historiografia da imigração italiana.....	33
2.1.2	A representação do imigrante italiano durante as comemorações do Centenário.....	37
2.2	A monumentalização do imigrante Italiano.....	42
2.2.1	O guardião da memória: um monumento a Anna Rech.....	46
2.2.2	Sobre a imigrante Anna Rech.....	52
2.3	A ressignificação da imagem da imigrante.....	57
2.3.1	A “santa” Anna.....	65
3	“CHEFA DE FAMÍLIA”: UMA MULHER QUE CONTORNOU OS LIMITES DA VIDA PÚBLICA.....	72
3.1	Da Itália para o Brasil: a trajetória de Anna Maria Pauletti Rech.....	73
3.2	O público e o privado: os limites impostos pela sociedade.....	80
3.3	“Estão dizendo”: a honra impressa em papéis públicos.....	84
3.4	“Mister de parteira” e as relações criadas por compadrio.....	95
3.5	Maria Joanna: uma adoção atípica.....	101
4	LA FONDATRICE: UMA VIÚVA ASTUTA E EMPREENDEDORA.....	108
4.1	“A velha Anna Rech tinha uma bodeguinha”: o comércio e pousada da imigrante.....	109
4.2	“Na bela tosata”: o casamento de Giovanna e Custódio.....	114
4.3	Impostos sobre indústrias e profissões.....	116
4.4	“Espírito clarividente”: doações de terras para a comunidade.....	124
4.5	Mulheres donas de suas vidas financeiras na colônia Caxias.....	128
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
6	FONTES E REFERÊNCIAS.....	146

1 INTRODUÇÃO

Meu interesse pela história vem desde criança, quando ficava fascinada com as possibilidades de saber mais sobre nosso passado. Sempre tive muita curiosidade nas histórias contadas pelos meus avós e pessoas mais velhas, ficava encantada escutando eles falarem sobre suas lembranças. Ingressei no curso de história na Universidade do Vale do Rio dos Sinos em 2014. Em 2016, conheci a professora Maíra Ines Vendrame, e fiquei interessada pelas suas pesquisas sobre a imigração, pois venho do interior de Farroupilha, na Serra Gaúcha, região que recebeu imigrantes italianos no século XIX. Após conversas com a professora Maíra, surgiu a possibilidade de uma bolsa de Monitoria. Depois do período de 1 ano como monitora, tornei-me bolsista de Iniciação Científica UNIBIC, inserida no projeto "Deslocamentos, estratégias de acomodação e redes sociais entre as famílias camponesas: Itália e Brasil, século XX". Fiz parte deste projeto de 2017 até o ano de 2019.

Meu trabalho de conclusão de curso foi sobre práticas de cura entre descendentes de imigrantes italianos em Farroupilha. A minha monografia, intitulada "Me gá contato cozi": Crenças e práticas de cura entre descendentes de Imigrantes Italianos na Serra Gaúcha – Séc. XX", foi avaliada no primeiro semestre de 2019. O trabalho se utilizou da metodologia da História Oral para acessar as práticas de cura dentro de comunidades de descendentes italianos. Por fim, conclui a graduação em história pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos na metade do ano de 2019.

Fiquei um semestre parada produzindo meu projeto de mestrado. No segundo semestre de 2020, fui contemplada com bolsa integral na seleção para mestrado na PUCRS, porém, as bolsas foram recolhidas, o que impediu o ingresso no curso. Na seleção seguinte, no primeiro semestre de 2021, fui selecionada com bolsa na PUCRS e também na UNISINOS. Por ter sido já orientanda da professora Maíra, optei por cursar o mestrado na UNISINOS.

Ingressei no curso de mestrado pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos sob orientação da professora Maíra Ines Vendrame, com bolsa integral da CAPES. Meu projeto de pesquisa busca analisar a trajetória da imigrante

Anna Maria Pauletti Rech e a atuação feminina nas colônias de imigração italiana no Rio Grande do Sul, entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX.

A pesquisa busca também debater com a historiografia produzida sobre a imigração italiana que estudou as mulheres e sua participação na sociedade colonial. É importante compreender a inserção feminina em diferentes meios sociais por meio de cruzamento de fontes variadas. A imigrante Anna teve uma estátua construída durante o Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, na década de 1970, uma maneira de positivar o papel da mulher imigrante. Utilizarei como fontes na pesquisa fotos, jornais, entrevistas, registros de impostos, registros batismais e livros comemorativos.

Anna Maria Pauletti nasceu no dia primeiro de outubro de 1828, na região do Pren, norte da Itália. Era filha de Giovanni Pauletti e Maria Rocen di Marco. Aos 19 anos, casou-se com Osvaldo Rech, no dia 20 de novembro de 1847¹. Juntos tiveram nove filhos: Maria Teresa, Ângelo, Teresa, Giuseppe, Líbera, Giuseppe, Vítório, Maria Joana e João. Sua filha mais velha, Maria Teresa, casou-se com Pietro Menegat em 1868, e, no mesmo ano, faleceu na Itália. O primeiro filho homem, Giuseppe, faleceu logo após seu nascimento; assim, o próximo filho homem recebeu o mesmo nome do irmão falecido.

Osvaldo e Anna viviam com a sua família no *comune* de Pedavena, localizado na província de Belluno, região do Vêneto, mais precisamente em um povoado chamado de Murle. Trabalhavam como empregados em atividades agrícolas através de um contrato agrário. Osvaldo sofria com dores causadas por uma hérnia e, no natal de 1875, veio a falecer. A viúva Anna, com os sete filhos, dependiam da renovação do contrato para continuar a tirar sustento das atividades agrícolas na Itália (LIOTTA, 2016, p. 10).

Frente a possibilidade de imigrar para o Brasil, Anna, juntamente com seus filhos, aventura-se rumo a terras distantes. Certamente, a tomada da decisão não foi uma escolha fácil. Mas, mesmo assim, decidiu deixar seu pequeno *paese* e buscar uma oportunidade para

¹ Informações encontradas no livro "*Origens e descendência de Anna Pauletti Rech*", organizado pelo Pe. João Leonir Dall'Alba (2003).

melhorar a vida da família em terras brasileiras. Em 12 de outubro de 1876, ela e os sete filhos embarcam para o Brasil.

Em território brasileiro, Anna e sua família se destinaram para o Rio Grande do Sul, estabelecendo-se na colônia Caxias, localizada na região da Serra Gaúcha, local que começou a receber levas de imigrantes italianos a partir de 1870. Anna se estabelece junto com os filhos no lote 104, do Travessão Leopoldina. Inicialmente, Anna tirava seu sustento apenas do trabalho agrícola; em seguida, ao perceber que suas instalações estavam localizadas no caminho percorrido por tropeiros, a imigrante tomou a decisão de abrir uma casa de comércio. Essa se tornou parada de tropeiros, viajantes e comerciantes que percorriam o caminho que ligava a Colônia Caxias aos Campos de Cima da Serra. Logo em seguida, a viúva decidiu abrir junto ao estabelecimento comercial uma hospedaria, fornecendo abrigo para os viajantes que passavam pelo então chamado Travessão Leopoldina.²

Assim como Anna, milhares de camponeses saíram da Itália nutrindo a expectativa de encontrarem um mundo melhor, já que a Itália recém-unificada (1861) colocava uma série de dificuldades para eles, tanto do ponto de vista econômico quanto político e cultural. As crises agrícolas faziam aumentar a quantidade de camponeses insatisfeitos, cada vez mais preocupados com a sobrevivência das suas famílias. No norte da península itálica, alguns padres passaram a atuar como incentivadores dos deslocamentos de seus paroquianos, estimulando a imigração para lugares como o Brasil. Além de incentivarem grupos de famílias camponesas a buscarem oportunidades na América, muitos sacerdotes decidiram também partir junto com seus paroquianos, estabelecendo-se nas comunidades recém-constituídas pelos conterrâneos no além mar, como nos núcleos de colonização europeia do sul do Brasil. (VENDRAME, 2013).

Para entender como as famílias que viviam no campo saíram do território italiano, Maíra Vendrame (2016, p. 91) ressalta que a “emigração deve ser compreendida em um

² Segundo Pe. João Leonir Dall'Alba "Em 1906, no Ofício da nomeação da Professora Hercília Petry, pela primeira vez o Governo do Estado nomeia a povoação como Ana Rech" (2003, p. 11). No ano de 19076 é a primeira vez que o Estado reconhece o povoado como Ana Rech, anteriormente era denominado Travessão Leopoldina ou então Oitava Légua.

quadro de estratégias complexas e de arranjo das demandas dos camponeses proprietários. Nesse sentido, é equivocada a ideia do deslocamento como fruto de uma desordenada fuga de miseráveis”. É importante ressaltar que boa parte destes emigrantes não abandonou sua terra sem ter uma garantia de que pudessem retornar, caso alguma coisa desse errado nas novas terras no além-mar. Como reforça Vendrame (2016), os primeiros que partiam só o faziam após terem vendido parte de seus bens, porém não a totalidade. Assim, as primeiras famílias que imigraram para o Brasil partiram com algum recurso financeiro, além de também poderem contar com o apoio dos parentes que ficaram e que eram, geralmente, aqueles que iriam administrar as posses remanescentes.

Com relação às dificuldades enfrentadas pelos italianos, especialmente os da região do Vêneto da década de 1870, Rovílio Costa (1996, p. 252) afirma que “a pobreza era o traço comum”, o que os fazia infelizes e temerosos, ainda mais pelas guerras e epidemias que constantemente os assolavam. Porém, é importante salientar que nem todos que optavam por emigrar se encontravam em situação de miséria ou eram camponeses destituídos de terras e outros bens.

Em 1875, começam a chegar os primeiros grupos de imigrantes italianos ao território sul-rio-grandense, estabelecendo-se nos núcleos coloniais fundados na região da Serra Gaúcha. Neste lugar, localizado na parte nordeste do Rio Grande do Sul, foram fundadas as três primeiras colônias, sendo elas: Colônia Caxias, hoje compreendendo a atual cidade de Caxias do Sul e Farroupilha; colônia Conde d'Eu, hoje Garibaldi; e a colônia Dona Isabel, correspondente à cidade de Bento Gonçalves. Posteriormente, em 1877, foi criado um quarto núcleo de colonização italiana, esse localizado na região central do Rio Grande do Sul. Deve-se ressaltar que a divisão política/geográfica quando da fundação das áreas coloniais não permaneceu a mesma. Lugares que, atualmente, pertencem ao município de Farroupilha, antes faziam parte do território de Bento Gonçalves e Caxias do Sul.

Para essa pesquisa, a trajetória de Anna Rech servirá também para compreender de que maneira a mulher imigrante aparece na historiografia que trata da imigração italiana e dos lugares de colonização no Rio Grande do Sul. Igualmente é preciso entender como os imigrantes italianos de um modo geral são representados nos estudos.

Os historiadores que escreveram sobre a população imigrante, no período em que se comemorava o Cinquentenário da Imigração Italiana no Brasil (1925), exaltaram as qualidades de alguns indivíduos.³ A publicação tinha como principal objetivo exaltar os imigrantes italianos, fazendo relação com os heróis italianos da Revolução Farroupilha, como a figura de Giuseppe Garibaldi (CONSTANTINO, 2011, p. 157-164). O imigrante italiano empreendedor ganha destaque nas páginas dos álbuns do *Cinquentenário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*, como destaca Maria Catarina Zanini:

Essas representações ganhavam força pelos exemplos individuais de imigrantes que haviam enriquecido e em comemorações como as efetuadas no Cinquentenário da Colonização Italiana no estado do Rio Grande do Sul, em 1925 – quando, numa parceria entre o governo local e o italiano, foi elaborado um álbum escrito em língua italiana, no qual se exaltavam à exaustão as virtudes e o empreendedorismo dos colonos italianos. A publicação é uma reverência aos frutos do trabalho dos pioneiros na América brasileira, bem como das virtudes civilizatórias que estes teriam transplantado da Itália para cá (2004, p. 54).

O imigrante italiano no meio urbano é evidenciado no álbum do cinquentenário assim como o crescimento das regiões de colonização italiana através do empreendedorismo da população imigrante. Reverenciar a figura do empreendedor imigrante e seus negócios claramente era o intuito da publicação comemorativa⁴.

O livro comemorativo “*Cinquantenario della colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud*” tinha como intuito fortalecer a imagem dos “heróis” italianos, figuras importantes para a história do Rio Grande do Sul como um todo, mas principalmente economicamente. O imigrante trabalhador, ordeiro, que fez riqueza através de seu trabalho árduo e honesto. A historiografia da imigração italiana sofreu inúmeras transformações na maneira de tratar o tema ao longo do tempo. Segundo Núncia Constantino, houve uma primeira fase que procurou

³ Os dois volumes publicados no álbum comemorativo do cinquentenário intitulado *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*, organizado por Mansueto Bernardi e publicado no ano de 1925.

⁴ O volume II do álbum do *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud (1875-1925): Il Municipi dello Stato e le Industrie ed i Commerci degli Italiani e loro discendenti*, publicado em 1925, ao longo de suas páginas traz inúmeros comércios e indústrias criadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes.

ligar as regiões de colonização italiana a nomes de personalidades importantes do Rio Grande do Sul.⁵ Neste período também é possível destacar escritos que fazem propaganda da imigração, assim como expandem a ideia de uma vida melhor no Brasil. Segundo Constantino:

É o caso daqueles publicados por Roque Callage, Clodomiro Carriconde ou Archymedes Fortini, contaminados pelo conceito norte-americano do *melting pot*. Foram sucedidos por outros estudos que fizeram apologia aos imigrantes e aos seus descendentes, apresentando-os de forma homogênea e idealizada, como heróis que venceram sozinhos todas as adversidades graças às qualidades naturais da sua etnia, longe do apoio das autoridades. Assinavam essa historiografia de personagens inseridos na sociedade colonial como membros do clero secular e de ordens religiosas, viajantes italianos interessados na emigração, publicistas vinculados aos partidos da direita italiana, diplomatas, memorialistas, missivistas, cujos escritos foram posteriormente reelaborados e mil vezes divulgados (CONSTANTINO, 2011, p. 5).

Ainda de acordo com Núncia S. de Constantino (2011, p. 4), “no período de ascensão do fascismo na Itália, quando são fortes as lideranças no grupo italiano do Rio Grande do Sul, a historiografia sobre os imigrantes fica contaminada pela ação da diplomacia”. Passam, portanto, a ser valorizados os imigrantes a partir de uma ideia da “Nova Itália de Mussolini”, que “tratou de construir outra representação, vigorosamente divulgada pela ação diplomática: aquela imagem dos operosos cidadãos italianos no exterior, tributários de uma valorosa pátria-mãe”.

Nas comemorações do Centenário da Imigração ao Rio Grande do Sul, em 1975, o destaque se voltou ao imigrante camponês anônimo, seu “heroísmo” e “força” que, frente às dificuldades enfrentadas, venceu para formar uma das regiões mais prósperas do Rio Grande do Sul. Neste período, passa-se a destacar aspectos que irão reforçar estereótipos. O imigrante sofrido, que se viu forçado a abandonar a terra natal, superou as dificuldades de uma viagem árdua e com coragem se estabeleceu em terras desconhecidas.

⁵ Um tipo de regionalismo que pode ser percebido já no momento de renomear as regiões ocupadas por imigrantes: em 1890, a colônia Dona Isabel é emancipada como município, recebendo o nome de Bento Gonçalves, em homenagem ao principal chefe farroupilha; Conde d’Eu, por sua vez, é emancipada em 1900, como município de Garibaldi (CONSTANTINO, 2011, p. 3).

Uma representação dos “heróis” imigrantes durante os festejos do Centenário da imigração italiana fortaleceu a presença e atuação dos homens. Ressaltando sua perseverança com os negócios, seu dom nato como chefes de famílias e responsáveis pelo progresso econômico das regiões onde se instalaram, as representações masculinas acabaram por eclipsar as poucas mulheres que receberam alguma atenção. Elas, quando apareciam, estavam associadas ao pai ou ao marido, nunca sozinhas. O caso da imigrante Anna Maria Pauletti foi uma exceção.

É possível notar que os trabalhos produzidos pelos estudiosos da “geração de 1975” consolidam uma percepção idealizada, romantizada do imigrante e da sociedade fundada pelos italianos no território sul-rio-grandense.

O imigrante era o herói que vencera sozinho todas as adversidades, graças às qualidades naturais da sua etnia, apesar das autoridades opressoras. Tal historiografia foi responsabilidade de pesquisadores inseridos na sociedade colonial, especialmente padres católicos. Reelaborados e divulgados, seus escritos reforçam o mito do trabalho, da religiosidade, da solidariedade e harmonia entre os colonos, da visão alegre de mundo, da solidez da ordem familiar, entre outros atributos (CONSTANTINO, 2011, p. 6).

Aspectos como a religiosidade, a força, a benevolência e a dedicação ao trabalho são questões bastante exaltadas, sendo elas definidoras da conduta da população nas regiões coloniais. Como ressalta Constantino (2011), foi apenas no centenário que o tema (imigração italiana) adentra na academia, porém, isso não impediu a proliferação de monografias que enalteciam a figura do imigrante.

Nota-se essa questão do heroísmo do imigrante ao ler livros como o de Olívio Manfroi (1975). Para este autor, os imigrantes italianos e seus descendentes foram responsáveis por tornar algumas das regiões de colonização italiana no Rio Grande do Sul as mais prósperas: “A história dessa epopeia foi marcada por lutas e sofrimentos, mas o sucesso final suscita em todos os que conhecem uma profunda admiração” (MANFROI, 1975, p. 65).

Essas obras ainda ressaltam que os italianos foram abandonados pelas autoridades brasileiras assim que chegaram aos núcleos coloniais, tendo enfrentado muitas dificuldades para conseguir superá-las, já que houve o não cumprimento das promessas que a eles haviam

sido feitas. De acordo com Manfroi (1975, p. 65), um “regime de abandono conheceu a maioria dos imigrantes italianos, enviados pelo governo geral e acolhidos pelas autoridades provinciais”. Também foram criticadas as propagandas realizadas na Europa pelos representantes do Império Brasileiro para atrair imigrantes. As autoridades falharam e não cumpriram com suas promessas realizadas aos italianos na terra de origem.

(...) os favores prometidos aos imigrantes, tais como: o transporte gratuito até a colônia, a hospedagem, a ajuda financeira para a construção da casa e para a alimentação, o trabalho remunerado 15 dias por mês, a concessão de sementes e instrumentos agrícolas, a assistência médica e religiosa, e ainda outros serviços que o Estado havia prometido, foram suprimidos em 1890, restabelecidos em 1896 e, finalmente, modificados em 1898 (MANFROI, 1975, p. 67).

O destaque para as promessas que não foram cumpridas, tornando os imigrantes vítimas, é algo que fica evidente na historiografia produzida a partir da década de 70 do século XX, como a apresentada acima. Contudo, é importante ressaltar que nem todos os imigrantes se viam ou se imaginavam como vítimas das autoridades.

Tornar heróis os imigrantes e vangloriar as vitórias são aspectos que se sobressaem em alguns trabalhos, como os de Luís De Boni (1991/1996/1997), Olívio Manfroi e Rovílio Costa (1975/1992), que foram escritos durante as comemorações do centenário de imigração italiana no Rio Grande do Sul. Conforme destaca Maíra Vendrame (2007, p. 29), "os trabalhos surgidos a partir da comemoração do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul não podem estar desligados de seu contexto".

Porém, nas últimas duas décadas começaram a surgir estudos que passaram a questionar as visões idealizadas sobre os imigrantes italianos, abrindo, assim, novos caminhos para a compreensão das diferentes experiências vivenciadas por homens e mulheres que se encontravam estabelecidos nas regiões de colonização italiana. Os estudos de Maíra Vendrame (2016) e Yonissa Wadi (2009) apresentam outros aspectos sobre a vida dos imigrantes, discutindo temas como conflitos, família e crimes em comunidades de imigrantes italianos. Mas isto é resultado de uma nova fase da historiografia da imigração, sendo os trabalhos pioneiros o de Núncia Constantino (2011), que trata dos italianos no meio urbano de Porto Alegre, os de Maíra Vendrame (2007; 2016; 2017) e Dilse Corteze (2002). Tais

pesquisas procuraram se contrapor a imagens idealizadas dos imigrantes italianos, tanto os que se fixaram na capital Porto Alegre quanto nos núcleos coloniais, apontando para a heterogeneidade do grupo imigrante.

Ao analisar cartas de imigrantes destinadas aos seus parentes na Itália, Vendrame (2017, p. 73) aponta que “o processo migratório foi articulado por algumas famílias, o que reflete a existência de um projeto coletivo pensado e, conseqüentemente, rearticulado após a partida de um ou mais indivíduos”. Muitos dos imigrantes buscavam mostrar as vantagens dos deslocamentos para os parentes e conhecidos que haviam ficado nos locais de origem, bem como também procuravam informar e orientar novas saídas, o que garantiria a união de grupos familiares nas regiões coloniais e o cumprimento dos projetos coletivos firmados antes da partida para América. Nessa nova fase da historiografia, a participação feminina nas colônias também passou a ganhar destaque. Essa nova historiografia vem analisando o processo de e/imigração a partir de outros ângulos, apresentando novas perspectivas, questionando, assim, alguns consensos historiográficos criados.

Obras produzidas ao longo do século XX,⁶ para além dos aspectos ligadas ao sofrimento, dificuldades e isolamento enfrentados pelo grupo imigrantes, trouxeram fontes primárias importantes que seriam reutilizadas em estudos recentes.⁷ No caso da presença feminina, quando apareciam nesta historiografia tradicional, surgem como coadjuvantes de seu esposo, pai ou até mesmo de seus filhos. Pouco se sabe sobre elas e quando aparecem o que é destacado são suas habilidades no cuidado da casa e dos filhos, em seus papéis enquanto esposas e mães. Em estudos como o de Loraine Giron (2008), *Dominação e subordinação: mulheres e trabalho na pequena propriedade*, as mulheres tinham horários de trabalho mais dilatados que os homens, visto que além de ajudar na lavoura, faziam todas as tarefas

⁶ Obras como: *Assim vivem os italianos* – Vol I, II e III, de Rovílio Costa e Arlindo Battistel; Os livros comemorativos *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud* – Vol I e II; e o *Centenario della immigrazione italiana; As colônias italianas Dona Isabel e Conde d’Eu*, de Rovílio Costa, Luiz De Boni, Nilo Salvaggi e Élyo Grison; *Povoadores da Quarta colônia* de José Vicente Righi, Edir Bisognin e Valmor Torri; *A presença italiana no Brasil* - Vol. I, de Luis De Boni; *Far la mérica: A presença italiana no Rio Grande do Sul* de Luis De Boni e Rovílio Costa.

⁷ Destacam-se os trabalhos de Maíra Ines Vendrame (2007; 2016), Núncia Constantino (2011) e Yonissa Wadi (2009).

domésticas. Contudo, o crédito pelo sucesso econômico da família era destinado aos homens, cujas atividades financeiras se davam no âmbito público.

Ao analisar a trajetória da imigrante Anna Rech, buscamos compreender os espaços de atuação feminina que se diferenciavam dos que eram impostos pela sociedade, ligados à maternidade, a ser esposa e dona de casa. Giron (1996, p. 294) destaca que “a fraqueza parece ter sido um estereótipo atribuído pelo grupo social ao sexo feminino”. Contudo, é através de casos como o de Anna Rech que poderemos problematizar este consenso social e historiográfico, ligando nosso trabalho às investigações atuais que buscam compreender as escolhas e agência das mulheres imigrantes nas regiões de imigração do Rio Grande do Sul.

Como destaca Vendrame (2017, p. 129), o sucesso ou o fracasso das mulheres imigrantes que escolheram enfrentar o mundo sem um marido dependiam muito do apoio que recebiam do grupo familiar e das redes sociais formadas e alimentadas por elas. Que decisões e estratégias permitiram que Anna Rech alcançasse reconhecimento social e sucesso econômico na região colonial em que se estabeleceu? De que maneira conseguiu garantir aceitação social na comunidade colonial fundada por conterrâneos?

A presente dissertação busca compreender aspectos ligados à realidade social e cultural da população imigrante no Rio Grande Sul, tomando como fio condutor as experiências vivenciadas por Anna Pauletti Rech, viúva que imigra para o Brasil aos 47 anos de idade na companhia dos sete filhos.

Nos anos de 1970, Ana Rech seria homenageada através da construção de uma estátua no lugar onde residiu durante todo o tempo em que viveu no Brasil. Considerada “digna” da homenagem⁸ por ser “a fundadora” da localidade, Anna é exaltada enquanto exemplo de mulher, sendo destacadas algumas das características da sua trajetória. Através da presente pesquisa, buscamos compreender aspectos que marcaram a vida das mulheres imigrantes nas regiões de colônias do Rio Grande do Sul.

⁸ No livro do Pe. João Leonor Dall’Alba, (1987, p. 54) intitulado *História do povo de Ana Rech* o autor coloca como sendo traços da imigrante ser “caridosa, pela amizade que a ligava a quase todas as famílias da região”.

A problemática central da pesquisa é compreender a ascensão de uma viúva que migra da Itália para o Brasil, se estabelece na colônia de Caxias, na Serra Gaúcha, conquista sucesso econômico e prestígio social.

Anna Pauletti Rech atuou também como parteira e benzedeira na localidade da 8ª légua da colônia de Caxias, atualmente bairro de Ana Rech, na cidade de Caxias do Sul. Investigar as habilidades de Anna como benzedeira e parteira é indispensável para entendermos os espaços de atuação das mulheres nas colônias. Mulheres tinham padrões de comportamento que deviam ser seguidos, e Anna foi uma mulher viúva que obteve respeito mesmo sem estar sob a tutela de um marido⁹, além de comandar uma hospedaria para tropeiros. Porém, a prosperidade de Anna e suas relações sociais não a livraram de ser alvo de fofocas, falatórios e críticas, assim como muitos casos de imigrantes na mesma posição.¹⁰

A respeito da atuação de Anna Rech como parteira, sabemos que nas regiões colonizadas por italianos na Serra Gaúcha “o número de mulheres no universo da cura possivelmente era maior do que o número de homens (Bortolanza, 2019, p. 22). Segundo Nikelen Witter (2001, p. 108), “embora o curandeirismo fosse praticado por ambos os sexos, era mais comum que se associasse mulheres curandeiras à feitiçaria”, um medo que permeava os pensamentos da população pelo poder em mãos femininas. Algumas dessas mulheres, além disso, eram consideradas “bruxas” por serem de “má índole” e de “conduta duvidosa”. Anna Rech, segundo Giron (2001), atuava na colônia de Caxias como parteira e curandeira, visto que era conhecedora de chás e do corpo feminino.

Assim como ressalta Vendrame (2017, p. 124), “a atuação das italianas como parteiras, curandeiras e comerciantes, bem como as implicações de tais trabalhos para o grupo familiar, aparecem como temas a serem estudados”. Segundo a referida autora, olhar para as condutas

⁹ É importante ressaltar que dos sete filhos que vieram com Anna, quatro eram maiores de idade e três menores de 18 anos. Porém, ao que tudo indica, Anna Rech teve em seu filho primogênito, Angelo, apoio importante para construir seu patrimônio social e material.

¹⁰ No artigo de Maíra Inês Vendrame (2017), intitulado *Donas do próprio destino: experiências transnacionais de imigrantes italianos no Brasil Meridional*, a autora apresenta trajetória de algumas imigrantes. A forma como Vendrame aborda as trajetórias servirá de inspiração para nosso trabalho.

femininas abre um leque de possibilidades para a compreensão do universo camponês/imigrante feminino, ideais e condutas vindas com eles/as do além-mar.

Não imune aos falatórios sobre suas atividades, Anna viveu em uma sociedade patriarcal em que a esfera pública (comércio, negócios, bares) era reservada aos homens e a casa e família às mulheres. Contudo, a imigrante teve uma vida pública bastante ativa, cuidou de uma casa de comércio e também atuou como parteira.

Nos indagamos como uma mulher, viúva, sem uma figura masculina ao seu lado, conseguiu manter uma vida pública em uma sociedade onde cabia às mulheres os trabalhos ligados à esfera privada. É importante destacar que Anna, até o momento, foi a única imigrante mulher a obter uma estátua em sua homenagem e uma localidade com seu nome. No entanto, cabe evidenciar que seu reconhecimento enquanto exemplo de mulher imigrante não veio logo após sua morte, mas depois de quase meio século. Como hipótese, afirmamos que sua história foi ressignificada por ocasião dos festejos do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, muitos anos após a morte dela.

A presente pesquisa busca conferir visibilidade para as mulheres nas colônias de imigração, especialmente aquelas que eram chefes de família. Buscamos analisar a atuação feminina a partir da figura de Anna Pauletti Rech, buscando reconstruir suas relações sociais dentro do contexto da época. O recorte temporal da pesquisa inicia em 1877, ano em que a viúva chegou no Brasil, até 1977, ano em que completa o centenário da chegada da imigrante à colônia Caxias.

Além de procurar compreender a participação feminina em diferentes esferas da vida local, as atividades econômicas e sociais, as relações e vínculos de amizade, solidariedade e proteção, pretendemos também verificar as diferentes representações criadas para positivar o papel da mulher imigrante. Para isso, utilizaremos fontes de natureza diversas, bem como estabelecemos diálogo com autores que discutem sobre o estudo de trajetórias.

Nos últimos anos, a análise de trajetórias procurou retomar a complexidade nas análises dos sujeitos históricos, inserindo-os em diferentes contextos e situações, sem buscar uma linearidade na vida, mas, antes, recuperar as incertezas de cada escolha. Estudos de

trajetória pretendem ser a reconstrução dos momentos, das situações de pessoas que, observadas com olhar analítico, em um âmbito circunscrito, recuperam um peso e uma cor.

A metodologia de trajetória será usada para analisar a personagem Anna Pauletti Rech, desde a Itália, em 1876, até sua morte na colônia de Caxias, no ano de 1916. Usarei como fonte o livro do italiano Salvatore Liotta (2016), intitulado *A viagem de Anna Rech*. Mesmo sendo do gênero literário, ele se baseia em fontes históricas encontradas pelo autor na Itália e no Brasil. Liotta narra desde a morte de Osvaldo Rech, esposo de Anna, até a morte desta em terras gaúchas. Também serão utilizados outros livros que falam sobre Anna, como, por exemplo, *História do povo de Anna Rech*, onde um dos escritores é o Pe. João Leonir Dall’Alba. A obra retrata a história da localidade nomeada de Ana Rech, atualmente bairro de Caxias do Sul. A partir desta, pretende-se destacar aspectos deixados pela imigrante como legado para os moradores do local, assim como documentos referentes a ela, como escrituras e pedidos para a prefeitura.

O método utilizado pelos estudos de trajetórias consiste em uma análise não apenas do indivíduo, mas, principalmente, do contexto em que as mulheres e homens estudados se encontravam inseridos. Segundo Maíra Vendrame e Alexandre Karsburg (2016, p. 93), para realizar esta observação pode-se utilizar o “recorte horizontal”, ou seja: “devemos eleger um centro, um alvo bem específico, que pode ser o nome próprio de alguém ou um recorte espacial preciso”. Ao escolher a figura de Anna Pauletti Rech como mulher a ser estudada, optou-se por trabalhar com o contexto de saída da Itália, passando pela inserção dela na sociedade colonial do sul do Brasil acompanhando sua vida como comerciante e parteira. Contudo, Karsburg e Vendrame (2016, p. 93) ressaltam que é necessário o uso de um maior número de fontes possível para reconstruir trajetórias, sendo que “nenhum documento deverá ser excluído a priori, bem como nenhuma notícia deve ser eliminada. A ideia é mergulhar totalmente em um tempo”. Nesse sentido, o método busca reconstruir o contexto em que a personagem pesquisada se encontrava inserida, com o máximo de informações e documentos possíveis de serem utilizados. Através de um percurso queremos mapear as estratégias de subsistência e inserção social da imigrante viúva. Com o estudo da trajetória de Anna Rech, poderemos compreender melhor as margens de atuação de figuras femininas como a dela.

Estudar os imigrantes italianos a partir de um viés microanalítico é muito útil para a historiografia no que diz respeito aos estudos sobre as experiências de homens e mulheres em contextos migratórios, suas estratégias de inserção social, as escolhas bem-sucedidas e fracassadas. Não podemos totalizar e generalizar a história da imigração italiana como sendo uma só, linear e coesa, e sim expor outras versões dos imigrantes pouco abordadas ainda entre os estudiosos da imigração.

A metodologia da micro-história surgiu na década de setenta na Itália. Desde então ela passou a ter "crescente aceitação entre os pesquisadores que, através de uma abordagem etnográfica, buscavam compreender as práticas sociais e culturais das sociedades camponesas". (VENDRAME, 2018, p. 268). Por conta da insatisfação diante os outros modelos de análise, a micro-história surgiu com a proposta de um diálogo entre a etno-história, a econômica e principalmente a antropologia. O método micro-histórico busca ressaltar a análise das redes sociais e dos vínculos interpessoais (VENDRAME, 2018, p. 269). Historiadores como Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e Edoardo Grendi são os precursores do método analítico da micro-história.

Partindo do pressuposto de uma redução de escala, Carlo Ginzburg afirma que "as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido" (GINZBURG, 1989, p. 175). A redução de escala proposta pelos historiadores sugere uma observação a partir de baixo. Segundo Ginzburg, a micro-história recomenda uma investigação qualitativa e exaustiva ao mesmo tempo, uma busca incessante por casos relevantes, ou como Grendi chamava, o "excepcional normal". Ela busca "indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer" (GINZBURG, 1989, p. 177).

Giovanni Levi salienta que a micro-história "parte de uma imagem da história enquanto ciência das perguntas gerais e das respostas locais" (LEVI, 2016, p. 20). Ou seja, "examinar cada forma concreta na sua dinâmica e complexidade" (LEVI, 2016, p. 21). Para tal, é necessário compreender as variadas racionalidades existentes e utilizá-las para contribuir na análise.

Segundo o antropólogo Fredrik Barth, precisamos seguir os volteios para evitar prejudicar quais são os parâmetros, padrões e focos significativos. Desta forma, concorda que o recomendável é começar não a partir de cima, mas a partir dos atores sociais, identificando suas atividades e redes (BARTH, 2000, p. 179). Seguir os volteios que Barth ressalta, faz parte do método analítico da micro-história, no qual reduzir a escala se faz necessário para compreender as diversas racionalidades e enxergar o indivíduo. Para o referido autor, o conceito de "sociedade" é útil nas análises de relações sociais para se "pensar na sociedade como o contexto de ações e de resultados de ações, e não como uma coisa" (BARTH, 2000, p. 186).

Os estudos de trajetórias e biografias optaram pela perspectiva da micro-história, ganhando destaque nas últimas décadas. Segundo Benito Schmidt, a partir das biografias os historiadores conseguiram avaliar a liberdade do indivíduo e sua singularidade em diferentes contextos (SCHIMIDT, 2012, p. 194). Giovanni Levi (1996, p. 168) ressalta a utilização das biografias pelos historiadores:

Ao meu ver, a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia, sobretudo as relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humana.

As biografias são ambíguas e difíceis de serem trabalhadas na historiografia, pois, segundo Giovanni Levi, a falta de neutralidade da documentação leva muitas vezes a explicações monocausais e lineares (LEVI, 1996, p. 173). Contudo, se aplicada a metodologia correta na análise destes documentos é possível, segundo Giovanni Levi, conceber de outro modo a questão do funcionamento efetivo das normas sociais, isto se a ênfase recai sobre o destino de um personagem, a fim de interpretar a rede de relações e obrigações externas nas quais ele se insere (LEVI, 1996, p. 179).

Ademais, a metodologia da micro-história muito tem a colaborar para os estudos migratórios, segundo Maíra Vendrame. Ela permite “repensar as estratégias familiares de sobrevivência e deslocamento no território da península Itálica durante o Antigo Regime”, bem como as migrações transatlânticas da segunda metade do oitocentos. (VENDRAME,

2018, p. 272). A utilização do conceito de "cadeias migratórias", que eram as relações que os italianos possuíam com quem já estava em território Americano antes de saírem da Itália, serviu para compreender como os camponeses se inteiravam das oportunidades no além-mar (VENDRAME, 2018, 273). Utilizar o conceito de cadeias migratórias permitiu ver os imigrantes como sujeitos ativos na articulação das migrações e nas escolhas em relação a uma série de aspectos que envolvia a decisão de partir. Segundo Maíra Vendrame (2018, p. 274):

As migrações transoceânicas foram interpretadas dentro de uma "cultura da mobilidade" muito presente na península itálica desde o Antigo Regime. Além da questão econômica, surgiram outros fatores, esses mais ligados às lógicas e estratégias de reprodução das famílias, que começaram a ganhar destaque.

Dessa maneira, o discurso das mobilidades apenas por questões econômicas foi contestado e outros motivos que impulsionaram as migrações surgiram através dos novos estudos que se utilizaram do conceito de "cadeias migratórias".

Para compreender as dinâmicas migratórias, segundo Maíra Vendrame, se faz necessária a utilização de novas técnicas e fontes, que permitam aprofundar o entendimento das cadeias e redes, buscando compreender suas racionalidades de funcionamento (VENDRAME, 2018, p. 274). Estas novas fontes podem ser arquivos antes menosprezados pelos pesquisadores, como fontes batismais, processos criminais, entrevistas etc.

Tendo em vista os aspectos observados, seguir a trajetória da imigrante Anna Maria Pauletti Rech é percebida como indispensável para a compreensão das racionalidades e papel das redes migratórias. A aplicação da metodologia microanalítica no estudo do percurso da referida imigrante possibilita abordar questões sociais, culturais e de gênero não contempladas pela historiografia já existente sobre a imigração italiana.

Os estudos microanalíticos permitem uma análise microscópica do objeto de estudo, neste caso, a imigração italiana que, por muito tempo, foi abordada pela historiografia a partir de um viés masculino. Estes estudos buscaram enaltecer a figura do imigrante italiano, como ordeiro, trabalhador e honesto. Enquanto a mulher foi representada nestes estudos como mãe, esposa, dona de casa e religiosa, exatamente como Anna Rech foi descrita nas publicações da época das comemorações do Centenário da imigração italiana. É preciso ter cuidado ao se

utilizar fontes biográficas, visto que é fácil cair no encanto de uma biografia. É preciso ser metucioso e cuidadoso para não se encantar com o biografado, e ver além disso, entendendo contexto em que a personagem se encontrava inserida. Anna Rech foi analisada por alguns estudiosos e conhecidos seus. Para esta pesquisa, o viés das biografias dela serão enriquecedores para mapear aspectos que outros documentos não mostram, como o que Anna queria que ficasse como legado e o que as biografias pretendiam deixar sobre ela. O método da micro-história será útil na análise da trajetória da Anna, visto que a partir do seu percurso é possível acessar outras facetas da imigrante que ainda não foram estudadas.

Utilizaremos como fonte na presente pesquisa jornais escritos¹¹ durante o período em que Anna viveu na colônia de Caxias, especialmente entre 1897 e 1914. No jornal *A Encrenca* pudemos perceber denúncias em relação às condutas femininas tidas como impróprias, principalmente em relação a questões envolvendo honra. Acreditamos que a partir destas reportagens poderemos nos aproximar dos valores que determinavam os comportamentos, o que era esperado, por exemplo, da figura feminina na época.

Iremos utilizar outras fontes para a elaboração desta pesquisa como, por exemplo: petições, registros de impostos, documentos (certidões de nascimento, óbito e casamento), entrevistas, livros batismais, fotos e livros comemorativos.

As entrevistas que serão aqui utilizadas foram realizadas com imigrantes/descendentes em projetos desenvolvidos pela Universidade de Caxias do Sul. Faremos o reuso dessas entrevistas, bem como utilizaremos as que se encontram publicadas no livro *Assim vivem os italianos*, de Battistel e Costa (1982-1983). Ali, existem inúmeras entrevistas com mulheres sobre vários assuntos. Contudo, ressaltamos que trabalhar com entrevistas não realizadas pelo pesquisador, mas por terceiros, acarreta um grau de dificuldade maior. Porém, autoras como Verena Alberti e Luciana Heymann (2018) discutem a possibilidade de “reuso” deste tipo de material.

¹¹ Para trabalhar com os periódicos utilizaremos referenciais como: Tania Regina de Luca (2005), Sidney Chalhoub (1986), Maria do Carmo Pinto Arana de Aguiar (2013), Ana Luiza Martins (2003), Marialva Barbosa (2007) e Ângela de Castro Gomes (1981).

Os registros de batismo também aparecem como fontes utilizadas na pesquisa. Através de uma análise quantitativa e qualitativa dos dados, torna-se possível reconstruir as atividades realizadas pela imigrante Anna Rech, bem como os vínculos que estabeleceu. No livro *História do povo de Ana Rech* (1987, p. 54) é mencionada a fama da imigrante entre os moradores, bem como o notável número de afiliados dela. Uma vez contabilizados os números, poderemos avaliar melhor o tamanho de sua “influência” com os moradores locais, o prestígio da personagem pesquisada dentro da sua comunidade de convivência.

Alguns livros comemorativos serão utilizados também na presente pesquisa. Ao se trabalhar com esses livros se faz necessária uma análise minuciosa e uma boa compreensão do período estudado, para que não sejam cometidos anacronismos e equívocos interpretativos. Dentre as obras destacamos: *História do povo de Anna Rech*, Pe. João Leonir Dall'Alba (1987); *Assim vivem os italianos – Vol. I, II e III*, Arlindo I. Battistel e Rovílio Costa (1934); *Álbum do Centenário da Imigração italiana 1975, Centenario della Immigrazione Italiana* (1975); *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud – Vol I e II* (1925); *A presença italiana no Brasil - Vol. III*, de Luis De Boni (1996); *Far la mérica: A presença italiana no Rio Grande do Sul*, Luis De Boni e Rovílio Costa (1991).

Também analisaremos os livros de registro de Imposto sobre Indústrias e Profissões, disponíveis no site do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. A partir destes, conseguimos enxergar as mulheres no meio financeiro, assim como também a própria Anna Rech. Para analisar esta fonte e obter o máximo de informações possíveis fizemos uma análise quantitativa e qualitativa dos dados neles compostos.

O trabalho será dividido em três capítulos, nos quais discutiremos a trajetória da imigrante Anna Maria Pauletti Rech e o contexto no qual ela estava inserida.

No primeiro capítulo, intitulado, Uma “heroína” de dois mundos: a imigrante Anna Rech, trabalharemos com a imagem da imigrante Anna Rech surgida durante os festejos do Centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul. As representações construídas sobre os imigrantes de um modo geral serão aspectos que interessam nessa parte inicial.

No segundo capítulo, buscaremos trabalhar as questões que permearam Anna Maria Pauletti Rech enquanto mulher, imigrante e viúva, que sai da Itália em busca de um futuro

melhor para sua família. Documentos que configuram a vida da imigrante, como por exemplo certidões de nascimento, casamento e óbito, serão importantes para concretizar os dados sobre a viúva. Questões de gênero atravessam a dissertação inteira, contudo, neste capítulo a posição das mulheres dentro da colônia de Caxias do século XIX, serão aprofundadas. Analisaremos o jornal *A encrenca* para que possamos reconstruir o cenário social no qual Anna estava inserida.

Trabalharemos com os conceitos de Público e Privado, referenciando as autoras Nicole Castan e Susan Moller Okin. Assim como também o conceito de redes, enxergando as que Anna construiu encontradas a partir das fontes batismais e dos documentos de venda e doação de terras da imigrante. Para isso, estudos como os de Giovanni Levi, Carlo Ginzburg, Máira Ines Vendrame e Elizabeth Both serão fundamentais para a construção de uma análise sobre a sociedade camponesa imigrante na qual a imigrante Anna Rech estava inserida.

No último capítulo, trabalharemos com a Anna comerciante, empreendedora e chefe de família. Para isso, serão utilizados os registros de impostos sobre indústrias e profissões, nos quais enxergaremos a imigrante como dona de seu botequim/pousada e de animais de carga. Diante desta fonte outras questões poderão ser discutidas, como, quantas mulheres pagavam impostos e sobre qual negócio, assim como as estratégias adotadas pela imigrante para circular em uma esfera masculinizada como a dos negócios. Por meio da análise dos registros de impostos, bem como o inventário do esposo de sua filha mais nova - homem brasileiro de posses nos Campos de Cima da Serra -, será possível enxergar diferentes realidades sociais e econômicas do período no qual a imigrante esteve inserida. Buscamos perceber o protagonismo feminino em diferentes atividades e reduzir a invisibilidade feminina por muito tempo imposta nos estudos a respeito da imigração italiana.

2 UMA “HEROÍNA” DE DOIS MUNDOS: A IMIGRANTE ANNA RECH

Uma heroína, uma santa. Nenhuma família de descendentes de imigrantes italianos pode contar como chefe de família mulher tão prendada. Anna Rech na praça da Igreja? É pouco. Eu, como já disse, gostaria de vê-la venerada como santa, nos altares.

O trecho acima foi retirado do livro “Origens e Descendência de Anna Pauletti Rech” escrito pelo Pe. João Leonir Dall'Alba e publicado em 2013. O autor, empenhado em difundir uma boa imagem da imigrante Anna Maria Pauletti Rech, a retrata como uma santa. Nos livros sobre a imigração italiana é usual encontrar esse tipo de enaltecimento a respeito da viúva. No geral, os textos que abordam a personagem a reconhecem como uma heroína, fundadora da localidade de Ana Rech¹² e exemplo de mulher imigrante.

Já na colônia de Caxias, onde Anna Rech se instalou e viveu, a figura é reconhecida não apenas como um exemplo de mulher a ser seguido. A trajetória da mesma, aparentemente motivo de orgulho da população do bairro Ana Rech, parece ser profundamente respeitada. É possível identificar o reconhecimento público da imigrante ao se visitar o bairro de Caxias do Sul onde a mesma se estabeleceu assim que chegou à região colonial. Isso porque, no centro de um dos bairros do lugar, ligeiramente em frente à igreja, há uma estátua em homenagem à imigrante italiana. Esse monumento, construído em tamanho real, é datado de 1977 – ano de comemoração dos 100 anos da chegada da imigrante italiana ao Brasil. Percebe-se, assim, que a construção da estátua que homenageia Anna Rech fez parte dos eventos referentes aos festejos do centenário da imigração italiana no Brasil.

Durante as datas comemorativas – 50 anos; 75 anos; 100 anos; 125 anos – foram erguidos diversos monumentos em homenagem ao imigrante italiano. Por exemplo, o Monumento ao Centenário da Imigração Italiana¹³, o Monumento Nacional aos Imigrantes¹⁴,

¹² Ao longo do trabalho utilizaremos Ana Rech para falar do bairro caxiense e Anna Rech para retratar a imigrante.

¹³ O “Monumento ao Centenário da Imigração Italiana” está localizado na cidade de Farroupilha, em Nova Milano, Quarto Distrito do município, denominado o berço da imigração italiana no Rio Grande do Sul. O monumento fica junto ao parque centenário da imigração italiana e foi inaugurado no ano de 1975, em comemoração ao biênio da chegada dos imigrantes italianos na região.

¹⁴ O “Monumento Nacional aos Imigrantes”, inaugurado no ano de 1954, na cidade de Caxias do Sul, incentivado pelo movimento de rememoração aos imigrantes italianos.

O Monumento aos Imigrantes Italianos¹⁵, o geossítio Monumento do Imigrante Italiano¹⁶ etc. Todos esses foram inaugurados em regiões de colonização italiana em datas comemorativas para homenagear os pioneiros imigrantes. Da mesma forma, foram publicados livros enaltecendo a presença italiana no Brasil. Os livros o *Cinquantesenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud* e o *Centenario della immigrazione italiana* foram publicados em virtude das comemorações da chegada dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, em celebração aos 100 anos da imigração, o monumento erguido em homenagem à Anna Rech não é exceção, mas a regra.

O que parece ser uma exceção é que, diferente de Anitta Garibaldi (combatente na guerra dos Farrapos junto a Giuseppe Garibaldi¹⁷), a personagem aqui estudada não teve uma participação num evento importante da história do Rio Grande do Sul ou do Brasil. Pelo contrário, Anna foi uma simples agricultora-comerciante de uma pequena região da serra. Apesar disso, ou por conta disso, ela despertou o interesse das autoridades responsáveis pela celebração do Centenário da imigração na década de 1970.

Este capítulo pretende, então, no primeiro momento, desenvolver uma discussão acerca da bibliografia existente sobre a imigração italiana. Em seguida, iremos problematizar a construção de monumentos e seus significados perante a comunidade de descendentes de imigrantes italianos. Nesse sentido, a ideia principal é compreender as motivações que fizeram com que fosse construído um monumento a Anna Rech, bem como procurar discutir que imagem a imigrante viúva passou a representar. Ou melhor, que aspectos da trajetória dela passaram a ser exaltados e reforçados através da construção do monumento da mesma na frente da igreja do bairro caxiense.

¹⁵ O “Monumento aos Imigrantes Italianos” está localizado na cidade de Bento Gonçalves e foi inaugurado no ano de 2005, advindo das comemorações dos 130 anos da imigração italiano no Rio Grande do Sul.

¹⁶ O geossítio “Monumento do Imigrante Italiano”, encontra-se município Silveira Martins, o mirante foi inaugurado no ano de 1977, durante as comemorações do Centenário da imigração em Silveira Martins (Quarta Colônia de imigração italiana no RS).

¹⁷ Italiano que participou de uma das principais revoltas que teve como cenário o Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha, que durou 10 anos (1835-1845). Giuseppe Garibaldi foi um dos combatentes responsáveis por lutar contra o império brasileiro. Ele é lembrado e aclamado como herói pelo movimento tradicionalista gaúcho.

2.1 A historiografia da imigração

Por volta dos anos 90, inspirada nas publicações do Centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul, inicia uma onda historiográfica marcada por obras que enaltecem a figura do imigrante italiano. Outros livros que seguem a mesma lógica são: *História esquecida. A emigração italiana: o maior êxodo de um povo na história moderna*¹⁸ de Deliso Villa (2002); *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*¹⁹ que conta com informações de lotes nos quais os imigrantes se instalaram nas colônias Conde d'Eu e Dona Isabel e, ainda, dados sobre a população italiana que emigrou, escrito por Rovílio Costa, Luis A. De Boni, Nilo Salvagni, Élyo C. Grison (1992). Estas obras buscam apontar o sofrimento e a luta dos imigrantes que prosperaram no sul do Brasil.

Por volta dos anos 2000, o cenário historiográfico começa a se alterar. Surge uma leva de historiadores que desconstrói a narrativa adornada, criada pela geração anterior, sobre a figura do imigrante italiano. Destaca-se, aqui, autores como Maíra Ines Vendrame (2016), Paulo Possamai (2007), Dilse Corteze (2002), Mário Maestri (2005), Luis Fernando Beneduzi (2011) e outros²⁰. Vendrame (2007) ressalta que essa nova vertente historiográfica busca restaurar a imagem, então distorcida, do grupo de imigrantes italianos. O trabalho da autora, por exemplo, objetiva reconstruir as experiências dos imigrantes para, em uma análise do cotidiano, identificar as crenças, valores e culturas desse povo – sem emoldurá-los como heróis.

¹⁸ O livro faz parte da coleção *Italia nel mondo/ 125 anos de imigração Italiana*. Escrito por Deliso Villa e publicado pela editora EST no ano de 2002.

¹⁹ O livro faz parte da Coleção Fontes e também da coleção Imigração Italiana, número 149. Organizado por Rovílio Costa, Luís A. De Boni, Nilo Salvagni e Élyo C. Grison e publicado pela editora EST em 1992.

²⁰ Alguns autores que também trabalham a partir deste viés foram: Núncia S. de Constantino (2008), Luiza Horn Iotti (2010), Ismael A. Vanini (2008) e Javier Grossutti (2009).

2.1.1 As mulheres imigrantes na historiografia da imigração italiana

A mulher imigrante aparece na historiografia tradicional²¹ como coadjuvante da figura masculina. As mulheres, assim como a economia, a cultura e a religião, são elencadas como um tópico dentro da temática do imigrante italiano. Um exemplo disso é o livro organizado por Luís De Boni, intitulado *A presença Italiana no Brasil*. No terceiro volume, datado de 1996, o autor trabalha a imigração de forma lógica. Para tanto, são elencados alguns tópicos como: saúde, cultura, igreja, história da imigração, família e mulher. Identifica-se, aqui, que a mulher, assim como a cultura, é percebida como um acessório ao homem.

Na historiografia tradicional a mulher aparece invisibilizada e incapaz de ser chefe de família, já que essa seria uma função masculina. Um livro que procura conferir visibilidade às imigrantes nas regiões coloniais é o trabalho de Loraine Giron (2008), intitulado *Dominação e subordinação. mulher e trabalho na pequena propriedade*. Nesse estudo, a autora aponta que a mulher estava “submetida a condições de desigualdade de atividades e de bens, tendo sido treinada para obedecer”. A mulher, ao enviuvar, deveria assumir as funções desempenhadas pelo marido, para as quais não havia sido preparada” (GIRON, 1996, p. 295). Contudo, é possível constatar que, em muitos casos, eram as mulheres que gerenciavam a casa e a família, sendo verdadeiras chefas. As mulheres assumiam compromissos, mas o crédito do êxito familiar e econômico seria atribuído quase que exclusivamente à figura masculina. Apesar de a mulher ser retratada como submissa ao marido, escondida atrás de seu nome, os casos apresentados por Giron (1996; 2008), atestam que muitas imigrantes obtiveram a independência financeira, tornando-se donas de suas próprias vidas.

Dito isso, é importante ressaltar que a historiografia existente sobre as mulheres imigrantes não é abundante. Seguem alguns exemplos de trabalhos²² que mostram as mulheres não como figuras subordinadas, oprimidas, mas, sim, como agentes dentro do processo de

²¹ Os autores que fazem parte da historiografia clássica são: Rovílio Costa (1975), Mario Gardelin (1988; 1992), Luís Alberto De Boni (1977; 1996; 1992), Olívio Manfroi (1975), Julio Lorenzoni (1975), Thales de Azevedo (1994) e Vânia Herédia Merlot (1979), que são os que serão utilizados durante este trabalho.

²² Outros trabalhos sobre mulheres imigrantes no Brasil são o da Lená Medeiros de Meneses (2017) e da Maria Izilda Santos de Matos (2018), que trabalham com mulheres imigrantes portuguesas no meio urbano.

imigração, como é o caso do trabalho de Yonissa Wadi (2009), chamado *A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura* e nas pesquisas de Maíra Vendrame (2017), intituladas *Donas do próprio destino?: experiências transnacionais de imigrantes italianas no Brasil meridional*. Além dessas, cita-se, também, a dissertação de Egiselda Charão (2015), intitulada *Mulheres italianas e trabalho em Porto Alegre/RS (1945-1965)* e, por fim, a tese *Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres*, de Syrléa Marques Pereira (2008). Com exceção dessa última autora, todas as outras têm como centro de suas análises as mulheres imigrantes, especialmente italianas, que se fixaram no meio rural ou urbano do Rio Grande do Sul.

Segundo Vânia Herédia (2017), o cotidiano feminino nas comunidades de imigrantes foi marcado por “submissão e repressão”. Tendo em vista a maneira com que as imigrantes e descendentes italianas foram apresentadas pela historiografia, buscamos repensar a participação feminina através da trajetória de Anna Rech. A realização de estudos como o que se pretende fazer pode trazer novos elementos para a análise do mundo colonial. Entendemos que é necessário observar as estratégias que as mulheres acionavam para fugir dos controles e regras morais.

Devemos pensar a mulher imigrante de um modo distinto daquele apresentado pela historiografia tradicional. Ao acompanhar a trajetória daquelas que saíram sozinhas da Itália, ou mesmo acompanhadas de familiares e conhecidos, talvez se possa entender melhor o papel da mulher imigrante nos deslocamentos e nos locais de instalação no sul do Brasil. Durante décadas, a historiografia tratou as imigrantes mais como seguidoras de seus companheiros e familiares do que como protagonistas no processo migratório. É importante destacar que, a partir das análises realizadas por estudos recentes, as mulheres saíram do papel de coadjuvantes e passaram a ter importância dentro das dinâmicas migratórias. Não apenas para dar visibilidade às mulheres, é necessário perceber que estratégias acionaram, como procuraram agir no sentido de garantir certa liberdade e autonomia, atuando em atividades profissionais diversas²³, bem como buscando garantir prestígio e controle de situações que

²³ Ver o artigo “O crime da parteira” de Maíra Vendrame (2022).

representavam prejuízos sociais e morais, conforme aponta Vendrame (2017). Em suma, esse protagonismo ocorre tanto quando as mulheres partem para a América, como quando elas permanecem na aldeia de origem (aguardando o chamado de alguém que havia emigrado).

Para pensar as migrações transatlânticas como escolhas gestadas no interior de um grupo familiar (como um projeto coletivo de uma ou mais famílias) e de uma comunidade, é preciso se atentar ao papel das mulheres. Isso porque, mesmo que elas tenham partido depois dos maridos e parentes, essas figuras exerceram papéis cruciais para o desenvolvimento da cultura, economia e sociedade. Lembra-se, ainda, que as emigrantes podiam partir acompanhadas por algum conhecido ou sozinhas (após receberem o chamado de parentes ou obtido informações sobre as vantagens que poderiam ser encontradas em terras brasileiras).

Uma vez tomada a decisão de partida, as mulheres enfrentavam um novo mundo que representava tanto a “possibilidade de mudança” quanto “a garantia da preservação de certas características tradicionais da sociedade de origem”. Vendrame (2017) fala, porém, que “diferentemente do que ocorreu em relação aos deslocamentos para os meios urbanos [...], a vivência nas comunidades rurais fundadas em terras brasileiras reforçou o controle sobre o desempenho feminino” (VENDRAME, 2017, p. 94). Isso ocorre porque ser mulher acarretava diversos compromissos comunitários e familiares, logo, as que extrapolavam os limites sofriam consequências.

Nas comunidades de italianos no sul do Brasil, nota-se certa preocupação em evitar o surgimento de falatórios sobre as condutas femininas, principalmente sobre as condutas tidas como vergonhosas. Isso porque tais condutas ofendiam a moralidade e a honra familiar, podendo, assim, causar escândalo público. Sobre esse tema, de acordo com Vendrame (2016), existia um “código de honra feminino” que deveria ser seguido pois, caso contrário, macularia a honra da família se exposto publicamente. Nesse sentido, “a mulher honrada [era] aquela que não causava surpresa alguma entre os conhecidos e vizinhança” (VENDRAME, 2016, p. 296).

Vania Beatriz Merlotti Herédia (2017) coloca que a família patriarcal italiana que vem para o Brasil pode ser definida como:

[...] organizada sob o jugo do poder paterno e carregava os atributos da família patriarcal; o pai tinha autoridade máxima, e os demais membros deviam a ele submissão, obediência e respeito. A organização familiar colocava a mulher numa posição de subalternidade, mesmo que fosse responsável por funções que apenas ela exercia. Pela sua condição feminina, ficava encarregada da manutenção da prole, do trabalho doméstico e de seus respectivos espaços (HERÉDIA, 2017, p. 235).

Já Loraine Giron (2008), discutindo o trabalho feminino nas regiões coloniais, afirma que as mulheres realizavam as atividades não lucrativas dentro do âmbito familiar. Apesar disso, seus horários de trabalho eram mais extensos porque incluíam as tarefas domésticas, ou seja, eram as primeiras a se levantar e as últimas a se deitar. Da mesma forma, enquanto os homens descansavam em determinados momentos, as mulheres continuavam trabalhando nos afazeres domésticos. Giron aponta, então, que é evidente que os papéis eram divididos por gênero: “ao homem cabiam três papéis: o de proprietário da terra, de chefe da família e de dono da casa. À mulher cabia o papel de mãe, de doméstica e de auxiliar geral” (GIRON, 2008, p. 34).

Os estudos de Vendrame e Giron demonstram que, apesar de sua alta relevância no cumprimento das atividades comunitárias e familiares, a figura da mulher era colocada em uma posição secundária com relação à figura do homem. Ainda assim, muitas mulheres assumiram atividades não-convencionais para a época e para o gênero. A historiografia recente aponta, por exemplo, que existiram mulheres comerciantes e chefes de família. No entanto, para obter sucesso ao assumirem tais papéis, as mulheres precisaram desenvolver estratégias para controlar os comentários e oposições – que, mais cedo ou mais tarde, surgiriam devido às posições de liderança. Ao se tornarem viúvas, conferia as mulheres uma autorização moral para assumir publicamente determinadas atividades, que, na presença do marido, deveriam ser de responsabilidade desse.

No âmbito educacional, Herédia (2017) fala que as meninas e mulheres não eram incentivadas a buscar educação ou formação profissional, já que não deveriam frequentar a escola. Porém, também coloca que não se pode negar o fato de que algumas conseguiram obter algum tipo de formação, tornando-se inclusive professoras. Mas é certo que as mulheres não tinham muitas chances nos trabalhos rentáveis, por isso, seguiam o caminho para o qual a

família lhes havia encaminhado (quase sempre o de esposa, mãe e dona de casa). Segundo Giron (2008), havia imigrantes e descendentes que exerciam outras profissões: atividades artesanais, tropeiras, donas de pensões, donas de terras²⁴ e parteiras. É preciso ressaltar que buscar informações nas fontes documentais sobre as mulheres que atuaram em atividades consideradas masculinas, não é uma tarefa fácil. O silêncio e a invisibilidade acerca das atividades femininas em trabalhos fora do espaço doméstico, como também os ligados ao comércio, precisam ser rompidos para que assim se possa construir uma história mais heterogênea e completa sobre as mulheres imigrantes.

2.1.2 A representação do imigrante italiano durante as comemorações do Centenário

Em maio de 1875, os primeiros imigrantes italianos chegaram ao Rio Grande do Sul e se instalaram nos Campos dos Bugres, posteriormente chamado Nova Milano. Um século após a chegada destes imigrantes, passaram a ocorrer os festejos em homenagem à imigração italiana no Estado. Como já ressaltamos, o momento foi marcado pela construção de inúmeros monumentos e pela publicação de livros referentes ao deslocamento do povo italiano para o Rio Grande do Sul.

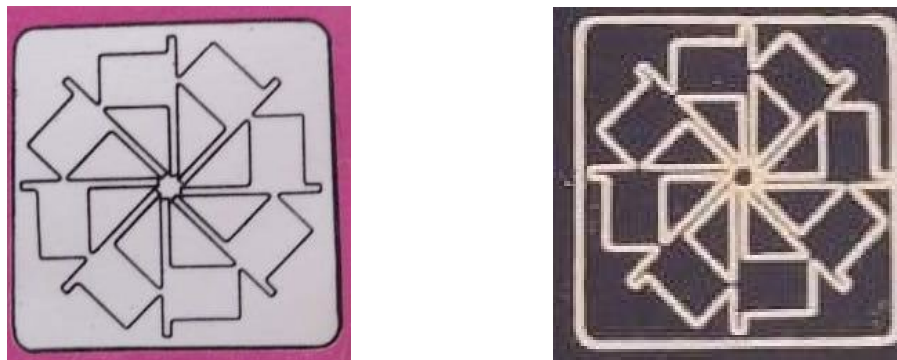
A imagem de um imigrante sofrido, porém trabalhador, religioso e vencedor foi propagada em diversos escritos, bem como expressada nos monumentos erigidos nas regiões de colonização italiana do território rio-grandense. Em 22 de abril de 1973, foi estabelecido o decreto estadual de nº 22.410 que visava honrar os que haviam colonizado as terras gaúchas. De acordo com o documento:

[...] fica instituído o biênio da colonização e imigração, com o fim de celebrar, nos anos de 1974 e 1975, o feito dos pioneiros, o sesquicentenário da imigração alemã, o centenário da imigração italiana e a contribuição das demais correntes imigratórias que se

²⁴ Uma viúva, mesmo se tornando donas de terras, não alterava sua condição e a forma como eram tratadas, geralmente com desigualdade. Essas mulheres proprietárias passavam a seguir o exemplo de seus pais e maridos, ao invés de assumir sua posição feminina (GIRON, 2008, p. 88 e 89).

fixaram no Rio Grande do Sul²⁵ (Decreto nº 22.410, de 22 de abril de 1973).

Figura 1 - Símbolos do Biênio da colonização no Rio Grande do Sul²⁶



Fonte: Compilação do autor.

O decreto mencionado acima, assim como a imagem apresentada como “figura 1”, demonstram que o governo do Rio Grande do Sul investiu na publicidade da colonização e da imigração europeia. Isso ocorreu, até onde se pôde analisar, por meio do financiamento e construção de marcos históricos e pelos festejos que enaltecem a contribuição da população imigrante e descendente, tanto alemã como italiana, para o Estado gaúcho. Segundo o Decreto nº 22.601, de 24 de agosto de 1973,

Considerando que o Estado deverá valer-se de todos os meios a seu alcance para que as festividades programadas se revistam de cunho pedagógico e atinjam vibração cívica de modo a valorizar o trabalho, o denodo e o espírito empreendedor dos primeiros povoadores e colonizadores da terra sul-rio-grandense.²⁷

²⁵ Trecho retirado do Decreto nº 22.410, de 22 de abril de 1973. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 22 de abril de 1973.

²⁶ "Considerando que a marca-símbolo construída em forma de roda giratória, expressiva da união dinâmica de componentes étnicos, e da estilização das bandeiras de diversas nações, figurativa da fraternidade entre os povos a que se prende a origem da população deste Estado, constitui veículo vigoroso da ideia de uma unidade saída do ecletismo de várias gentes" (DECRETO Nº 22.601, DE 24 DE AGOSTO DE 1973).

²⁷ Trecho retirado do Decreto nº 22.601, de 24 de agosto de 1973, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 24 de agosto de 1973.

A historiadora Juliana Maria Manfio (2017) coloca que os mencionados festejos ocorreram na região da Serra Gaúcha, local onde concentraram as três primeiras colônias de imigrantes italianos.²⁸ Segundo a autora, a área de colonização italiana no centro do Estado, o território que abrangia a ex-Colônia Silveira Martins, não fez parte das comemorações oficiais. Contudo, os municípios que compunham a região central não deixaram de comemorar o centenário.

Incentivados pelo Biênio da Colonização e Imigração, pela Igreja Católica e por lideranças locais, os municípios e as localidades da região central mobilizaram-se para realizar as festividades em alusão ao Centenário da Imigração Italiana. Diante da documentação jornalística, mapeou-se como centros de comemorações, as comunidades de Silveira Martins, Arroio Grande, Val/Feltrina, Ivorá, Vale Vêneto, Novo Treviso, Faxinal do Soturno, Val Veronês, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande, São João do Polêsine e Santa Maria (MANFIO, 2019, p. 67).

O álbum comemorativo oficial do biênio da imigração italiana no Rio Grande do Sul, intitulado "*Centenário della Immigrazione Italiana*", foi dirigido por José Bachieri Duarte e publicado pela editora Edel em Porto Alegre no ano de 1975. A publicação tinha como intuito, segundo a própria nota da editora,

[...] retratar a epopeia vivida pelos primeiros imigrantes italianos que chegaram ao Rio Grande do Sul, no final do século passado (1875). Deseja, ainda, através dos inúmeros trabalhos aqui inseridos, ressaltar a rapidez com que os peninsulares se integraram ao nosso meio (DUARTE, 1975, p. 3).

Por ser um álbum financiado pelo governo do estado, ele conta com depoimentos das lideranças²⁹ que fizeram parte desse momento da história rio-grandense. Ainda, a publicação inclui testemunhos sobre os pioneiros da imigração italiana e as causas dessa. O álbum discorre sobre as colônias de imigração italiana no Rio Grande do Sul e as cidades que se

²⁸ Conde d'Eu (Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Caxias (Caxias do Sul e Farrroupilha)

²⁹ Governador do estado Sinval Guazzelli, ex-governador Euclides Triches, Assembléia Legislativa do RS, ex-prefeito de Porto Alegre Mário Bernardino Ramos, presidente do Biênio Victor Faccioni e o presidente da comissão executiva do Biênio Ottoni Zatti Minghetti.

formam a partir da chegada dos italianos. Dividida por cidades,³⁰ a publicação retrata a história de diversos municípios, centrando em questões como economia, ensino e administração. Contudo, a ênfase maior é nas indústrias oriundas das atividades das famílias de imigrantes italianos.

Figura 2 - Capa e sobrecapa do álbum *Centenário della Immigrazione Italiana*".



Fonte: Compilação do autor.

Durante o biênio da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1974/75), os autores retrataram as virtudes do povo italiano que imigrou para o sul do Brasil. Sobre isso, Maíra Vendrame (2007) ressalta que o evento propiciou uma explosão historiográfica em torno do tema da imigração, ressaltando diversos aspectos da vida nas regiões coloniais. “Mas esse momento importante deve ser compreendido dentro do seu contexto, uma vez que uma série de representações foram elaboradas a respeito da imigração italiana no território sul-rio-grandense” (VENDRAME, 2007, p. 28).

A mencionada explosão historiográfica contou com diversos autores, entre eles alguns eclesiásticos³¹. Entre os padres-escritores, há um que se destaca: Olívio Manfroi. Na obra chamada *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e*

³⁰ Silveira Martins, Farroupilha, Caxias do Sul, Arvorezinha, Encantado, Garibaldi, Carlos Barbosa, Nova Araçá, Casca, Serafina Corrêa, Parai, Nova Bréscia, Marau, São Marcos, Nova Bassano, Bento Gonçalves, Soledade, Anta Gorda, Ilópolis, Putinga, São Borja e Nova Prata.

³¹ Olívio Manfroi, Rovílio Costa, Luís Alberto De Boni, Eusébio Roque Busanello, Pe. Pio José Busanello, Pe. Clementino Marcuzzo e Pe. João Leonir Dall'Álba.

culturais, publicada em 1975, Manfroi trata, em 218 páginas, da história da imigração italiana, apontando para as questões socioculturais das colônias italianas no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1875 e 1914. No geral, o escritor retrata o imigrante italiano de duas formas: 1) um herói de dois mundos; 2) um pobre sofredor que foi desacreditado pela pátria mãe (Itália) e abandonado pelas autoridades brasileiras. É evidente, assim, que o livro de Manfroi exalta algumas qualidades dos imigrantes italianos como uma maneira de também homenagear o grupo. Com ressalta o próprio autor:

Cem anos após o início dessa extraordinária aventura humana, a imigração italiana, o governo e o povo gaúcho prestarão uma merecida homenagem à coragem e ao dinamismo do imigrante italiano. A comemoração do centenário, porém, não é uma simples homenagem que o amanhã esquecerá, ela traz o caráter de um reconhecimento solene e oficial do sucesso da obra colonizadora realizada pelos imigrantes e seus descendentes em terras gaúchas (MANFROI, 1975, p. 15).

Por fim, cabe dizer que, assim como os demais livros elaborados pela primeira geração de pesquisadores dedicados a falar do tema da imigração italiana no sul do Brasil, a obra de Olívio Manfroi contempla e homenageia o imigrante italiano. Para tanto, em uma idealização do imigrante como “exemplo a ser seguido”, o padre-escritor destacou a narrativa do herói. Em uma crítica a esse ponto de vista, Constantino afirmou:

O imigrante era o herói [que] vencera sozinho todas as adversidades, graças às qualidades naturais da sua etnia, apesar das autoridades opressoras. Tal historiografia foi responsabilidade de pesquisadores inseridos na sociedade colonial, especialmente padres católicos. Reelaborados e divulgados, seus escritos reforçam o mito do trabalho, da religiosidade, da solidariedade e harmonia entre os colonos, da visão alegre de mundo, da solidez da ordem familiar, entre outros atributos (CONSTANTINO, 2011, p. 6)

Os padres-escritores tiveram um grande impacto dentro da academia, visto que são obras que carregam um conteúdo inédito até então, que, posteriormente, servirão de fonte para os novos estudos sobre a imigração italiana. Dentro das fontes contidas nos escritos publicados pelos padres destacamos principalmente as entrevistas e os registros de memórias agrupados e divulgados por estes eclesiásticos.

2.2 A monumentalização do imigrante italiano

Durante festividades, no geral, é comum que sejam inaugurados monumentos³² que homenageiam o momento em questão. Como afirma Eloisa Capovilla Ramos (2017), "[...] construir monumentos pode ser, muitas vezes, buscar exprimir e modelar uma memória da/para a Nação ou, ainda, uma forma de projetar acontecimentos passados". Foi nesse contexto, de celebração e comemoração de um passado ainda em construção (no sentido historiográfico, mesmo), que surgem monumentos para homenagear os imigrantes italianos.

Através de festividades e monumentos foi celebrado os cem anos da chegada dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Como ressalta Françoise Choay (2006), "[...] o monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo" (CHOAY, 2006, p. 26). Mediante essa lógica, momentos como dos festejos do cinquentenário e do centenário da imigração italiana são períodos de destaque na construção de monumentos.

Por meio de construções banhadas em bronze, concretiza-se a imagem do imigrante italiano que venceu os desafios de uma vida difícil e injusta. Os descendentes de italianos passam a se sentir representados através dos monumentos que exaltam aspectos positivos da presença italiana no território sul-rio-grandense.

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer, ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional tribal ou familiar (CHOAY, 2006, p.18).

³² O monumento é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, ele é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Quando Cícero fala dos monumentos *hujus ordinis* [Philippicae, XIV, 41], designa os atos comemorativos, quer dizer, os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o monumento tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. [LE GOFF, 1990, p. 536]

A imagem do imigrante ordeiro e vencedor é de um grupo de memórias reconfortantes e autorizadas que, ao subverter a lógica da realidade, converte memórias perturbadoras, negadas e suprimidas em memórias de orgulho familiar e patriótico. De acordo com Alessandro Portelli, "[...] parece haver na cultura italiana uma obsessão pelos centenários e pelas recorrências, de modo que ela pode ser considerada uma cultura ritualmente sobrecarregada de memória." (PORTELLI, 2016, p. 46).

Entretanto, Paulo Cesar Possamani (2007) coloca que a italianidade e o orgulho pelas suas origens nem sempre fez parte da cultura ítalo-brasileira. Isso porque os imigrantes saíram da Itália desiludidos com sua terra natal.

Ao chegarem às colônias agrícolas do Rio Grande do Sul, os imigrantes, cuja identidade coletiva na Itália raramente ultrapassava a aldeia natal ou, no máximo, a província de origem, foram recebidos como italianos pelas autoridades brasileiras, assim como pelas diversas etnias que habitavam a província. (POSSAMAI, 2007, p. 56).

O fato de os imigrantes italianos não carregarem um sentimento nacionalista, segundo Maria Catarina Zanini (2004, p. 53), muito se dava por conta do processo de unificação italiana, sendo que havia muitos que não concordavam com ela.

Sobre a unificação italiana e a divisão do povo italiano, Maíra Vendrame (2015, p. 30) ressalta que nem todos eram apoiadores da unificação, visto que alguns estavam em sintonia com os ideais conservadores do papado em Roma, assim, não apoiando os garibaldinos que eram defensores do patriotismo e da natureza leiga e liberal do Estado.

A construção do sentimento de pertencimento ao grupo italiano e de italianidade se deu muito, segundo Maria Catarina Zanini (2004, p. 53), por conta do reconhecimento genérico na situação de emigrados italianos. Mesmo com as divergências culturais, expressa-se entre eles um sentimento de identidade coletiva, ou seja, eram compatíveis por terem passado pela mesma experiência social de travessia.

No Rio Grande do Sul, o sentimento de italianidade está estreitamente ligado aos festejos em comemoração à chegada dos imigrantes italianos no Estado.

Foi somente quando dos festejos do Centenário da Imigração Italiana no estado, em 1975, momento em que muitos descendentes já haviam

alcançado posições sociais importantes e não havia mais um clima de ressentimentos, que as expressões sobre o mundo italiano de origem puderam ser mais declaradas. (ZANINI, 2014, p. 385).

Os festejos em comemoração à imigração italiana no Rio Grande do Sul tinham como intuito aproximar a população, criar identificação, orgulho e uma memória pública sobre a presença dos italianos no estado gaúcho. Em relação à preocupação na constituição de identidade italiana, Paulo Possamai afirma que:

Com a ascensão do fascismo na Itália houve uma mudança radical na atitude do governo italiano em relação aos emigrados e seus descendentes. Se antes eles estavam praticamente abandonados pelo Estado italiano, agora, numa tentativa de cooptação elaborada pelo regime fascista, eram reconhecidos como “italianos no exterior”. (POSSAMAI, 1999, p. 88).

Estátuas em homenagem ao italiano Giuseppe Garibaldi foram construídas exaltando um herói rio-grandense de origem italiana. Eloisa Capovilla Ramos fala que a construção de um monumento é o desejo de memória, pois não há memória espontânea. Se faz, portanto, necessário recorrer a datas e celebrações pela falta de naturalidade nas lembranças (2017, p. 242).

A fim de manifestar este sentimento de italianidade, os imigrantes e descendentes italianos passaram a apoiar projetos que incentivassem o resgate do sentimento de reconhecimento coletivo de suas origens. Portanto, nas comunidades coloniais, alguns imigrantes manifestavam seu sentimento de italianidade ao apoiarem iniciativas como a construção de monumentos e festejos. (VENDRAME, 2015, p. 30). A fim de reforçar os laços com a Itália, a construção de monumentos e a realização de festejos foi apoiada tanto pela população como pelos órgãos públicos - governo brasileiro e italiano.

As manifestações de italianidade, segundo Maíra Vendrame (2015, p. 33), serviriam, dentro das comunidades de imigração italiana, também como um mecanismo para estabelecer certa diferenciação e proeminência. Ser imigrante ou descendente de italiano carregava atribuições positivas com relação a seus valores. Segundo Luis Fernando Beneduzi (2011, p. 15), o imigrante italiano do Rio Grande do Sul é denominado como aquele trabalhador

incansável responsável por construir a grandeza e importância do estado. Além destas denominações referentes ao seu trabalho, os imigrantes italianos são caracterizados enquanto um povo de fé, de princípios familiares e de uma honra indiscutível. Fatores esses que causaram nos imigrantes e descendentes aquilo que Luis Fernando Beneduzi (2011, p. 15) chama de “vontade mágica de pertencimento”.

Tanto para as autoridades rio-grandenses quanto para as italianas era conveniente celebrar e relembrar o momento da imigração do Velho para o Novo Mundo. Durante as comemorações do centenário, a Itália participou dos festejos e demonstrou interesse no reconhecimento e orgulho das origens italianas por parte dos descendentes que se encontravam no Brasil. Sobre isso, Juliana Manfio (2016) fala que “[...] percebemos a participação do governo italiano, oferecendo marcos de memória da história da Itália para os descendentes de imigrantes italianos, em virtude das comemorações do Centenário da Imigração”. (MANFIO, 2016, p. 5). Era apropriado oferecer marcos de memória, visto que estes camuflavam questões políticas e sociais, deixando transparecer apenas o que era conveniente ser comemorado. Como aponta Alessandro Portelli (2016), a memória-monumento nada mais é do que um artefato imitável de mármore ou bronze, que cobre ou esconde tudo o que não queremos enxergar.

Dentre os muitos monumentos em homenagem aos imigrantes italianos espalhados pelo estado rio-grandense, os que homenageiam algum indivíduo italiano são, em sua maioria, do sexo masculino. Além das estátuas erguidas em homenagem a Anitta Garibaldi, referente a sua atuação na Revolução Farroupilha, parece que no Rio Grande do Sul não há (ou não se sabe que há) estátuas de mulheres, ou melhor, homenageando uma mulher em específico. A exceção é a existente na pequena comunidade de Ana Rech, em Caxias do Sul.

O monumento que representa a figura de Anna Rech levanta o seguinte questionamento: como uma agricultora, comerciante, parteira, viúva e mãe de sete filhos conseguiu se tornar referência de mulher imigrante? Além do nome da imigrante ter sido conferido ao lugar em que viveu, outros elementos fizeram com que a viúva italiana recebesse um monumento em sua homenagem. É importante ressaltar que, para a construção de um

monumento, a imagem e memória sobre Anna foram reativadas³³ na década de 70 durante os festejos do centenário de sua chegada no Brasil.

2.2.1 O guardião da memória: um monumento a Anna Rech

Após a morte de Anna Maria Pauletti Rech, a família não organizou nenhum acervo documental sobre a vida da imigrante. Entretanto, outros o fizeram, como foi o caso de Valter Susin³⁴, professor e ex-subprefeito, que realizou um trabalho de armazenamento de arquivos referentes à vida dos imigrantes italianos.

Segundo Luciana Heymann (2009), "nem sempre a acumulação documental é reflexo de uma atividade passada; ela pode ser função de uma ação projetada para o futuro." (HEYMANN, 2009, p. 55). E esse parece ser o caso da memória de Anna, conservada por Valter Susin.

Foi realizada uma visita à residência de Susin, que fez coleta e armazenamento de documentos, fotografias e livros sobre Anna Rech. Cortesmente, Susin disponibilizou todo o material para a presente pesquisa. O seu interesse em preservar a memória de Anna Rech refletiu na construção da memória coletiva da comunidade. Susin pode ser visto como "guardião da memória" sobre Anna Rech, sendo reconhecido localmente como a pessoa autorizada a falar sobre a viúva imigrante. Segundo Ângela de Castro Gomes:

O guardião ou o mediador, como também é chamado, tem como função primordial ser um "narrador privilegiado" da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar. Ele guarda / possui as "marcas" do passado sobre o qual se remete, tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros do grupo (vivos e mortos), quanto porque é o "coleccionador" dos objetos materiais que encerram aquela memória. (GOMES, 1996, p. 7).

³³ Anterior ao movimento para a construção do monumento da imigrante, a população local do bairro Ana Rech não tinha muito conhecimento da origem do nome da região e nem mesmo sobre a imigrante Anna e sua trajetória de vida. Ler tópico 2.3.1 para mais informações.

³⁴ Valter Antonio Susin nasceu em 1934, em Ana Rech. É professor aposentado, ex-subprefeito da localidade (1973 a 1976) e ex-vereador da cidade de Caxias do Sul. Valter participou da organização de livros referentes à imigração italiana sobre a localidade Ana Rech e a trajetória da imigrante Anna Maria Pauletti Rech.

Os arquivos pessoais são documentos de caráter pessoal e privado, geralmente preservados e guardados por pessoas comuns. Geralmente, eles têm como intuito a produção de uma memória política.

Segundo Jacques Le Goff (2013), os historiadores devem analisar as condições de produção dos documentos, principalmente os que emanam das estruturas de poder e das instituições que registram as conquistas e os mecanismos de controle do aparelho estatal. A respeito dos arquivos pessoais, por outro lado, o referido autor fala que "[...] é necessário fazer falar as coisas mudas". Para Le Goff (2013), as coisas mudas (que não são diretamente percebidas nos documentos) têm tanto a dizer quanto as escritas. Dessa forma, ao utilizar um documento como fonte é necessário ir além do que está escrito nele. É preciso fazer um exercício de análise mais elaborado do que o de costume, submetendo o texto a uma crítica radical.

Valter Susin, o guardião da memória local sobre Anna Rech, também fez parte da comissão que organizou a construção do monumento em homenagem à mesma. À imigrante, original de Pedavena (na Itália), foi erguida uma estátua – em tamanho real e banhada em bronze – na frente da igreja do bairro Ana Rech. Como já mencionado, o monumento foi inaugurado durante os festejos do Centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul, no dia 11 de dezembro de 1977. Construída pelo escultor Bruno Segalla³⁵, a estátua foi inspirada em uma foto da imigrante Anna, tirada no ano de 1912, quatro anos antes de sua morte.

³⁵ O caxiense Bruno Segalla é conhecido no mundo das artes. Considerado um dos melhores medalhistas do Brasil, também criou centenas de esculturas em cerâmica, madeira e bronze. Em Caxias, assina monumentos importantes, como o Jesus Terceiro Milênio, junto aos pavilhões da Festa da Uva, e Instinto Primeiro, na Praça Dante Alighieri. Mas, o que poucos sabem, é que Segalla trabalhou ativamente, e por muitos anos, como metalúrgico e sindicalista. (PIONEIRO, 2011).

Figura 3 - Fotografia de Anna Maria Pauletti Rech, tirada no ano de 1912.



Fonte: Arquivo pessoal de Valter Susin.

O processo de construção da estátua foi documentado em um histórico escrito por Valter Susin. Nesse, percebe-se o interesse de Valter enquanto subprefeito da comunidade de Ana Rech em erguer um monumento em homenagem à imigrante. Da mesma forma, nota-se o interesse do professor em relação à divulgação da história da localidade. Assim, ao assumir seu cargo enquanto vereador de Caxias do Sul, Valter conta no “Histórico do monumento³⁶” (2010) que:

Em todos os finais de tarde, no bar junto ao Restaurante das Camélias, algumas pessoas se reuniam para tomar um aperitivo, conversar, jogar canastra. Num certo dia, o assunto é direcionado sobre a história da imigrante Anna Rech. Um dos presentes, num determinado momento, assim falou: “O Valter também, às vezes conversa muito e não cumpre

³⁶ Documento digital, não publicado, escrito por Valter Susin no ano de 2010, para nota pessoal do processo de construção do monumento em homenagem à imigrante Anna Rech, o qual fez parte da comissão organizadora.

o que prometeu. Falou que iria erguer um monumento a Anna Rech, mas até agora, nada”. Enor Watha, proprietário do Bar, me deixou a par desta conversa. No mesmo instante respondi: “Este fulano falou assim? Então vamos ver se este monumento sai ou não sai do papel”. Levei o assunto a sério. Após algumas semanas, convidei lideranças da vila para uma reunião e tentar formar uma comissão para tal fim. Vários encontros e reuniões foram realizados. Não foi fácil levar a ideia à frente. Havia muita resistência por parte de algumas pessoas, pois os custos seriam altos. Mas, após várias tratativas, conseguimos formar uma comissão composta pelos seguintes membros: Pe. José Lorencini, Camilo Dal Piaz, Ary Albé, Ademar João Bacchi, Belarmino Lamberty e Valter Antonio Susin. (Histórico do monumento, 2010).

Foi criado na ocasião um "Livro de Ouro"³⁷ para registrar o arrecadamento de verba para a construção da estátua, para doações espontâneas de empresas e pessoas interessadas em colaborar com o projeto de erguer o monumento. “A metade do valor gasto no monumento veio de verbas estaduais” (Histórico do monumento, 2010), outra parte de empresas locais e da colaboração de diversos moradores da localidade³⁸.

O processo de construção do monumento se iniciou em setembro de 1977 e a inauguração ocorreu no mês seguinte. Assim, a festa de inauguração foi em 11 de dezembro de 1977, cem anos da chegada da fundadora no lugar e estabelecimento no lote nº 104 da 8ª Léguas de Caxias do Sul, em abril de 1877³⁹ (Histórico do monumento, 2010).

Figura 4 - Fotografia de Bruno Segalla esculpindo a estátua de Anna Rech.

³⁷ Livros estes que estão na posse de Valter Susin em seu arquivo pessoal.

³⁸ Estas informações foram retiradas do Histórico do Monumento feito por Valter Susin no ano de 2010.

³⁹ Dados retirados do Histórico do monumento realizado por Valter Susin.



Fonte: Arquivo pessoal de Valter Susin.

Figura 5 - Fotografia da inauguração do monumento à Anna Rech (11/12/1977).



Fonte: Arquivo pessoal de Valter Susin.

Salienta-se, mais uma vez, que o monumento em homenagem à imigrante Anna Maria Pauletti Rech está localizado em frente à igreja do bairro caxiense e, embaixo da estátua,

encontram-se os restos mortais da mesma. A realização da obra em frente à igreja foi motivo de “falatório” e discordância na localidade, como consta no “Histórico do monumento”.

Após alguns anos, pessoas começaram a criticar que a estátua foi colocada no lugar de Nossa Senhora Imaculada, e esta, foi transferida para outro local, deixada em segundo plano, ao lado direito da praça. Outros falavam que a estátua de Anna Rech deveria ser colocada na praça Rio Branco, hoje denominada Pedavena. (Histórico do monumento, 2010).

Valter declara ainda que, “[...] de início a estátua não foi muito valorizada por alguns anarrequenses. Mas hoje certamente temos um monumento de grande valor histórico, cultural e sentimental.” (Histórico do monumento, 2010). Sobre a edificação, Susin ressalta ainda o seguinte:

Com este monumento, estamos homenageando a figura de nossa fundadora, uma senhora imigrante, simples, bondosa, caridosa, de muita fibra, que saindo de Pedavena, Feltre, Itália, aqui chegou para desbravar a 8ª Léguas e dar início a nossa localidade, que hoje possui uma história que muito nos orgulha. Ana Rech, deve ser a única vila, no Brasil, que leva o nome de uma imigrante italiana, mulher. Conhecemos a cidade de Anita Garibaldi em Santa Catarina, mas ela não é considerada imigrante (Histórico do monumento, 2010).

Foi com o intuito de rememorar aspectos da história do povo de Ana Rech que foi erguida uma estátua em homenagem à viúva imigrante que havia chegado inicialmente no lugar. Valter Susin ressalta que, ao assumir a subprefeitura de Ana Rech, notou a falta de conhecimento da população sobre a história local.

Lendo os depoimentos do saudoso Pe. Antonio Tomiello, sobre a história de Ana Rech, chamou-me a atenção a parte que falava o porquê de nossa vila se chamar Ana Rech. Na oportunidade, poucos anarrequenses sabiam o início da história. De início, para dar conhecimento à população, confeccionei um pequeno quadro que ainda hoje (abril de 2010) se encontra na Subprefeitura. (Histórico do monumento, 2010).

No artigo, *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, Pierre Nora (1993) discute acerca da necessidade do estabelecimento de lugares de memória que, no geral, objetivam cristalizar uma memória. Segundo o autor, a aceleração da história fez com que as

“memórias verdadeiras” acabassem condenadas ao esquecimento. Portanto, criaram-se os lugares de memória com um claro objetivo: impedir o esquecimento. É nesse movimento que surgem também os arquivos e também os monumentos.

O lugar de memória nasce e vive, segundo Pierre Nora, a partir “[...] do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”. (NORA, 1993, p. 13). Nesse âmbito, os arquivos se aproximam mais de uma história do que de uma memória.

Da mesma maneira, Suely Pinto (2013) afirma que “[...] os lugares de memória se fazem pela experiência, pelos restos, resíduos daqueles que vivem o lugar e pela preocupação em perpetuar uma memória que é viva, mas crê-se no seu desaparecimento, daí a necessidade de um espaço que reviva essa memória”. (PINTO, 2013, p. 90). Ou seja, os lugares de memória surgem por conta do medo do desaparecimento das memórias. Segundo a mesma autora:

(...) é necessário um esforço de lembrança para ressuscitar esse passado, atualizá-lo enquanto presente por meio “dos sintomas”, abrindo aí uma fissura entre o passado e o presente. É a capacidade de perceber o “sinal de sangue”, que irá transformar o museu em “lugar de memória”. (PINTO, 2013, p. 4).

Por fim, salienta-se que o trabalho do historiador consiste em utilizar métodos de análise para, através deles, extrair dos resquícios de memória algo próximo a uma “memória verdadeira”.

2.2.2 Sobre a imigrante Anna Rech

Existem vários livros que tratam de Anna Rech. Um interesse maior sobre a imigrante surgiu na década de 80, após os festejos do biênio da imigração italiana no Rio Grande do Sul. O primeiro livro – publicado em homenagem à localidade Ana Rech dedica algumas páginas para falar da imigrante que originou o nome do lugar – chama-se “História do povo de Ana Rech” e teve seu primeiro volume (de um total de dois) publicado em 1987. Sob a autoria de padres-escritores e de professores-escritores, sendo esses Pe. João Leonir Dall'Alba, Pe.

Antônio Tomiello, Prof. Juarez E. Rech e Prof. Valter A. Susin, contam a história da trajetória dos camponeses italianos que saem da Itália em busca de uma vida melhor no Brasil.

Ressaltando as virtudes da fundadora de Ana Rech, os mencionados autores destacam que “A ‘velha’ Anna Rech era uma personalidade que se destacou por suas iniciativas, por sua atividade caridosa, pela amizade que ligava a quase todas as famílias da região.” (DALL'ALBA, 1987, p. 54). Os livros enaltecem a viúva imigrante que havia sido homenageada através da estátua inaugurada na localidade.

No segundo volume do livro “História do povo de Ana Rech”, também de autoria de Dall'Alba, Tomiello, Rech e Susin, foi publicado dez anos após o primeiro volume: em 1997. A nova edição possui mais informações genealógicas sobre Anna e, também, contém depoimentos de pessoas que conheceram a imigrante e compartilharam suas memórias com o professor Mário Gardelin⁴⁰. Ao longo de oito páginas há informações obtidas na Itália pelo Pe. Dall'Alba, durante uma viagem que fez até a terra natal de Anna, em janeiro de 1995. Essa viagem, retratada com detalhes pelo padre, aponta que o mesmo contactou o pároco da região italiana e conseguiu acessar o livro de batismo de toda a família de Anna Rech.

Também no livro *Povoadores da Colônia Caxias*, escrito por Mário Gardelin e Rovílio Costa (1992; 2015), a localidade de Ana Rech também foi mencionada. Assim, destacam: “Entre os povoadores da VIII Léguas da Colônia Caxias cabe evidentemente um lugar de destaque a Anna Maria Pauletti Rech, a nossa Ana Rech, a que teve seu nome dado, pelos serranos, à localidade.” (GARDELIN; COSTA, 2015, p. 282). Os autores dedicam algumas páginas para falar apenas de Anna, seu casamento, seus filhos, a viagem para o Brasil e outros aspectos que marcaram a trajetória da viúva.

Ainda, no livro *A saga dos Camaldulenses no Rio Grande do Sul*, publicado no ano de 1999, Honorino Dall'Alba coloca o seguinte.

Devo assegurar ao leitor que em diversas ocasiões, ao longo do ano de 1996, tive acesso ao abundante acervo dos documentos carinhosamente conservados em Camaldoli, na Toscana, sobre a

⁴⁰ Foi um escritor, professor, jornalista, historiador e político brasileiro. Teve uma grande contribuição nos escritos sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul. Mário Gardelin escreveu notícias e colaborou para a escrita de livros sobre o bairro Ana Rech e também sobre a imigrante.

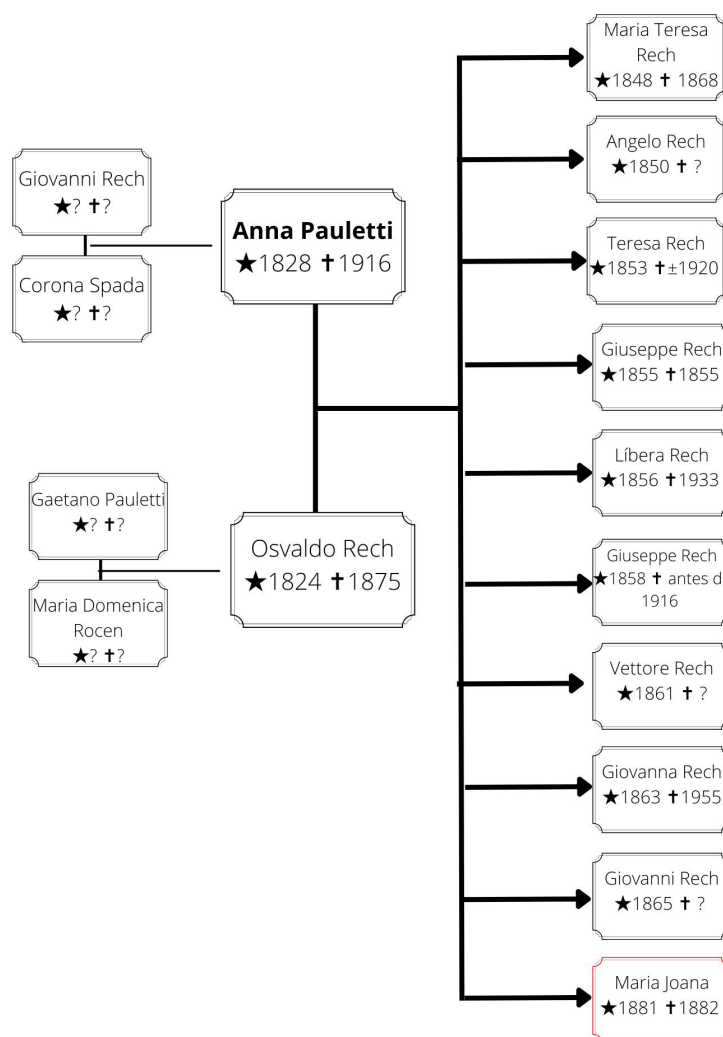
marcante experiência da venerável Ordem eremítica em Nova Camárdoli e Ana Rech, no Brasil, e pude proceder então às pesquisas referentes aos aspectos aqui abordados. (DALL'ALBA, 1999, p. 11).

O livro conta a história dos chamados "monges brancos", os monges camaldulenses (uma congregação italiana que foi enviada em expedição para o Rio Grande do Sul em 1899). Em 1909, inaugurou-se o Monastério da Santíssima Trindade na localidade de Ana Rech. Por conta disso, a obra traz relatos da localidade de Caxias do Sul e de sua "ilustre moradora": Anna Rech. Segundo Dall'Alba, nas anotações dos monges, Anna é chamada de "velhinha", bem como descrita como bondosa e caridosa. Sobre a fase final da vida da viúva imigrante, o referido autor menciona o que encontrou nos escritos dos camaldulenses:

Descemos então até nossa casa, para onde nos seguiram diversas pessoas e as irmãs, com todas as alunas, para nos saudarem. Veio também a boa velhinha Anna Rech, de cujo nome derivou o nome da vila. Ela se lançou de joelhos diante do Padre Maior e, convidada a beijar-lhe o anel, continuava a repetir: "Não mereço, não mereço tamanha graça!". Falava seu dialeto do Feltre, quase ininteligível. Pobre da boa velhinha! Já está com 85 anos... Que o Senhor a conserve. (DALL'ALBA, 1999, p. 58).

Em 2003, foi publicado o livro *Origens e descendências de Anna Pauletti Rech*. Nesse, o autor Pe. João Leonir Dall'Alba busca reconstruir a genealogia da viúva, reunindo todas as informações que possui sobre Anna. Elabora também uma árvore genealógica a partir de testemunhas orais.

Figura 6 - Árvore Genealógica da família de Anna.



Fonte: Compilação do autor⁴¹

Recentemente, o filósofo italiano Salvatore Liotta⁴² escreveu um romance histórico baseado na trajetória de Anna Rech. Esse, publicado em 2013 na Itália, é nomeado *Il viaggio di Anna Rech*. Na obra, o autor mescla ficção com fatos históricos para narrar a vida da imigrante italiana. O livro contou com duas edições em italiano e, através do contato com moradores da localidade de Ana Rech, o autor lançou uma edição em português no ano de

⁴¹ Dados retirados do livro *Origens e descendências de Anna Pauletti Rech*, escrito por Leonir Dall'Alba e publicado no ano de 2003.

⁴² O professor Salvatore Liotta nasceu na Sicília em 1943 e atualmente vive na Região do Veneto. Liotta é graduado em Filosofia, foi diretor escolar e Secretário Cultural de Pedavena.

2016. Valter Susin coloca, porém, que a ligação do filósofo com a região na qual Anna habitou vinha desde março de 2008.

De 31 de março a 15 de maio de 2008, o professor esteve em Ana Rech, realizando uma pesquisa sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul e sobre a imigrante Anna Rech, com o interesse de editar um livro sobre nossa fundadora (Retirado do Histórico do Gemellaggio, escrito por Valter Susin).

Por fim, Anna Rech foi mencionada como uma mulher empreendedora no livro “Mulheres Empreendedoras: A Construção de uma caminhada”, organizado por Anthony Beux Tessari e Vania Beatriz Merlotti Herédia, publicado em 2017. A obra busca conferir uma visibilidade para as mulheres na historiografia da cidade de Caxias do Sul. Sobre a imigrante, Eliana Rela e Vania Beatriz Merlotti Herédia destacam que:

Na historiografia regional, que trata da ocupação da região nordeste do Rio Grande do Sul, como já falamos anteriormente, temos o exemplo de uma mulher vencedora, com características empreendedoras, Anna Maria Pauletti Rech, conhecida por Anna Rech. Essa imigrante italiana chegada ao Brasil em 1877, na condição de viúva com sete filhos, dá demonstrações de ações empreendedoras, marcadas pelo espírito inovador e pela capacidade de lidar com problemas, sem medo, enfrentando riscos e buscando soluções diretas para cada situação enfrentada. (RELA; HERÉDIA, 2017, p. 69).

Assim, Anna Rech é citada na obra com o intuito de dar visibilidade a figuras femininas que se destacaram dentro da sociedade caxiense. A evidência que a referida imigrante ganha nos trabalhos que buscam dar espaço para a participação das mulheres se encontra bastante ligado à imagem que foi construída acerca da mesma quando dos festejos do Centenário da Imigração, momento de edificação do monumento e construção de uma memória pública sobre a viúva italiana, fundadora do povoado de Ana Rech. É preciso buscar compreender o percurso, as dificuldades encontradas, as escolhas e trabalhos realizados pela imigrante durante o período em que viveu na região colonial, especialmente nos primeiros tempos. Mais que apenas constatar o prestígio conquistado pela viúva, o patrimônio material e relacional construído, faz-se necessário entender como tudo isso foi sendo alcançado.

2.3 A ressignificação da imagem da imigrante

Conforme posto anteriormente, nos anos 70 do século XX surgiu a necessidade de exaltar e rememorar aspectos da trajetória da imigrante Anna Rech. A construção de uma memória pública da viúva italiana que tinha o mesmo nome da comunidade em que havia vivido aparece como necessária durante os festejos do centenário de sua chegada ao Brasil. Exaltar algumas das características da trajetória de Anna era uma maneira de também falar positivamente da comunidade de descendentes de imigrantes. Para a população envolvida na construção do monumento e seus idealizadores, a imigrante era motivo de orgulho, por isso se vincular à figura de uma mulher trabalhadora, de bom caráter e religiosa. Essas características eram exaltadas enquanto elementos identitários que ligavam os imigrantes italianos e descendentes. O trabalho e a fé aparecem como aspectos ressaltados nas festividades comemorativas e nas narrativas elaboradas sobre a presença italiana no Rio Grande do Sul. O ambiente que envolveu a construção de monumentos e festejos em homenagem aos imigrantes italianos influencia diretamente nas memórias desta população.

As memórias se transformam com o passar do tempo e de acordo com as relações sociais vividas pelos sujeitos. Em consequência, pode-se dizer que as memórias são constantemente refeitas à luz das experiências do presente. É um permanente refazer de tudo o que foi visto, vivido, lido ou ouvido. (RIGER; OTTO, 2013, p. 84).

Assim como a imagem do imigrante italiano foi redefinido como ordeiro, sofrido e vencedor, a imagem da imigrante Anna Rech serviu para representar a mulher imigrante ideal, mãe, bondosa, esposa e religiosa.

A fim de resgatar as memórias da localidade, um grupo de moradores e padres⁴³ da região iniciam um trabalho de propagação da história da região. Isso porque muitos não faziam ideia da origem do nome do bairro, por exemplo. Valter Susin, ao assumir a subprefeitura, foi um dos responsáveis por tornar público o passado do bairro. No ano de 1973, Susin fez um quadro com duas fotos da imigrante acrescentando o seguinte trecho.

⁴³ Pe. José Lorencini, Camilo Dal Piaz, Ary Albé, Ademar João Bacchi, Belarmino Lamberty e Valter Antonio Susin.

Anna Rech (Anna Maria Paueltti Rech) nasceu em 01 de outubro de 1828, na Itália, lugar denominado Pedavena, Província de Belluno. Era viúva de Osvaldo Rech. Aqui chegou, em abril de 1877, com seus sete filhos: Ângelo, Teresa, Líbera, Giuseppe, Vittore, Maria Giovanna, Giovanni, e irmã Teresa. Atualmente vivem, em Ana Rech, netos e bisnetos da fundadora. Os tropeiros de Cima da Serra que se dirigiam ao Campo dos Bugres – Caxias do Sul, marcavam ponto de parada nos galpões da prestativa imigrante. De tanto as pessoas falarem: “Vamos pousar na Anna Rech; vamos parar, negociar na Anna Rech, ficou o nome de Ana Rech a este lugar. Anna Rech faleceu em 16 de maio de 1916 e seus restos mortais foram sepultados na Capela do Cemitério local desta localidade. (Histórico do monumento, 2010).

Lembra-se que, com o intuito de propagar a história da chamada fundadora do bairro Ana Rech, Susin continuou sua missão de difundir o passado da vila, assim como a imagem da imigrante Anna. O professor foi responsável por propor, debater e organizar a construção do monumento⁴⁴ à imigrante.

Ao construir a genealogia da família de Anna Rech no livro *Origens e descendência de Anna Pauletti Rech* (2003), Pe. Leonir Dall'Alba ressalta que:

Por causas que vem de outras gerações os descendentes de Anna Rech sentiam-se mal como descendentes de Anna Rech. A família ficou desunida, nem se reconhecendo como a mesma família. Agora tentamos fazer ver que é a única família que tem a honra de ter uma imigrante italiana dando o nome a uma localidade, celebrada nos dois mundos (...). (DALL'ALBA, 2003, p. 18-19).

A dificuldade no mapeamento da genealogia da imigrante feito pelo Pe. Dall'Alba é ressaltada na citação acima, contudo, a justificativa dada para tal dificuldade é pouco esclarecedora. Longe de nos explicar o motivo real do desinteresse da família por sua ancestral, Dall'Alba deixa-nos intrigados a questões que possam ter sido abafadas sobre o passado da imigrante, através da vaga menção. Longe de julgar a imagem de Anna como correta ou incorreta, mas, devemos estar atentos a qualquer resquício que reporte a conduta da viúva. Resquícios estes que podem ter sido abafados por seus conterrâneos a fim de positivar e edificar a imagem de Anna Rech.

⁴⁴ Para mais informações, ver o tópico "2.2.1. O guardião da memória: um monumento a Anna Rech", deste trabalho.

Em seu depoimento sobre a imigrante Anna Maria Pauletti Rech, o Pe. João Leonir Dall'Alba (2003) obstinadamente busca esclarecer qualquer relato que não vá ao encontro da imagem positiva sobre a viúva. O padre reserva uma página do livro⁴⁵ para confrontar questionamentos em relação à conduta da imigrante. Isso porque, especialmente, durante a construção do monumento em homenagem à Anna, surgiram questionamentos locais em relação à obra almejada pelas autoridades. Segundo Dall'Alba, Anna Rech:

Sempre fora estimada, todos os antigos a bendiziam, nunca uma crítica. De repente, no centenário da chegada, a população quer elevar-lhe um monumento. Mas houve quem não queria colaborar, tinha por adversário alguém da comissão pró monumento. Então falou mal da mulher Anna Rech. “E olhem que eu a conheci!”, dizia o tal, para corroborar suas afirmações. Ninguém falara mal dela antes. O cujo a conhecera, sim, ou poderia tê-la conhecido, mas quando era criança de poucos anos e a velhinha teria já passado dos 80. (DALL'ALBA, 2003, p. 14).

A existência de críticas em relação a Anna Rech e o monumento indicam que a construção do mesmo não foi uma decisão apoiada por todos. Durante a obra surgiram comentários entre a população local que questionavam a decisão de homenagear a imigrante. Segundo Dall'Alba, após 20 anos da construção do monumento, ele passou a buscar respostas aos rumores do passado contra a viúva italiana homenageada, porém, afirma que nenhum deles procedia. Sem mencionar o conteúdo dos rumores, que provavelmente questionavam a conduta da imigrante⁴⁶, Dall'Alba escreve:

Todos sabiam que, com muito sacrifício, criara uma família grande, soubera acolher bem duas filhas problemáticas, soubera enfrentar o mar perigoso, os problemas todos da emigração, para salvar a família. Soubera criar aqui um círculo de estima e amizade, tanto entre os colonos como entre os Serranos. (DALL'ALBA, 2003, p. 14).

⁴⁵ Livro: Origens e descendências de Anna Pauletti Rech, escrito pelo Pe. João Leonir Dall'Alba e publicado em 2003.

⁴⁶ Na página 14 do livro Origens e descendências de Ana Pauletti Rech, escrito pelo Pe. João Leonir Dall'Alba e publicado em 2003, ele menciona um morador do bairro Ana Rech que teria falado mal da mulher Anna Rech. Contudo, não são expostas as maledicências, apenas “Então falou mal da mulher imigrante”. Ao longo desta página e na seguinte o padre afirma o que a Anna era estimada por todos, madrinha de mais de 40 afilhados, era parteira, mãe, nada racista ao permitir que sua filha casasse com um brasileiro, estimada pelos monges camaldulenses, negociante empreendedora e amiga estimada dos santos homens da Igreja. Por fim, ele ressalta que sua casa não era hotel, visto que era frequentada por tropeiros, deixou claro que o lugar deles era no galpão.

O movimento de positivação da imagem de Anna, feito por Pe. João Leonir e por alguns moradores, é contínuo ao longo do livro. Nota-se, porém, que a veneração à Anna não era unânime. Por esse motivo, o padre afirma constantemente as atitudes “honrosas” de Anna Rech:

Errados estão os familiares que se sentem quase humilhados ao pensar-se descendentes dessa mulher, que chegam a dizer que nem casada estava, na Itália, quando vi com meus olhos a certidão de casamento na igreja natal, certidão de que tirei xerox e posso apresentar. A família deve orgulhar-se de ter tido avó tão ilustre, a mais ilustre mulher da imigração. A senhora Anna Rech, merece a honra, merece a glória, merece os louvores que lhe apresentamos. (DALL'ALBA, 2003, p. 14-15).

Entre os próprios familiares de Anna não existia orgulho em dizer que descendiam da viúva⁴⁷. Apesar de existirem críticas ao comportamento da imigrante, o teor das mesmas não é considerado como uma possibilidade nos livros analisados. De acordo com Dall'Alba (2003), o bairro Ana Rech foi o único a receber o nome de uma imigrante italiana e esse fato é motivo de orgulho para os moradores do bairro. Essa informação é amplamente difundida pelos anarequenses, logo, não seria interessante que algo viesse à tona e manchasse a imagem da fundadora. Identifica-se essa necessidade de silenciar comentários sobre fatos que questionassem a conduta da imigrante ou a imagem dela, que estava sendo exaltada através da construção do monumento e narrativas enaltecidas elaboradas no período ou publicadas posteriormente em livros.

Durante os festejos do Centenário, matérias publicadas em jornais também colaboraram para afirmar uma determinada imagem e memória da imigrante Anna Rech. Visando exaltar as qualidades e rememorar seus feitos, a fim de torná-la um símbolo de orgulho a seus conterrâneos, o periódico *Pioneiro*, de Caxias do Sul, compartilhou a história de Anna em suas páginas. Esse movimento de rememoração se iniciou durante o Centenário,

⁴⁷ A informação foi colocada pelo Pe. João Leonir Dall'Alba, no livro *Origens e Descendência de Anna Pauletti Rech* (2003). O padre destaca que a família não tem orgulho em dizer ser descendente de Anna Rech, por motivos antigos (DALL'ALBA, 2003, p. 18-19).

mas, perdurou nas matérias de jornais por muito tempo (principalmente nos jornais de cunho religioso).

Figura 7 - Recorte de matéria jornal Pioneiro Caxias do Sul

PIONEIRO Caxias do Sul, 21 de dezembro de 1977 página 17

CENTENÁRIO DE ANA RECH REPERCUTE NA ITÁLIA

La cittadina di "Ana Rech" in Brasile compie un secolo



Da questo celebre abitato profano oltre l'oceano di una cittadina brasiliana che porta, nome e cognome di un'immensa italiana, Ana Pacelli Rech, originaria di Sesto del Caspese. Questa donna quasi leggendaria partì dall'Italia all'età di 44 anni con un fido di più milioni di lire, si fu il giorno 17 a la scuola Trossa di 24 anni. Arrivò al Campo dei Briganti, l'attuale Caxias do Sul, il 14 gennaio 1878 e finì in una abitazione nella conchietta vicina Lago. Qui aprì un "posso", una locanda che ben presto divenne il centro ed il punto di riferimento degli emigrati italiani della zona.

La donna vive sino alla avanzata età di ottantotto e più e quel tempo parte di suo tempo, si sente una sua cittadina che si chiama appunto "Ana Rech". Una felice donna rimasta nella parolaccia della zona e fu l'unico di tanti mantovani suoi concittadini dai quali discendevano gli attuali abitanti mantovani.

Esistono a cento anni da quei fatti, che sanno quasi di leggenda o meglio di epopea costruita la più facile e stupida, il ricordo di momento di festeggiare il primo secolo di vita della città del Rio Grande do Sul. Il programma, che si svolgerà verso la fine dell'anno in corso, prevede l'inaugurazione di un monumento ad Ana Rech, i suoi nomi venuti sempre immortali nella chiesa della città sotto il nome della femmine emigrata italiana.

L'evangelismo è particolarmente attento in quello stato brasiliano con vivace successo ed attenzione coltiva bellissime e felicità in particolare.

As solennidades que assinalaram o passagem de um século do distrito de Ana Rech repercutiram na Itália, em Belluno, província natal da fundadora. O mensário "Bellunesi Nel Mondo", dedicou uma reportagem, destacando o acontecimento.

Curso de alemão na UCS

Existem acentuadas possibilidades de, breve ser aberto um Curso de Literatura, Língua e Cultura Alemã, em nossa Universidade. A notícia procede de fonte particular, sendo ainda guardada em reserva de parte do Gabinete do Reitor e das pessoas que nele trabalham. Os antecedentes, entretanto, são conhecidos. Há muito tempo, o Consulado Geral da República Federal Alemã, em Porto Alegre, foi sondado sobre a possibilidade de ser fundada na Universidade uma Cátedra específica, no Centro de Humanidades. A idéia foi muito bem recebida, graças ao prestígio que a Universidade desfruta junto ao consulado alemão, e de modo especial, ao setor cultural. Recentemente, o assunto foi novamente levantado e a receptividade foi a mesma. A idéia é que a Universidade funde a cátedra de alemão, que além de tratar da língua, cuidará da literatura e da cultura alemãs. Além do interesse tecnológico que o alemão desperta como língua vinculada à mais avançada industrialização, há muito interesse de parte de jovens que já vão à Universidade sabendo falar alemão. Os entendimentos preliminares, em caráter não oficial, já foram encaminhados com o Consulado, onde foi encontrada a mais ampla simpatia. A Alemanha, se as tratativas tiverem êxito, deverá colaborar com a designação de um professor alemão, vindo especificamente para Caxias do Sul. Além da presença do professor, a UCS receberá livros, documentos, discos e material informativo sobre a cultura alemã. A UCS desfruta de grande aceitação e excelente relacionamento com a diplomacia alemã.

Jantar Natalino em Galópolis

Informa-se que foi suspenso o Jantar Natalino a ser realizado em Galópolis, em benefício as Capelas Mortuárias, a ser realizado no dia 24 de dezembro de 1977. A decisão foi tomada por que o Conselho do Plano Diretor Urbano negou a licença de construção.

Ed. Vitória Régia



O Ed. Vitória Régia está numa localização muito privilegiada. De um lado o verde do Parque Cívico-centro e o canto das pássaros; do outro, o imponente Estádio Centenário, com suas tardes festivas e noites ferocemente iluminadas. O barulho do centro, longe o bastante para não incomodar, mas o acesso ao transporte, as compras e aos bons restaurantes são fáceis que é como tê-los à porta. Sol por todos os lados. Do nascer ao por. Uma glória.

Apartamentos com 3 dormitórios, sala estar/jantar, copa/cozinha, banheiro, dig. empregada, banheiro auxiliar, área de serviço e garagem. Somente 4 apartamentos por andar.

Venda pelo Sistema S.S.P.P.

Fineiro Machado, 3271 - Fone: 21.1567

ENCARREGADO SETOR DE PRENSAS

P.N.S. INDÚSTRIA DE AUTO PEÇAS LTDA, necessita para admissão imediata, de um encarregado para o setor de PRENSAS.

EXIGE:

- Experiência compatível para a função;
- Licença;

OFERECE:

- Assistência Médica e Odontológica;
- Bom ambiente de trabalho;

Salário a combinar e, de acordo com aptidões apresentadas. Os interessados, que preencherem os requisitos acima, deverão apresentar-se, munidos da Carteira Profissional, à Estrada Estadual RS-25 Km 13,5, de 2ªs a 6ªs feiras, em horários de expediente.

Faça a surpresa mais desejada do ano.

Não se esqueça dos presentes neste Natal.

CLUBE DE DIRETORES LOJISTAS SINDICATO DO COMÉRCIO

Fonte: Hemeroteca Digital, periódico do jornal Pioneiro de Caxias do Sul (21/12/1977, p. 17).

O jornal *Correio Riograndense*, periódico católico criado em 1909 pela Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, também apresenta reportagem sobre a repercussão na Itália das comemorações de um século da localidade de Ana Rech. Mas, a nomenclatura do jornal passou por diversas modificações ao longo do tempo. Inicialmente, nomeado *La Libertà*, era publicado na língua italiana. Em seguida, foi vendido e o nome passou a ser *Il Colono Italiano*.

Em 1917, sofreu mais uma alteração de nome devido a uma nova venda e passou a ser *La Staffetta Riograndense*. Em 1941, após a proibição de jornais em línguas estrangeiras, o jornal foi obrigado a mudar o nome para “Correio Riograndense”. O referido jornal colaborou para dar publicidade aos festejos do centenário da imigração italiana.

Segundo Juliana Manfio (2019), “[...] o Correio Riograndense apresentou várias reportagens a respeito dos festejos ocorridos nas antigas colônias de imigração italiana. Isso possibilitou perceber, entre outros aspectos, as diferentes formas de divulgação das festividades no Rio Grande do Sul.” (MANFIO, 2019, p. 19).

O *Correio Riograndense* publicou inúmeras matérias falando sobre a figura “emblemática” de Anna Rech. Abaixo, está um recorte de uma dessas matérias. Essa, em específico, aponta que a trajetória de Anna foi inusitada e heroica. Isso porque, conforme escreve o jornal, tratava-se de uma mulher viúva que acendeu na vida, sem um marido ao seu lado.

Figura 8 - Recorte de matéria do jornal Correio Riograndense

Cultura

ANNA RECH

Mulher que deu nome a uma localidade já em 1890.

“Viúva, com família grande, Ana Rech ouviu falar de um distante país, chamado Brasil, cujo governo dava a passagem de navio, de graça. Apresentou-se à repartição, para obter os documentos necessários. Ritam-se dela, Traegli (...) Ana Rech e seus filhos chegam à Colônia Caxias, sede Dante, no dia 15 de dezembro de 1876. ...”. Professor Mário Gardelin, em poucas linhas, descreve com detalhes a história de titular de um possível novo município da região de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. O plebiscito está marcado para o dia 24 de abril, quando os moradores de Ana Rech poderão aprovar ou não a emancipação.

Oswaldo Rech e Ana Maria Pauletti casaram no dia 22 de novembro de 1847, na paróquia de Vignul. Testemunharam Ercópio Colera, filho do falecido Giovanni Colera e Geremia Belloni, filho de Antonio Belloni. O casal reside na estrada de Murto, no município de Pedavena. A acomodação a família empiochou com os seguintes filhos: Angelo, nascido a 8 de setembro de 1850; Teresa, em 28 de março de 1855; Libera, em 5 de julho de 1856; Giuseppe em 3 de outubro de 1855; Vittoria Angelo em 25.1.1881; Giovanni em 22 de junho de 1863 e Giovanni em 15 de maio de 1865.

A vida da família de Oswaldo e de Ana Rech em nota se diferenciou das demais da localidade, até que no dia 24 de dezembro de 1876, aos 33 anos de idade, o marido faleceu. Os registros dizem que três meses após a morte e que foi sepultado no antigo cemitério de Pedavena (já muito destruído) no lado do dia 25, em pleno Natal. As solenidades fúnebres contaram com a presença de um grande beneditino da nossa imigração, o padre Pe. Gaspar Argenteo, de Murto, e mesmo sacerdote que mais tarde também virá ao Brasil e se fixará na cidade de Itajaí, como capelão do povoado que tomará o nome da viúva de Oswaldo Rech, a noiva Ana Rech.

NO BRASIL

Viúva, com família grande, Ana Rech ouviu falar de um distante país, chamado Brasil, cujo governo dava a passagem de navio, de graça. Apresentou-se à repartição, para obter os documentos necessários. Ritam-se dela, Traegli, amesegando atrás-se no Rio Prata (que passa ali perto), juntamente com os seus. Ela e a família partiram. Na viagem de trem, para o porto, Giovanni, o filho, caiu do vagão... sendo preciso recuperá-lo. Felizmente, não se pôde. No navio, a família nada sofreu. Imigrantes, porém, morreram e foram lançados ao mar.

Ana Rech e seus filhos chegam à Colônia Caxias, sede Dante, no dia 15 de dezembro de 1876, pouco menos de um ano após a morte de Oswaldo. No mesmo dia chegaram, e deventar-se-ão companheiros de viagem as famílias Giovanni Corso, Stefano Tafani, Luigi Ferrari, Giuseppe Bonfanti, Andrea Francanelli, Susi Bonfanti, Bombasaro Giovanni, Garbin Giovanni, Venzon Giovanni, Sabben Domenico, Sabben Giuseppe, Susi Angelo e Susi Abramo e ainda Venzon Bartolomeo, este sozinho.

Ana Rech e os filhos permaneceram longos meses no Barracão dos Imigrantes. Ela adquiriu um lote no Travesseiro Leopoldina, nº 104 e seu filho Angelo o do lado. As autoridades da Colônia controlam a casa. Recebe alimentos e ferramentas, e, mais, transporte. De tudo será debitada em 8518006. Sua colônia tem 256.760 metros quadrados e três colônias 208255. As autoridades dão longo prazo para o pagamento. A fixação no lote, segundo a tradição, se dá em abril de 1877. Já havia outros moradores nas vizinhanças. Trabalhou na colônia. Apendeu o ofício de parteira. Era muito prestativa e caridosa, passando, aos poucos a ser muitas amadas. Sua casa transformou-se em pequeno armazém, casa de pasto e pouso de tropeiros. Sua casa situava-se à margem da importante estrada, denominada Conselho Dante, que ligava Caxias aos Campos de Cima da Serra. Por ela vinham tropas, gado e viajantes.

A MULHER

No dia 19 de outubro de 1881, a uma da madrugada, foi depositada à porta de sua casa, uma menina, de cor preta. Ana Rech recolheu-a, constatou que não fora batizada e dirigiu-se a Caxias, onde o Pe. Agostino Maghin admitiu o sacramento do batismo. Foi-lhe dado o nome de Maria Joana e foram padrinhos os filhos Angelo e Giovanni. Ana de tudo informou ao diretor da Colônia João Maria de Almeida Portugal e manifestou o desejo de dar-lhe a criação. Que faria ele? Apoiou que ela criasse e pastou, dos seus ensinamentos, a destacar uma pequena parte como auxílio.

Em 5 de dezembro de 1881, ele encaminhou ao Presidente da Província Francisco Soares Brandão um requerimento de Ana Rech, solicitando um auxílio, para a criação da pequena Maria Joana, segundo o testemunho do diretor vinha recebendo uma atenção especial. A criação não vingou, pois veio a falecer no dia 13 de maio do seguinte, ou seja, 1882, e foi sepultada no cemitério, ao lado da igreja.

Nesse mesmo ano, Ana havia doado um terreno, de 84 metros de frente por 70 de fundo, para construção de uma capela e de uma casa carnicária. Em 1907, ela vendeu aos páris camaldulenses 18 hectares de suas terras, onde seria construído o Mosteiro da Santíssima Trindade.

LOCALIDADE

Enquanto isto, seu hotelzinho e seu pouso prosperaram. Já em 1890, a localidade, nos depoimentos dos sertanejos, era conhecida como “Ana Rech”. O registro do doleiro Luigi Perzi, ocorrido em 18 de setembro desse mesmo ano, faz constar pelo 8º Lote ou Nossa Senhora do Caravaggio, mas, sim, Ana Rech. O mesmo corre com outros assentos.

Ana Rech criou os seus filhos, e encaminhando-os. É nomeando a sua descendência. Giovanni, uma linda moça, casou com Antunes Custódio da Silva, que tinha 70 anos. Ana não amparou com a filha, por 1887 rabouca era refofo, “trasteiro” e moreno.

Ela era muito devota. Seus últimos anos passaram-se rezando. Os dedos da mão direita, de tanto aguar o terço, ficaram curtos. Morou em 18 de maio de 1916, aos 68 anos de idade, e 39 de residência no Brasil. Foi sepultada no cemitério, ao lado de Maria Joana. Em 1844, seus restos foram colocados na Capela do mesmo Cemitério e em 1877, na torre da igreja matriz. Nesse mesmo ano, foi-lhe dedicada uma grande estátua, na via.

Em minha família guardamos uma carinhosa lembrança. Ela foi madrinha de batismo de meu pai.

Registro do casamento de Ana Maria Pauletti com Oswaldo Rech, em Vignul, Belluno, Itália.

Fonte: Hemeroteca Digital, periódico do jornal Correio Riograndense (13/04/1988, p. 17).

O fato de Anna ser uma mulher que, em um contexto de controle do feminino, teve uma localidade nomeada em sua homenagem, é algo incomum. A rememoração do passado da região e, principalmente, da imigrante, foi recorrente. Isso ocorreu através de livros, colunas de jornais e festas locais que homenagearam a perseverança de Anna Rech. Os esforços na propagação da imagem da imigrante não se deram apenas aqui no Brasil, mas, também, em Pedavena, na Itália (local de origem de Anna), através do diálogo entre as autoridades de Pedavena e Caxias do Sul que reconheceram o “triunfo” da imigrante.

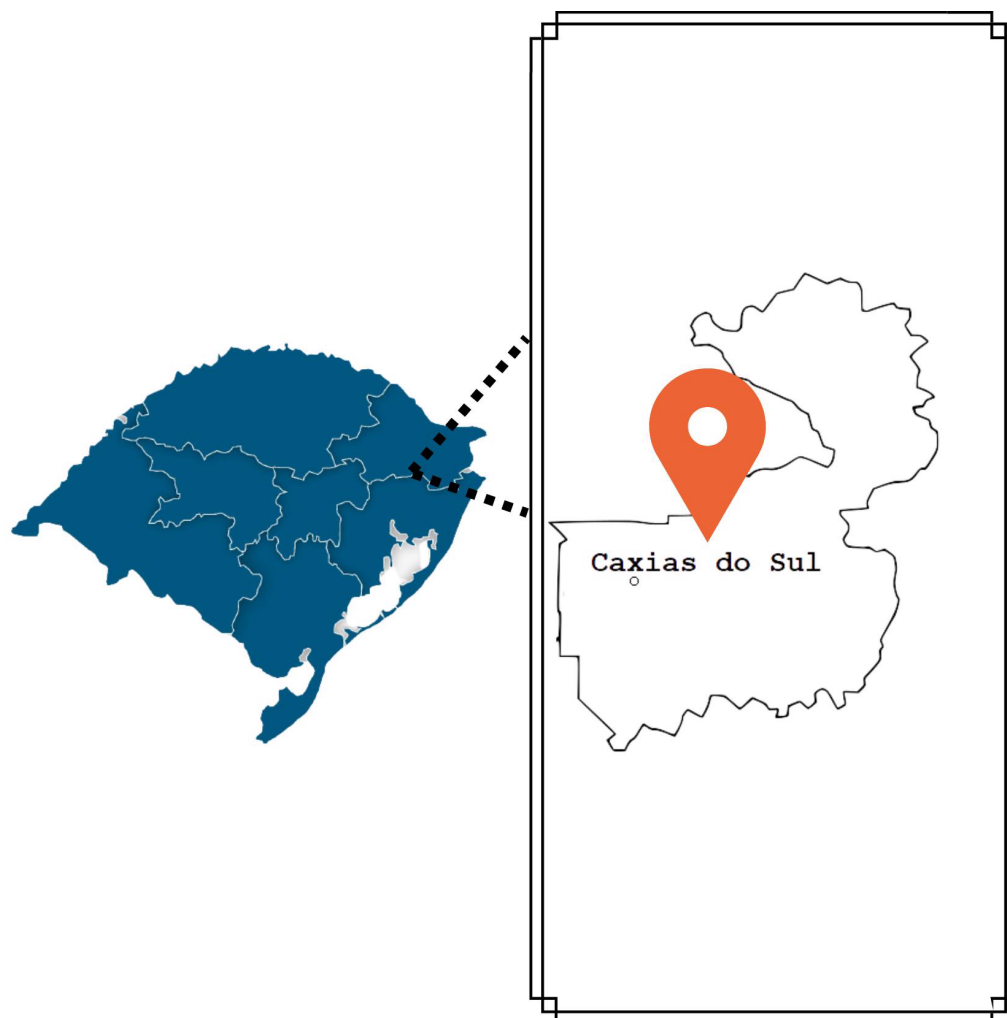
Mapa 1 - Mapa da região natal de Anna, Pedavena na Itália.



Fonte: Página da Wikipedia⁴⁸.

⁴⁸ Disponível em: <https://de.wikipedia.org/wiki/Datei:Map_of_region_of_Veneto,_Italy,_with_provinces-it.svg>. Acesso em: 14 maio 2022.

Mapa 2 - Mapa da região onde Anna se instalou, atual bairro Ana Rech, Caxias do Sul, RS



Fonte: Montagem feita pelo autor⁴⁹.

Como destaca Pe. João L. Dall'Alba (2003), houve contato entre os moradores de Ana Rech e Pedavena, assim como entre os prefeitos das citadas comunidades. Um convite feito pelo Sindicato de Pedavena ao prefeito de Caxias do Sul para uma visita à comunidade italiana

⁴⁹ Imagem utilizadas na montagem. Disponível: <<https://suburbanodigital.blogspot.com/2018/02/mapa-de-caxias-do-sul-rs-para-colorir.html>> Acesso: 16 de maio de 2022.
Disponível: <<https://supremais.net.br/representantes-rs/>>. Acesso: 16 de maio de 2022.

para um futuro *gemellaggio*⁵⁰ comprova o pacto de amizade firmado (em 2007) pelas comunidades.

Além do *gemellaggio*, a escola do vilarejo onde Anna morava na Itália alterou seu nome de *Duca d'Aosta Emanuele di Savoia* para *Scuola Elementare Statale Anna Rech*. A troca de nome ocorreu no ano de 1990, através do trabalho da prefeita de Pedavena (na época, Cesarina Perera, esposa do historiador Giuseppe Corso). Anna recebeu mais essa homenagem. Lembra-se, aqui, que Giuseppe Corso foi responsável por escrever, em 1989⁵¹, uma epopeia intitulada "Anna Rech di Pedavena".

Figura 9 - Fotografia da placa da "Scuola Elementare Statale Anna Rech" de Pedavena



Fonte: Arquivo pessoal de Valter Susin.

2.3.1. A “santa” Anna

O Pe. João Leonir tentou colocar Anna Rech num outro patamar. Assim, declara:

Eu, Padre João Leonir, em consciência, pelo que pude ouvir nas minhas pesquisas, posso afirmar solenemente, perante Deus e a Igreja, que foi uma mulher extraordinária, também em sua vida moral, e que

⁵⁰ Gemellaggio significa “Cidades-Irmãs”. É um acordo firmado entre cidades ou países, que compartilham pontos culturais comuns e projetos diversos no campo da cultura.

⁵¹ Em 2001 foi lançada a segunda edição do pequeno livro, que foi financiado pela *Comune di Pedavena*, onde consta a troca do nome da escola. Informações retiradas do Histórico do Gemellaggio feito por Valter Susin.

é merecedora de uma estátua, não só diante da igreja, mas também como santa, nos altares. (DALL'ALBA, 2003, p. 15).

O fato de associar a figura da imigrante com a de uma santa ocorre pelo fato de ter Anna vivido uma vida dedicada à fé e à Igreja. Segundo André Vauchez (1989), “[...] cada santo ou santa dignos desse nome procurou em vida, se não se identificar com a pessoa do filho de Deus, pelo menos, aproximar-se ao máximo desta norma absoluta.” (VAUCHEZ, 1989, p. 211). A vinculação da imagem de Anna a de uma santa não é algo inusitado, uma vez que as memórias sobre a imigrante, em sua maioria, destacam sua fé e devoção a Deus.

Entretanto, não foi encontrado nenhum registro de que Anna Rech tenha, de fato, realizado um milagre. Na verdade, a palavra “santa” possui um sentido diferente quando se refere à imigrante, pois tratava-se de uma mulher, caridosa, humilde e sofredora, que seguiu os passos de Cristo. Rodrigo Ballesteiro Pereira Tomaz (2010) diz que “[...] só se é santo em função dos outros e pelos outros [...]” (TOMAZ, 2010, p. 5), ou seja, quem torna alguém santo popular é a própria população que os venera e acredita que esse é uma figura superior que se aproxima de Deus. Contudo, para receber o título de santo a partir do século XIII, segundo André Vauchez (1989), o “[...] novo tipo de santidade apostólica e evangélica [...]”, a Igreja toma o controle da denominação de santos a partir da canonização⁵². Assim, no período da escrita dos textos e construção do monumento em homenagem à Anna, a santificação já não era uma decisão de ordem popular.

Durante as comemorações do Centenário da chegada da imigrante ao Rio Grande do Sul, uma lembrança foi feita sobre a imagem de Anna. Através da disseminação da bondade e benevolência da imigrante, a italiana passou de “caída no esquecimento” para se tornar exemplo, sendo as características exaltadas como aspectos que deveriam identificar toda a população local descendente de imigrantes italianos na região. Como vimos anteriormente, surgem pesquisas e livros que passam a destacar a força, coragem e fé da comunidade que recebeu o nome de sua primeira moradora.

⁵² É a confirmação final da Santa Sé, a atribuição do título de Santo a alguém e só pode ser concedida pelo Papa. Para mais informações sugiro a leitura do Código de Direito Canônico.

Muitos dos primeiros estudos sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul foram escritos por padres⁵³ que mantinham vínculos étnicos com as regiões coloniais. O mesmo ocorre com os textos sobre Anna Rech. Cita-se como exemplo o caso do Pe. João Leonir Dall'Alba, já citado.

Reconhecemos a existência de um processo contínuo de trocas culturais entre a Antiguidade Clássica e a Idade Média, principalmente em seus primeiros séculos. Dentre diversos elementos, a figura do herói serviu como modelo para os escritores cristãos na construção de uma nova personagem, de enorme importância para a constituição de uma “mitologia cristã”, a saber a do homem santo. (TOMAZ, 2010, p. 8).

Esse fator explica a tendência bibliográfica de postular heroísmo a determinados indivíduos. Ademais, Anna era uma mulher muito devota e colaborou para a construção do cemitério da localidade, doando um pedaço de suas terras – aspecto esse que é de suma importância na posituação da imagem da imigrante. Questiona-se, porém, até que ponto a viúva doou a terra por simples caridade? Quais outros interesses estão por trás dessa decisão? Manter boas relações com os padres e a Igreja traria algum tipo de vantagem para a viúva imigrante?

A Igreja católica pregava pela boa conduta feminina, distribuindo materiais impressos de como uma boa mulher deveria se comportar perante a sociedade e os homens. Abaixo, um livreto distribuído pela Igreja católica entre os anos de 1912 e 1945 - intervalo de tempo em que Dom João Becker foi arcebispo metropolitano de Porto Alegre⁵⁴.

⁵³ Olívio Manfroi, Rovílio Costa, Luis Alberto De Boni, Eusébio Roque Busanello, Pe. Pio José Busanello, Pe. Clementino Marcuzzo e Pe. João Leonir Dall'Alba.

⁵⁴ A edição do livreto não contém data de publicação, apenas faz menção ao arcebispo da época Dom João Becker, que ficou no cargo por 33 anos (1912-1945), o livro foi publicado pela Gráfica Central de Guaporé no Rio Grande do Sul.

Figura 10 - Fotografia do livreto Manual das mães Cristãs



Fonte: Fotografia retirada por Alexandre Astolfi do livreto que pertence a seu arquivo pessoal.

A boa imagem da mulher cristã permeia a figura de uma boa mãe, religiosa, que serve a seu marido e à comunidade e é bondosa com todos. Uma mulher do lar, que cuida de seus filhos e de seu companheiro e dedica sua vida a essa função. A lista das obrigações de uma boa mãe, segundo o livreto, inclui as seguintes características.

Amar o marido;
 Respeitá-lo como seu chefe; Obedecê-lo com afetuosa prontidão;
 Adverti-lo com discrição e prudência; Responder-lhe com toda mansidão; Servi-lo com desvelo;
 Calar quando o ver irritado;
 Tolerar com paciência seus defeitos;
 Não ter olhos nem coração para os outros;
 Educar santamente seus filhos;
 Ser muito atenciosa e obediente para o sogro e a sogra; Benévola com os cunhados;
 Prudente e mansa com todos;
 Carinhosa com toda a família. (p. 28-29)

Salienta-se que a educação católica e os preceitos religiosos regiam a vida da maior parte da população nas colônias de imigração italiana. As normas e regras expressas na Igreja

deviam orientar o comportamento das mulheres na família e na comunidade. Por isso, era essencial que Anna tivesse uma boa relação com a Igreja e os padres, considerando a vulnerabilidade de sua situação enquanto viúva. Sobre as obrigações das viúvas, o livreto impõe o seguinte.

Viver pura como as virgens;
 Vigilante como as casadas;
 Dar exemplo de virtude a umas e a outras; Ser amiga do retiro;
 Inimiga dos divertimentos mundanos; Aplicada à oração;
 Cuidadosa pelo seu bom nome;
 Amante da mortificação;
 Zelosa pela glória de Deus. (p. 30)

A viúva deveria dedicar o resto de sua vida a Deus e a Igreja Católica, longe de qualquer divertimento que pudesse ferir a honra. Enquanto devota à Igreja, Anna parece ter tido um bom relacionamento com os padres do lugar, doando inclusive terras para a construção de uma capela. A doação foi a extensão de 84m x 70m para a construção da capela de Nossa Senhora de Caravaggio. Também concedeu terrenos para construção do Monastério dos Camaldulenses, bem como vendeu terras para a construção do Colégio das Irmãs, tendo cobrado valor mínimo permitido por lei⁵⁵. Além das referidas iniciativas, tomadas como provas da bondade e religiosidade da imigrante, a mesma colaborava com ações caritativas promovidas pela Igreja. Segundo o depoimento de Julieta Petry, "[...] sei muito pouco sobre a Anna Rech. Mas sei que era uma pessoa muito boa, santa e religiosa". (DALL'ALBA, 1997, p. 43). Na imagem que representa Anna Rech, fé, devoção e catolicidade da imigrante aparecem destacadas, carregando a italiana um terço em suas mãos.

A Igreja Católica, nas colônias de imigrantes italianos, desenvolvia um papel importante no que diz respeito ao funcionamento das localidades. Tanto nas questões ligadas à moralidade quanto às regras estabelecidas como apropriadas ou inapropriadas. A mulher, nesse cenário, é exaltada por sua posição de mãe, esposa, dona de casa e devota. Sendo assim, sua vida fora de casa era restrita aos eventos religiosos. Enquanto isso, os homens tinham

⁵⁵ Informações extraídas do livro História do povo de Ana Rech, escrito pelo Pe. João Leonir Dall'Alba, Pe. Antônio Tomiello, Prof. Juarez E. Rech e Prof. Valter A. Susin (1987, p. 55-56).

liberdade de se dirigir às bodegas para jogar cartas, beber e conversar com os amigos. Qualquer mulher que desrespeitasse as regras morais, acabava se tornando alvo dos comentários negativos e julgamentos locais, que maculavam a honra perante a sociedade.

Para a historiografia laudatória, a imigrante Anna Rech representa mais uma “heroína” do que uma “santa”. O herói ou heroína, segundo Rodrigo Ballesteiro Pereira Tomaz (2010), é uma figura admirável, que possui enorme força moral, destoando, portanto, da população comum. Ele ou ela andam por onde poucos se atreveram a andar, são capazes de façanhas extraordinárias, tornando-se, por conta disso, imensamente admirados(as). Assim, como uma heroína, Anna foi e é aclamada pela população pelos feitos que orgulha os moradores do bairro Ana Rech. Pe. João Leonir Dall'Alba (2003), por exemplo, diz o seguinte:

Uma mãe de grande família, que, para sustentá-la, soube deixar a pátria como emigrante, enfrentar as agruras da viagem, chegar às florestas do Brasil como imigrante, ter iniciativa empresarial de hoteleira, comerciante, tropeira, ser parteira altruísta, aceitar a criação de criança negra, ser estimada e acolhida nas famílias como comadre com mais de 40 afilhados. (DALL'ALBA, 2003, p. 19).

A imigrante é exaltada por sua força, coragem e caridade. Ela é, em termos conceituais, de fato uma heroína e não uma santa. Porém, por sua imagem ser associada à de uma mulher que seguiu os passos de Cristo, fazendo o bem a todos à sua volta, corroboraria a atribuição de santa conferida a ela.

Neste capítulo, buscamos analisar o momento de construção do monumento em homenagem à Anna Rech no lugar em que se estabeleceu assim que chegou à região colonial no atual município de Caxias do Sul. Determinados aspectos da trajetória da imigrante foram rememorados e exaltados durante os festejos do Centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul, o que possibilitou a construção de uma memória pública sobre a viúva, que chegou à área de colonização na companhia dos filhos e conseguiu progredir economicamente, tornando-se proprietária de terras e comerciante. Nos capítulos seguintes, iremos procurar compreender as escolhas realizadas por Anna Rech, os desafios enfrentados, as estratégias que utilizou para garantir inserção social e respeito entre os conterrâneos na sociedade local.

A ideia é trazer outros aspectos que marcaram a vida e o percurso da imigrante que foram silenciados ou ignorados quando dos festejos dos cem anos da imigração na região colonial.

3 “CHEFA DE FAMÍLIA”: UMA MULHER QUE CONTORNOU OS LIMITES DA VIDA PÚBLICA

Na Itália, vida ilibada de mãe de nove filhos⁵⁶. Aqui, vida social intensa, de pioneira imigrante, de mãe, de negociante empreendedora, de amiga estimada dos homens de Igreja. (DALL'ALBA, 2003, p.14-15).

Na transição do século XIX para o século XX, os resquícios patriarcais que hoje tentam delimitar o espaço da mulher na sociedade eram, ainda, leis (no sentido constitucional) e normas (no sentido comportamental) profundamente enraizadas na cultura de todas as sociedades ocidentais. Por seus pais e pares e desde muito jovens, homens e mulheres eram ensinados seus respectivos papéis: os primeiros deveriam dominar a esfera pública; enquanto as segundas regeriam a esfera privada. Entretanto, o que se *deve* fazer e o que se *precisa* fazer são, frequentemente, coisas razoavelmente distintas.

A citação do padre João Leonir Dall'Alba (2003) no livro “Origens e descendência de Anna Pauletti Rech” é um importante indício de que, apesar das limitações de seu tempo histórico, a italiana buscou viver à sua própria maneira – sociável, atípica e ativa. Enquanto comerciante e parteira, de 1875 a 1916, a senhora Rech frequentou diversas entidades e instituições públicas que, em tese, eram de acesso exclusivo do público masculino. Talvez por tentativas de resistência como essa, nas quais a viúva esticava cada vez mais as linhas que delimitavam o papel social da mulher, ela tenha prosperado enquanto comerciante até o final de sua vida.

Nesse sentido, chama-se de “Anna Rech histórica” a mulher que aparece nos documentos - certidão de nascimento e casamento, petições de auxílio, fontes batismais. Juntamente às memórias preservadas da imigrante, tentaremos construir sua trajetória. No capítulo em questão, essa versão de Anna é trabalhada visando a reconstituição de sua trajetória, por meio de documentos que auxiliam na compreensão dos caminhos existentes e das escolhas realizadas pela italiana. Desde a saída da Itália até o empenho em desenvolver atividades na nova terra, enquanto agricultora, comerciante, parteira e dona de tropas, Anna fez parte de um mundo majoritariamente ocupado por homens. Nesse, a italiana, assim como qualquer outra mulher que decidisse não ocupar exclusivamente o espaço do lar, estava à

⁵⁶ Dos nove filhos nascidos, sete sobreviveram e vieram com ela para o Brasil.

mercê de falatórios que podiam prejudicar sua honra e, conseqüentemente, sua renda. Portanto, foi preciso que a viúva criasse estratégias específicas para sobreviver.

Para contextualizar o cenário, decidiu-se utilizar edições do jornal “A encrenca”, da colônia de Caxias do Sul, do período em que Anna Rech viveu na localidade (1876-1916). Isso porque, para entender as escolhas da italiana, é preciso compreender quais condutas femininas eram consideradas impróprias e que poderiam colocar a honra em cheque. Lembra-se, aqui, duas coisas: primeiro, perante a sociedade do final do século XIX e início do século XX, a honra era uma virtude que possuía o poder de garantir o êxito – ou o fracasso – de um negócio; depois, uma mulher honrada deveria se comportar de forma muito mais contida do que um homem, logo, as escolhas dela eram socialmente limitadas.

Assim, este capítulo objetiva descrever e analisar a trajetória da imigrante Anna Rech, enquanto mulher sem uma figura masculina ao seu lado. Para tanto, procurar-se-á problematizar as atividades que a viúva exerceu como parteira e, ao mesmo tempo, em que medida essa aproximação com a população (imigrante e brasileira) possibilitou a criação de uma complexa e extensa rede de apoio.

3.1 Da Itália para o Brasil: a trajetória de Anna Maria Pauletti Rech

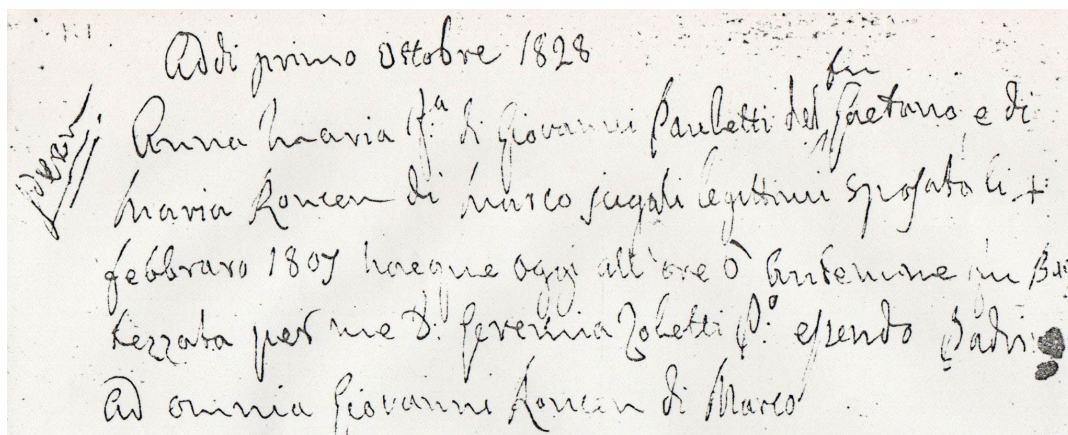
Trabalharemos neste subcapítulo com as certidões de nascimento e casamento de Anna Maria Pauletti Rech, assim como também alguns livros sobre a imigrante que nos servem como fonte para reconstruir sua trajetória. Os livros utilizados neste tópico são: “*História do povo de Ana Rech I e II*” de João Dall'Alba, Antônio Tomiello, Juarez Rech e Valter Susin (1987;1997); “*Origens e Descendência de Anna Pauletti Rech*” do Pe. João Leonir Dall'Alba (2003); “*A viagem de Anna Rech*” um romance histórico escrito pelo italiano Salvatore Liotta (2016); “*Atti della Giunta per la inchiesta agraria e sulle condizioni della classe agricola*” publicado pelo Parlamento Italiano em 1882; “*Povoadores da Colônia Caxias*” de Mário Gardelin e Rovílio Costa (2002).

Anna Maria Pauletti Rech, segundo o certificado de nascimento de Anna Rech (enviado pelo vigário do Pren ao Pe. Timóteo Chimenti⁵⁷), nasceu no dia 1 de outubro do ano de 1828. Ela é filha de Giovanni Paoletti e Maria Rocen, natural do Pren (da Província de

⁵⁷ Dom Timóteo Maria Chimenti fazia parte da congregação de monges camaldulenses que se instalaram em Ana Rech (1909). Timóteo foi pároco da comunidade de Ana Rech e responsável pela construção da Igreja Matriz e do Colégio Pompéia.

Belluno, na Itália). Abaixo, há a imagem da certidão de nascimento de Anna Rech⁵⁸, que foi disponibilizada por uma bisneta⁵⁹ da imigrante. Esse documento também se encontra no primeiro volume do livro “História do povo de Ana Rech” (1987).

Figura 11 – Certificado de nascimento de Anna Rech



Fonte: compilação do autor

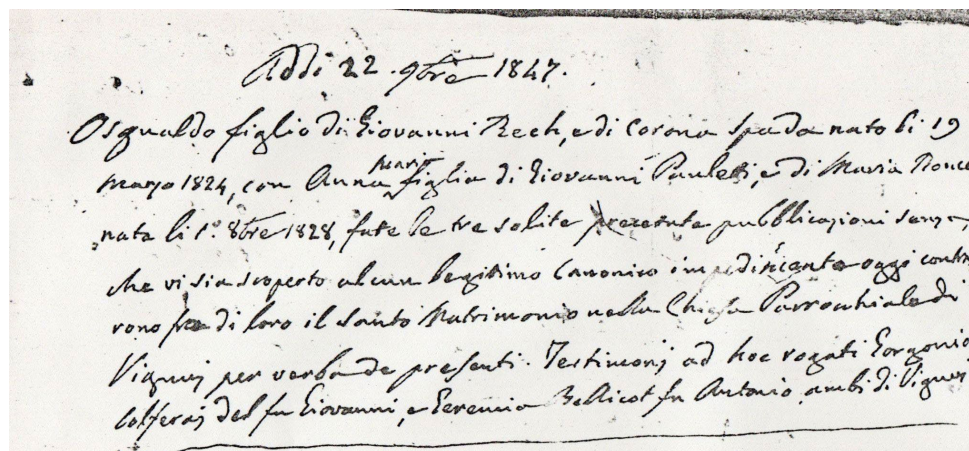
No livro “História do povo de Ana Rech”, de João Dall'Alba, Antônio Tomiello, Juarez Rech e Valter Susin (1987), consta que o certificado de nascimento de Anna foi enviado pelo vigário da região do Pren (Finetto Giuseppe) ao pe. Timóteo Chimenti (do bairro Ana Rech). O mesmo livro informa que a viúva faleceu no dia dezoito de maio de mil novecentos e dezesseis e no dia 16 de junho foi emitido, da Itália para o Brasil. A ajuda do padre Timóteo em localizar o certificado de nascimento da imigrante, só pôde ocorrer porque Anna Rech cultivou, ao longo de toda a sua estadia no Brasil, uma excelente relação com os monges camaldulenses.

Ainda na Itália, Anna Maria Pauletta morou com seus pais na região do Pren até completar dezenove anos. Nessa idade, no dia 22 de novembro de 1847, ela se casou com Osvaldo Rech. Esse, por sua vez, nascido em 19 de março de 1824 em Seren, era filho de Giovanni Rech e Corona Spada. Abaixo, está a certidão de casamento de Anna Pauletta e Osvaldo Rech.

⁵⁸ Tradução do documento: “No dia 1 de outubro de 1828, Anna Maria, filha de Giovanni Paoletti, que é filho do falecido Gaetano, e de Maria Rocen Di Marco, esposos legítimos, casados em 4 de fevereiro de 1807 – nasceu hoje, às seis horas da manhã. Foi batizada por mim, D. Geremia Coletti, pároco, sendo padrinho ‘ad omnia’ Giovanni Rocen Di Marco”. Arquivo de Valter Susin, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul.

⁵⁹ Ana Moraes bisneta da Giovanna Rech, casada com Custódio Antunes da Silva e neta de Angelo Custódio da Silva.

Figura 12 - Certidão de casamento de Osvaldo Rech e Anna Pauletti



Fonte: Arquivo de Valter Susin, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul.

Entretanto, no livro “Origens e Descendências de Anna Pauletti Rech”, do pe. João Leonir Dall’Alba (2003), coloca que, na perspectiva de alguns familiares, Anna sequer foi casada na Itália. O padre afirma que:

Errados estão os familiares que se sentem quase humilhados ao pensar-se descendentes dessa mulher, que chegam a dizer que nem casada estava, na Itália, quando vi com meus olhos a certidão de casamento na igreja natal, certidão de que tirei xerox e posso apresentar. (DALL’ALBA, 2003, p. 15).

A perspectiva dos descendentes de Ana retrata mais do que uma dúvida sobre o matrimônio dela. Em sua totalidade, está carregado de significados implícitos sobre o que a sociedade esperava de uma mulher – e, principalmente, de uma mulher viúva. No caso da italiana, há dois fatores que podem ter contribuído para a pouca credibilidade dada à sua condição de mulher imigrante. Primeiro, ela chegou sozinha ao Brasil, o que certamente causou rumores a respeito da veracidade do fato de ser viúva – dúvida que seria sanada pela simples verificação da certidão que atestava a sua viuvez. Depois, Anna se impôs perante uma sociedade criada por homens e para homens, agindo no espaço público.

Nas fontes batismais de Caxias do Sul, Anna aparece inúmeras vezes como madrinha, embora seu nome sofra variações nos registros. Nos batismos que antecedem 1900, por exemplo, a italiana foi majoritariamente registrada como Anna Paoletti. Já a partir de 1900, passou-se a se referir à viúva como Anna Rech.

A busca por respostas (ou alternativas possíveis) para a forma na qual Anna Rech foi identificada nos registros conduziu-me a uma conversa com o historiador italiano Javier Grosutti. Esse, ao elencar alguns costumes da cultura italiana, coloca que não é comum as mulheres se identificarem com o sobrenome do marido. Mesmo após o casamento, que força a mulher a adotar documentalmente⁶⁰ o sobrenome do homem, as mulheres permanecem se identificando socialmente com o sobrenome de nascimento. Esse fato é importante porque, de início, Anna não conhecia os costumes e o funcionamento da sociedade brasileira.

Mário Gardelin e Rovílio Costa (2002, p. 284) falam que após o casamento, Anna e Osvaldo Rech estabeleceram moradia no vilarejo de Pedavena, na Itália. Nesse local, ambos atuaram como camponeses em terras que não eram suas. Segundo o livro “Atti della Giunta per la inchiesta agraria e sulle condizioni della classe agricola” publicado pelo Parlamento Italiano em 1882, a região de Pedavena é montanhosa, envolta por colinas e com pouca extensão de terreno plano⁶¹. Em relação ao Feltre⁶² e Pedavena, (1882), feliz era a família que conseguia terminar o ano sem dívidas.

⁶⁰ Essa informação não foi retirada de nenhum livro ou documento, mas disponibilizada pelo historiador italiano Javier Grosutti, através de um relato sobre os costumes e a cultura na Itália.

⁶¹ Informação retirada da página 54 do livro “História do Povo de Ana Rech - volume I” (1987), escrito por: Pe. João L. Dall'Alba, Pe. Antônio Tomiello, Juarez E. Rech e Valter A. Susin.

⁶² Feltre é uma comuna italiana, localizada na região do Vêneto e na província de Belluno. A comuna na Itália é uma divisão territorial que equivale ao município no Brasil.

Mapa 3 – Local onde Anna foi morar após o casamento na Itália



Mapa adaptado pelo autor

Ressaltam Gardelin e Costa (2002, p. 284-285) que Anna Maria Pauletti Rech foi agricultora na Itália e, após a morte de seu marido (em 1875), decidiu imigrar para a América com seus filhos. Inúmeras famílias italianas, na década de 1870, encontravam-se em situação de crise. Isso porque o país estava passando por um período turbulento, devido às contestações e brigas de poder que antecederam a unificação do país. A crise atingiu, principalmente, as famílias camponesas que precisaram buscar outras alternativas para sobreviver e, em certa medida, viver. A maioria, por não ter mais perspectiva de futuro na terra natal, aderiu à emigração. Os países de destino almejavam obter mão de obra por um preço irrisório, priorizando famílias que possuísem: a) um patriarca e; b) vários filhos. Apesar da situação adversa e mesmo sem financiamento para a viagem, a viúva Rech, então com quarenta e sete anos e com sete filhos (alguns já podiam trabalhar, mas, duas eram portadoras de deficiências), decidiu buscar uma nova vida em uma terra distante. O livro “A viagem de Anna Rech”, de Salvatore Liotta (2016), aponta que não foi nada fácil conseguir as passagens para Anna e sua família. Contudo, após muita insistência, a viúva embarcou com seus filhos rumo a uma terra

desconhecida. Mesmo sendo um romance histórico, a obra de Salvatore Liotta foi construída através de pesquisa com fontes primárias e memórias de descendentes de imigrantes italianos.

A cultura de emigrar não era novidade para as italianas, segundo Maíra Vendrame (2017), isso porque, durante as últimas décadas do século XIX e início do XX, grupos de mulheres se deslocavam de uma região para outra a fim de desempenhar atividades como agricultoras, operárias de fábricas, amas de leite e domésticas. Já na colônia Caxias (no Brasil), diz Loraine Slomp Giron (1996) que, no período de 1875 a 1886, os italianos eram 70,99% da população, enquanto os brasileiros eram apenas 2,10%. Dos italianos, 18,87% eram originários da região de Belluno, como Anna Rech. A faixa etária com maior incidência era diferente entre homens e mulheres: a maior quantidade de homens migrava com a idade entre 20 e 50 anos; elas migravam, em sua maioria, entre os 20 e 40 anos. Giron (1936) coloca que das 816 mulheres que emigraram entre os anos de 1875 e 1886, havia apenas 75 pessoas de 45 a 50 anos.

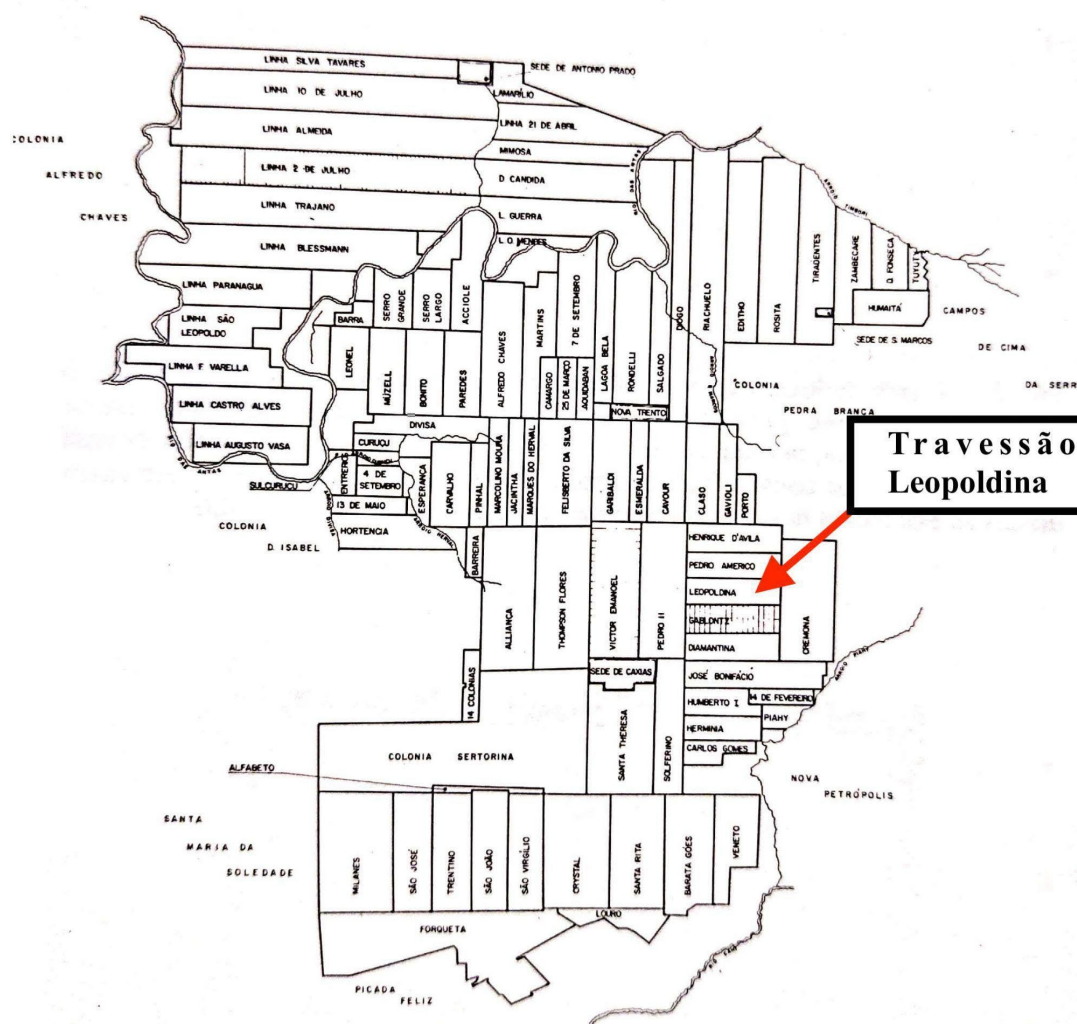
Os dados obtidos através do texto de Giron (1996) indicam que a maior incidência de emigrantes mulheres está abaixo dos 40 anos de idade. Ainda, percebe-se que a porcentagem de mulheres viúvas é baixíssima: apenas 20 mulheres (correspondentes a 2,45%), das 816 que imigraram para a região de Caxias do Sul, não possuíam um companheiro. Anna Rech era, então, parte de duas minorias: ela imigrou com 47 anos e era viúva, o que tornava sua situação no Brasil ainda mais desfavorável.

Apesar dessas circunstâncias, ou por causa delas, em abril de 1877, Anna se estabeleceu no lote 104 do travessão Leopoldina da colônia Caxias do Sul⁶³, no Brasil. A italiana logo abriu um comércio e, em seguida, uma pousada para tropeiros. Além disso, a imigrante passou a exercer a atividade de parteira (a qual aprendeu com sua sogra⁶⁴ ainda na Itália) em toda a região da colônia de Caxias.

⁶³ Informação retirada do livro “História do povo de Ana Rech” de João Dall’Alba, Antônio Tomiello, Juarez Rech e Valter Susin (1987, p. 47).

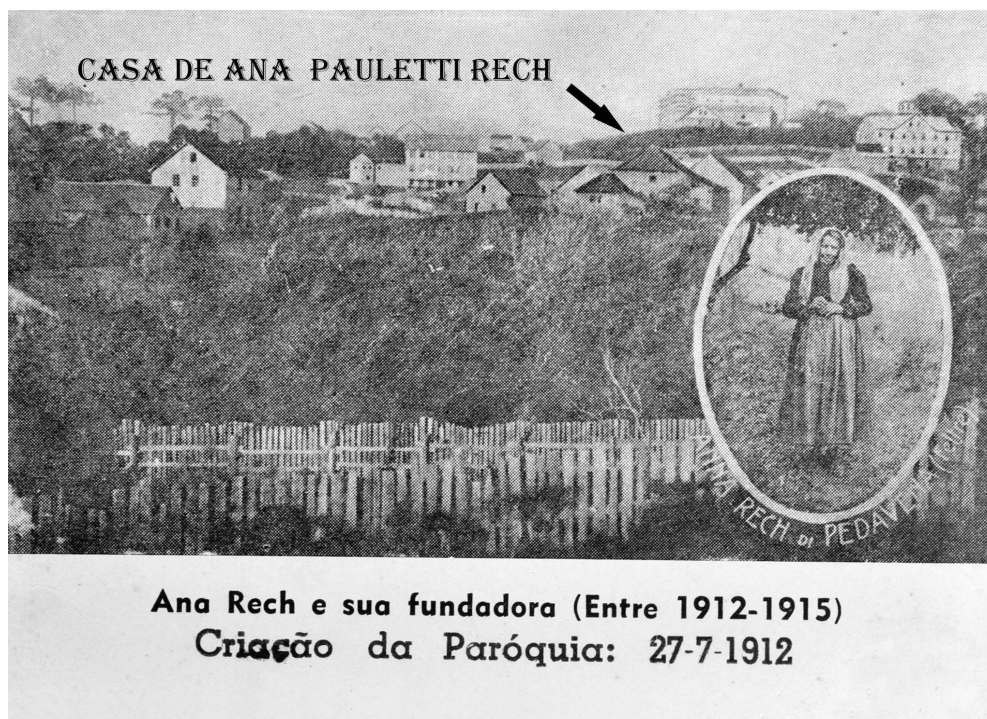
⁶⁴ Informação retirada do livro “História do povo de Ana Rech” de João Dall’Alba, Antônio Tomiello, Juarez Rech e Valter Susin (1987, p. 54).

Mapa 4 - Mapa da colônia Caxias (1875), com destaque para a Linha Leopoldina onde Ana Rech se estabeleceu



Fonte: Paulo Bertussi: "A arquitetura no Rio Grande do Sul", 1987, p. 137.

Figura 13 – Cartão postal com a foto da localidade de Ana Rech⁶⁵



Fonte: Arquivo de Valter Susin.

3.2 O público e o privado: os limites impostos pela sociedade

Neste tópico, trabalharemos com questões teóricas e conceitos que cercam a figura feminina, nos âmbitos público e privado. Para isso, utilizaremos como embasamento teórico as seguintes autoras: Hannah Arendt (2000); Gerda Lerner (1986); Machado (1998); Okin (2008); Flávia Biroli (2014). A contextualização de conceitos como o “público” e “privado” são essenciais para a problematização do período e do local nos quais a imigrante Anna Rech estava inserida.

A sociedade colonial do final do século XIX e início do século XX, em especial a comunidade de imigrantes italianos do Rio Grande do Sul, era marcada por uma narrativa onde se reservava às mulheres um espaço específico que era o mundo privado⁶⁶. Ou seja, as mulheres deviam se dedicar as atividades do lar – esposo, filhos e atividades domésticas –, deixando as atividades públicas para os homens. Contudo, é importante destacar que as

⁶⁵ Cartão postal elaborado e utilizado pelos Monges Camaldulenses.

⁶⁶ As origens dos conceitos público e privado vem do pensamento grego. Para mais informações, ver: “A Condição Humana” de Hannah Arendt (2000).

imigrantes não ficavam restritas as atividades privadas, elas contornaram os limites impostos pela sociedade e circularam em espaços que iam além do doméstico.

Nessa perspectiva, a pesquisa em questão elucidou que a posição das mulheres imigrantes na sociedade é um assunto que vem atraindo a atenção, principalmente das historiadoras das últimas décadas⁶⁷. Antes disso, e por muito tempo, a disciplina de História perpetuou uma narrativa de anulamento da existência de mulheres que fogem do padrão do lar (de mãe, esposa e cuidadora). Nesse sentido, Gerda Lerner (1986) fala que a História foi majoritariamente escrita por homens. Por isso, a maioria dos textos coloca as mulheres enquanto coadjuvantes de suas próprias histórias ou, ainda pior, sequer as menciona.

Até o passado mais recente, esses historiadores eram homens, e o que registravam era o que homens haviam feito, vivenciado e considerado significativo. Chamaram isso de História e afirmaram ser ela universal. O que as mulheres fizeram e vivenciaram ficou sem registro, tendo sido negligenciado, bem como a interpretação delas, que foi ignorada. O conhecimento histórico, até pouco tempo atrás, considerava as mulheres irrelevantes para a criação da civilização e secundárias para atividades definidas como importantes em termos históricos. (LERNER, 1986, p. 24).

Ainda assim, é importante destacar que, apesar da evidente exclusão na elaboração da História (enquanto narrativa de fatos), as mulheres foram ativas na construção da história (enquanto conjunto de acontecimentos). Isso significa, segundo Gerda Lerner (1986), que os sujeitos do sexo feminino foram essenciais para a constituição e manutenção das estruturas sociais que abarcavam suas respectivas conjunturas. Portanto, a autora conclui que é errado, também, que a historiografia vitimize as mulheres. Esse processo, segundo ela, apenas esconde o papel atuante do gênero feminino dentro do corpo social.

Tânia Maria Gomes da Silva (2008, p. 225), citando Bruschini e Unbahaum (2002), argumentou que a “feminização das universidades” resultou no aumento das discussões e das pesquisas envolvendo mulheres, visto que a pesquisadora sente atração por assuntos que se relacionam com a sua própria realidade. Nesse período, a academia passou a permitir trabalhos de historiadoras que davam visibilidade às mulheres dentro da história e da História. Isso não foi um presente. Pelo contrário, para Gerda Lerner (1986), os estudos de viés feminino

⁶⁷ Sobre as mulheres imigrantes italianas e descendentes, destaca-se as pesquisas de Maíra Vendrame (2021), Loraine Giron,

ocorreram quase que exclusivamente como uma resposta à demanda dos movimentos feministas⁶⁸.

Essa breve introdução à história das mulheres propicia o entendimento de que: a) o espaço no qual a mulher foi representada, por muito tempo, é a família; b) nessa família “[...] os papéis sexuais estavam claramente definidos, perpassando pelo tecido social e refletindo-se no comportamento dos homens e das mulheres que saíam da esfera privada à esfera pública”. (MACHADO, 1998, p. 65).

Já em termos de conceitos, os de “público” e “privado”, eles têm relevância para a discussão proposta nesta dissertação. Sobre eles, é importante destacar que ambos são indispensáveis para se pensar as questões políticas que norteiam a sociedade. Assim sendo, Hannah Arendt (2000) fala que a diferença entre a natureza humana e a condição humana está conectada com as condições de vida conferidas ao homem, por ele mesmo, em busca da sobrevivência. A autora explica que existe um fator artificial, imposto pelo ser humano, que trata da possibilidade de produção e acumulação. Nessa perspectiva, que abandona as necessidades do *id* (no sentido freudiano) em prol dos desejos do ego (no sentido freudiano), o ser humano passa a se preocupar com o que faz e produz e não com quem é.

Assim, entre os anos de 1876 e 1916, tanto o conceito de vida pública quanto o conceito de vida privada tinham significados implícitos. Isso acontece porque, nesse período, ambos os termos representavam os limites de gênero impostos pela sociedade. Nesse ponto de vista, Hannah Arendt (2000) afirma que os dois conceitos possuem suas delimitações.

Embora a distinção entre o privado e o público coincida com a oposição entre a necessidade e a liberdade, entre a fertilidade e a realização e, finalmente, entre a vergonha e honra, não é de forma alguma verdadeiro que somente o necessário, o fútil e o vergonhoso tenham seu lugar adequado na esfera privada. O significado mais elementar das duas esferas indica que há coisas que devem ser ocultadas e outras que necessitam ser expostas em público para que possam adquirir alguma forma de existência. (ARENDR, 2000, p. 83).

Nesse sentido, é importante destacar que para a mulher cabia uma vida oculta do público, reservada ao lar e à família. “As mulheres têm sido vistas como ‘naturalmente’ inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família” (OKIN,

⁶⁸ A mobilização das mulheres para garantir que uma representante do movimento feminista estivesse presente nas sessões constituintes permitiram que a Constituição Brasileira de 1988 ficasse conhecida como uma das que mais garantiu direitos às mulheres.

2008, p. 308). O espaço para o qual as mulheres eram determinadas como aptas se restringia basicamente à casa e à família. Assim como destaca Machado (1998, p. 78),

A situação das mulheres na família patriarcal era de obediência e submissão ao poder do *pater familias*. Determinavam-se à procriação dos filhos, a cuidar da casa e a executar as tarefas domésticas. Possuíam a função de reprodutoras de herdeiros e responsáveis pela organização familiar, mas isso não lhe dava poder ou permissão para participar dos mecanismos públicos de controle social. A família representava seus limites de atuação, numa sociedade que decidiu o mundo entre o público e privado. Estar confinada ao privado implicou uma perda de poder sobre as organizações coletivas do mundo.

Sendo assim, em tese, a mulher estava em posição de submissão perante dois agentes: a) a sociedade, que a impedia de decidir por si; b) ao homem, que deveria decidir por todos os membros da família patriarcal. Contudo, na prática, muitas mulheres extrapolaram esse universo e transitaram em esferas não destinadas ao grupo feminino – como, por exemplo, o mundo dos negócios. De fato, as mulheres serem postas em uma posição de exclusão e reclusão nunca impediu que elas saíssem desta “caixa”. Mas, para que isso ocorresse, a discricção era imprescindível. Apenas assim a mulher era capaz de agir, enquanto, ao mesmo tempo, evitava rumores sobre a honra e mantinha a integridade. Segundo Flávia Biroli (2014), foi determinante para as deliberações de espaços apropriados ao sexo feminino e ao masculino.

Essa dualidade corresponde a uma compreensão restrita da política, que, em nome da universalidade na esfera pública, define uma série de tópicos e experiências [enquanto] privados e, como tal, não políticos. É uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares. O destaque para as exclusões implicadas na conformação de uma esfera pública mostra que os valores que nela imperam não são abstratos nem universais, mas se definiram, historicamente, a partir da perspectiva de alguns indivíduos em detrimento de outros. A projeção de uma esfera pública homogênea, silenciando sobre a existência de públicos distintos e conflitivos, é um de seus efeitos; a restrição do universo da contestação pública legítima, por meio da definição do que é do âmbito privado, é outro (BIROLI, 2014, p. 31).

Por fim, o próximo subcapítulo aborda as mulheres que não se limitaram ao espaço privado e, muitas vezes, foram publicamente julgadas por isso. Na realidade estudada, a exposição e humilhação pública das “más condutas” podia acabar com a vida de uma mulher.

O comportamento sexual feminino se tornava alvo de críticas da comunidade, especialmente quando os mesmos eram tidos como imorais e vergonhosos. A sexualidade feminina, por exemplo, era constantemente alvo de críticas por parte da comunidade, tomando o espaço público através de rumores e fofocas (VENDRAME, 2021).

3.3 “Estão dizendo”: a honra impressa em papéis públicos

Para compreender melhor a dinâmica das comunidades rio-grandenses de imigrantes italianos do final do século XIX e início do século XX, selecionaram-se periódicos que abordam questões como rumores, honra e controle. O periódico semanário “A encrenca: crítico, humorístico e noticioso”, por exemplo, foi publicado semanalmente na cidade de Caxias do Sul, desde outubro de 1914 até maio do ano seguinte. Uma breve análise dos textos divulgados no jornal revela duas coisas: a) o periódico objetivava oferecer informações sobre a comunidade de Caxias do Sul através do humor; e b) essas informações enfatizavam a vida e conduta dos moradores da comunidade em questão.

Essa espécie de controle social é evidente, principalmente, nas páginas que correspondem à coluna intitulada “Estão dizendo...”. Essa, por sua vez, almejava tornar públicos os rumores e especulações dos moradores locais referentes a condutas entendidas como socialmente inconvenientes ou inapropriadas.

Figura 14 – Capa do periódico "A encrenca" de nº 1, publicado em Caxias no dia 11/10/1914



Fonte: Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional

Apesar do intuito dos textos ser consideravelmente evidente, os redatores do periódico são anônimos. Ainda assim, Maria Ione Caser da Costa (2002) coloca que:

Os artigos publicados não são assinados, ou são informadas apenas as iniciais ou pseudônimos, mantendo o anonimato dos colaboradores e dos proprietários. Os textos iniciais receberam a assinatura SIN-DI-K, em letras maiúsculas e em negrito. No nº 7, publicado em 22 de novembro de 1914, uma nota informa que “Colhe hoje mais uma primavera o nosso amigo Aristeu Leitão, director da A Encrenca”, única informação encontrada nas páginas da publicação que remete ao nome de um dos diretores. (COSTA, 2002, p. 286).

Ou seja, segundo a citação, a única informação disponível sobre um dos possíveis responsáveis pelo jornal “A encrenca” foi o nome: Aristeu Leitão⁶⁹. A respeito dos outros envolvidos, assumindo que eles tenham existido, nada foi encontrado. Dessa forma, é prudente concluir que, até onde se pôde apurar, os escritores do periódico prezavam pelo seu sigilo, enquanto expunham a vida dos demais moradores da comunidade de imigrantes italianos de Caxias do Sul.

Mesmo uma análise superficial dos artigos, publicados no mencionado jornal, revela que grande parte dos escritos menciona a vida de uma ou mais mulheres. Então, para nortear uma investigação otimizada, selecionaram-se palavras-parâmetro e elaborou-se a tabela abaixo:

Tabela 1 – Levantamento de termos

Jornal "A encrenca" (1914 - 1915)					
Termos	Ocorrências	Estão dizendo	Termos	Ocorrências	Estão dizendo
Menina	14	2	Menino	5	-
Viúva	9	3	Viúvo	5	3
Mulher	25	2	Homem	41	7
Senhora	44	6	Senhor	17	2
Parteira	-	-	-	-	-
Comerciante	-	-	Comerciante	-	-
Viuvinha	3	3	Viuvinho	1	1
Moça	25	10	Moço	23	14
Senhorita	29	18	Cavalheiro	8	3

⁶⁹ Informação retirada do artigo "A ENCENCA: CRITICO, HUMORISTICO E NOTICIOSO", escrito por Maria Ione Caser da Costa, disponível em <<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/titulos-impresos-periodicos-literatura/a-encrenca-critico-humoristico-e-noticioso/>>, acesso: 22 de janeiro de 2023.

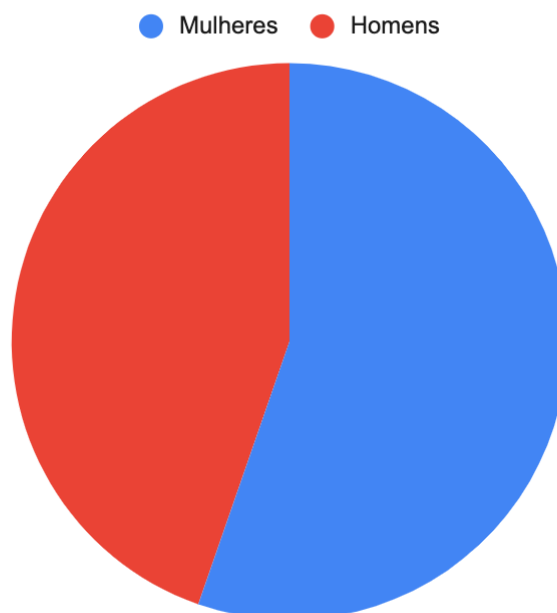
Morena	12	7	Moreno	2	1
Joven	28	9	Joven	28	6
Guryas	9	9	Gury	2	1
Ruivinha	3	2	Ruivinho	-	-
Moreninha	1	1	Moreninho	-	-
Total	202	72	Total	132	38

Fonte: Compilação do autor.

Essa tabela revela que o jornal, de fato, menciona mais as mulheres do que os homens. Por exemplo, das 202 vezes em que as mulheres foram mencionadas, 72 foram na coluna “Estão dizendo...”, o que resulta em 35,64% das vezes as mulheres aparecem na parte de fofocas. Enquanto isso, os homens foram citados 132 vezes e apenas 38 na coluna "Estão dizendo..." – o que resulta em 28,78% de menções na referida sessão. Tais números mostram que as mulheres estavam mais sujeitas a possíveis rumores, principalmente sobre sua conduta.

Gráfico 1: Levantamento da coluna “Estão Dizendo”

Coluna "Estão Dizendo"



Fonte: Compilação do autor

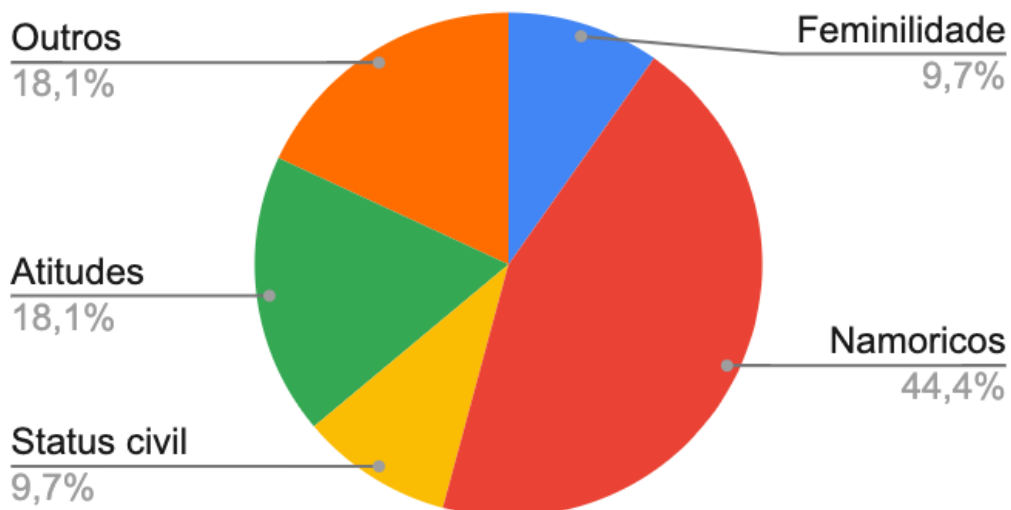
Permanecendo na investigação norteada pelos termos descritos na “tabela 1”, encontrou-se ocorrências em que homens e mulheres foram expostos. Dessa forma, decidiu-se categorizar essas aparições conforme seu teor. Abaixo, seguem as categorias elaboradas:

- Feminilidades: trechos que tratam de aspectos como cuidado pessoal e vaidade;
- Namoricos: fofoca que gira em torno do relacionamento entre duas pessoas;
- *Status* civil: ocasiões nas quais a posição afetiva (casada, solteira, viúva) em que uma pessoa se encontra é relevante;
- Atitudes: situações em que ações, como a forma de se portar em público (por exemplo, na igreja), não estavam de acordo com o que a comunidade esperava;
- Masculinidade: ênfase ao aspecto másculo e viril dos homens;
- Briga/ confusão: incidentes em que alguém gerou alvoroço e confusão em público;
- Outros: trechos que não se encaixam em nenhuma das alternativas acima e, ao mesmo tempo, não têm relevância para a análise que aqui se pretende fazer.

Finalmente, o resultado da catalogação dos trechos está representado em dois gráficos: a) um para as mulheres; e b) outro para os homens. Nesses, abordamos o assunto das citações das mulheres e dos homens na coluna "Estão dizendo..." e a recorrência das fofocas e os assuntos mais abordados para mulheres e homens.

Gráfico 2 - Levantamento de citações sobre mulheres nos periódicos

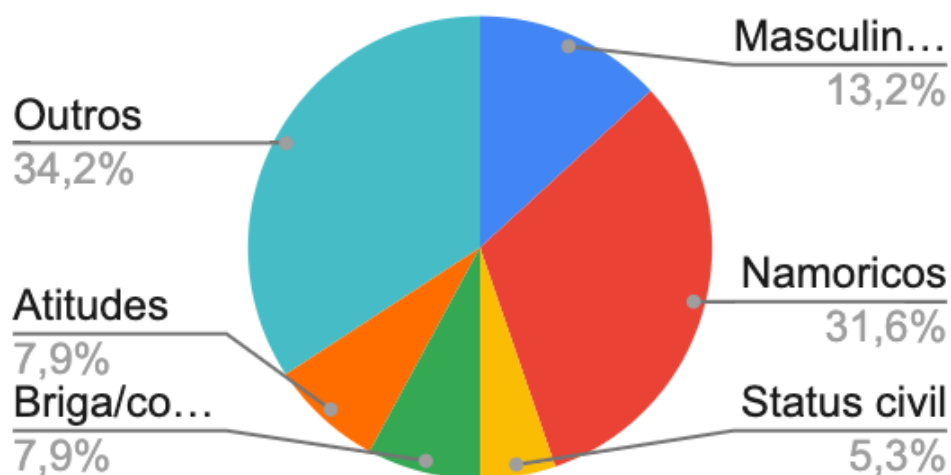
Gráfico Mulheres



Fonte: Compilação do autor

Gráfico 3 - Levantamento de citações sobre homens nos periódicos

Gráfico Homens



Fonte: Compilação do autor

Os dados supramencionados revelam que ser mulher no final do século XIX e início do XX pressupunha uma pressão social enorme. Isso ocorria tanto na vida pública quanto na

privada, no que diz respeito à honra de uma esposa, mãe e filha. Ou seja, a honra estabelecia parâmetros de respeito e valor para a época. Segundo Maíra Ines Vendrame (2016):

Uma das práticas que deviam ser controladas nas sociedades camponesas era os falatórios. Constrangedor para quem fosse alvo dela, era uma forma de controlar àqueles que não observassem os princípios morais defendidos pelo grupo. Os que residissem num determinado núcleo eram julgados de acordo com a imagem que a vizinhança fazia deles. (VENDRAME, 2016, p. 307).

Assim, a fofoca e os rumores permitiam que muitos fatos privados tomassem uma dimensão pública – o que moralmente prejudicava o alvo dos falatórios. Segundo Vendrame (2016), as fofocas exerciam certo domínio sobre os integrantes da sociedade, visto que ninguém desejava se tornar alvo dos rumores da comunidade. A fofoca age, então, como um fiscalizador público de más condutas, fazendo com que as pessoas evitem que suas vidas privadas sejam expostas por conta de condutas que não coincidem com os parâmetros estabelecidos pela sociedade.

Em sua maioria, as menções ao comportamento feminino dizem respeito a relações amorosas com homens. O estado civil das mulheres sempre é mencionado, sendo que certas condutas são esperadas e outras, reprimidas. Por exemplo, uma mulher solteira deve “se dar o respeito” e “se guardar ao seu futuro esposo”, para não envergonhar sua família como um todo (mas, principalmente, seu pai). Já no caso das mulheres casadas, suas vidas precisam ser reservadas e dedicadas ao seu esposo, lar e filhos. Das viúvas, por sua vez, espera-se uma vida de fé e peregrinação – isso é, mesmo podendo se casar novamente, ela está tendo sua conduta constantemente vigiada.

Em um pequeno trecho, o jornal "A encrenca" revela que o estado civil das mulheres era, de fato, de suma importância para as comunidades de imigração italiana no sul do Brasil. Alguns recortes mencionam coisas como: "[...] que uma senhora, que já foi solteira, que não é viúva, que mora lá em baixo, gosta muito de [...] conquistar. Cuidado sia dona, não vá se pisar". (A ENCRENCA, 1914, p. 1). Essa era a situação de uma mulher casada: observada e julgada. Estar casada pressupunha viver para o marido, ou seja, um mero olhar para outro homem poderia causar falatórios. Ao final do trecho acima, encontra-se a expressão "cuidado sia dona, não vá se pisar". Aqui, "se pisar" indica "machucar". Nesse sentido, seria essa uma ameaça para que as atitudes não auspiciosas cessassem? Há, ainda, outro verbete, muito semelhante ao anterior, que ressalta o estado civil e a conduta feminina: "[...] que na rua

comprida, tem uma senhora, que as vezes se esquece que é casada? [...]!". (A ENCRENCA, 1914, p. 2). Essas passagens são tanto vestígio quanto ferramenta. São vestígios de uma sociedade que pretende controlar e moldar as mulheres e são ferramenta porque auxiliam nesse processo. Dito isso, o jornal "A encrenca", enquanto fonte, é profícuo para a entender aspectos culturais da comunidade de Caxias do Sul e das comunidades italianas em geral.

Segundo Arlette Farge (2009), esse ambiente permitia um contato constante entre famílias e comunidades. Essa relação, por sua vez, implicitamente permitia que as famílias se intrometessem no desenvolvimento da outra. Essa permissão para falar da vida do outro, inclusive da vida privada, propiciava a constituição de um sistema de relações complexo cujo objetivo era, majoritariamente, controlar o funcionamento da sociedade estabelecida pelos imigrantes italianos.

Nesse contexto, qualquer palavra insinuante, provocativa, até mesmo evasiva sobre a reputação de um ou de outro acarreta uma série de consequências imediatas: a dúvida expressa com relação a uma pessoa transforma a corrente de sociabilidade que antes unia numa estima (ou numa aquiescência) recíproca gente que se considerava mais ou menos igual. As relações quase igualitárias se rompem, enquanto se estabelece uma hierarquia ainda mais visível que a hierarquia existente: uma das personagens de repente é posta de lado. (FARGE, 2009, p. 569).

A referida autora coloca, ainda, que os meios de controle mais utilizados para atacar os indivíduos e seu coletivo se baseiam na relação entre o mundo masculino e o feminino. Por exemplo, boatos referentes à castidade de uma jovem solteira e quando ela foi violada por um homem. A honra da mulher estava estritamente ligada à sua sexualidade e ao seu comportamento em relação ao sexo masculino. Quando rumores sobre a conduta feminina eram propagados, não era apenas a honra da acusada que entrava em questão, mas, também, a de sua família.

Por isso, tudo o que não condizia com os padrões preestabelecidos pela sociedade eram denunciados publicamente e geravam consequências imediatas para os envolvidos. Os efeitos gerados por esse sistema afetavam tanto a vida pessoal quanto a vida econômica das pessoas, principalmente das mulheres. Segundo Arlete Farge, "[...] a honra tem valor econômico; as formas de questioná-la e o ataque a ela dirigido em geral se ajustam perfeitamente à vulnerabilidade da situação de cada um". (FARGE, 2009, p. 571).

Em decorrência da desonra econômica, diz Farge (2009), ocorre a descredibilização da vítima dos rumores perante toda a sociedade local – o que dificulta, ou mesmo impede, o surgimento de algum tipo de oportunidade de negócio. Desse modo, “[...] é preciso controlar a qualquer preço o fluxo do que se diz e se vê para não assumir o grave risco de se tornar vítima. Numa sociedade de ‘iguais’ é necessário ter a estima dos outros.” (FARGE, 2009, p. 561). Por esse motivo, os membros da comunidade de imigrantes evitavam ao máximo o surgimento de boatos e rumores que diziam respeito à má conduta. É perceptível, assim, que o sistema de controle social era extremamente eficiente e eficaz. Para a sociedade em questão, a honra servia como moeda de troca ou, em termos mais recentes, como “score bancário”⁷⁰ no âmbito dos negócios e no pessoal. Assim como a reputação positiva, diante desse sistema interno de controle, a desonra era encarada como algo muito sério. Sobre esse sistema de controle, Vendrame (2016) destaca que “[...] nada passava despercebido ao julgamento local, que fazia circular comentários sobre as variadas situações vividas pelas pessoas. A partir dessas avaliações é que se estabeleciam as classificações sociais”. (VENDRAME, 2016, p. 309). A mencionada classificação regia o futuro da pessoa dentro da sociedade como: a) marcado pela honra; ou b) marcado pela desonra.

Em suma, conclui-se que as más condutas sociais eram expostas ao público como uma ferramenta de controle dos corpos que desrespeitavam as normas sociais. Quem não seguia o esperado pela comunidade, era exposto no periódico "A encrenca", em especial na coluna “Estão dizendo...”. A essas pessoas, que tinham suas vidas completamente arruinadas ou parcialmente prejudicadas, era destinado o título de “desonrado”. Para Nikelen Witter e Paulo Moreira (2020), que analisaram periódicos republicanos de Porto Alegre do final do século XIX,

Na imprensa se expunham as desconfianças sobre a sexualidade e reprodução feminina, sendo utilizado como recurso de controle sobre ações de autonomia. Segredos partilhados entre parteira e clientes podiam ser divulgados na imprensa, bem como os comportamentos de ambas. A misoginia e a hostilidade sobre o feminino são expressas através de piadas e histórias narradas nas páginas de periódicos republicanos, conforme apontam estudos que buscam analisar o trabalho das parteiras e as relações entre as mulheres na Porto Alegre da última década do século XIX (WITTER; MOREIRA, 2020, p. 24).

⁷⁰ Pontuação estabelecida pelo sistema bancário, condizente com o histórico do cliente como pagador.

A análise que se propõe a fazer nesta dissertação não é muito diferente. Isso porque, a partir do jornal "A encrenca", é perceptível que havia um certo interesse maior por questões do feminino, principalmente no que diz respeito à sexualidade. A exposição das mulheres é disparadamente maior do que a dos homens, sendo, portanto, a divulgação no jornal um recurso de controle e exposição de comportamentos tidos como imorais e vergonhosos. Existia na sociedade também um processo de acobertamento dos maus comportamentos masculinos. Assim, quando um homem estava traindo sua esposa, o principal sujeito do verbete é, normalmente, a amante. No jornal analisado, afirma-se “[...] que na rua Sinimbu, uma jovem namora um homem comprometido, essas conquistas acabam mal”. (A ENCRENCA, 1914, p. 2). Para a sociedade de Caxias do Sul, no início do século XX, a mulher é responsável por cessar o caso com o homem – e não ele, que, de fato, é comprometido.

Como ressalta Vendrame (2016), o rumor da comunidade servia como uma forma de fórum coletivo que, por sua vez, compilava e difundia os rumores sobre a conduta alheia. Em Caxias do Sul, o jornal “A encrenca” tornou esses rumores ainda mais públicos, produzindo em seus escritos uma fonte valiosa para os historiadores. Isso porque, através deles, é possível compreender o jogo social estabelecido nessas comunidades.

Notou-se, também, um ar de ameaça nas páginas da coluna “Estão dizendo...”, como no caso a seguir. “[...] que uma senhora casada ficou danada com "A Encrenca, devido a uma piada, que culpa temos nós que a senhora goste mais dos outros do que do seu marido?”. (A ENCRENCA, 1914, p. 2). Para as mulheres, ter a vida exposta em jornal era inadequado, e não seguir uma norma social, era imperdoável. Após duas edições, o jornal voltou a citar uma possível mulher que estava incomodada com o que o periódico andava escrevendo a seu respeito, e ressalta: “[...] que na rua J. de C. tem uma senhora, que já não é criança, que anda de conquistas, cuidado, depois não venha as ameaças nem os pedidos, crie juízo que é o melhor”. (A ENCRENCA, 1914, p. 3). Assim, é evidente que o sistema intimidava as mulheres publicamente, percebemos que não é a primeira vez que a mulher em questão aparece no jornal, visto que já antecipam suas ações e avisam para que pare com seu comportamento inadequado. Contudo, não era a melhor opção para as mulheres que queriam manter a honra intacta bater de frente com o sistema. Por isso, muitas buscaram outras alternativas para driblar as normas e transitar em campos não destinados a elas.

Outro fator indispensável encontrado nessas fontes é a forma com que o *status* civil é tratado e a importância que é dada a ele. Ou seja, ser solteira, casada ou viúva tem relevância e precisa ser ressaltado na escrita de uma coluna de fofocas do jornal. No caso dos corpos

femininos, cada *status* civil carrega um peso: a mulher solteira deve prezar pela honra e não envergonhar a família (situação que se refere, em sua maioria, à casos de relações amorosas antes do casamento); a mulher casada precisa se dedicar e servir ao esposo, à família e à casa; já as mulheres viúvas que não possuíam uma figura masculina ao seu lado – pai ou filho mais velho – deveria ser devota a Deus e aos homens da Igreja. Assim, todos os corpos femininos sabiam o que fazer: se manter longe da vida libertina.

Tratando da última categoria de mulheres, as viúvas, é crucial mencionar que essa palavra, segundo o dicionário⁷¹, advém do latim *vidua* que significa “mulher a quem morreu o marido e que não voltou a casar-se”. O significado bíblico⁷² da palavra, por sua vez, é outro. Na terminologia hebraica, o termo “viúva” está associado ao silêncio. Já na terminologia grega, a palavra é vinculada à expressão “destituída”. Para a legislação, revela a enciclopédia bíblica, essa palavra não garantia auxílio para as viúvas – daí a conexão com “mulheres destruídas”. Assim, para não voltar a depender dos pais, essas mulheres passavam a depender dos filhos mais velhos.

Apesar dessa delimitação teórica, nas colônias de imigração italiana da transição para o século XX, muitas viúvas se tornaram chefas de família após a morte de seus cônjuges. Segundo Michele Raupp Selister (2014):

Nessa condição, para aquelas que tivessem posses, abria-se a oportunidade de agir mais livremente na sociedade, pois não necessitavam obrigatoriamente da tutela masculina que era exigida para as que fossem casadas. Legalmente, a mulher passava a ser considerada chefe de sua família e, a partir disso, poderia exercer o pátrio poder sobre seus filhos e gerenciar seus bens. (SELISTER, 2014, p. 63).

Ainda, não era incomum que essas mulheres assumissem os negócios da família e, por consequência, adentrassem um universo majoritariamente masculino. Ainda que difícil, essa era uma das poucas estratégias restantes para uma mulher viúva sustentar a si e a seus filhos. Estratégias como o uso da sua condição de viúva para se isentar de impostos ou obrigações sociais, alegando fragilidade e incapacidade perante a falta de um homem ao seu lado, também eram comuns. Isso não só era aceito pela sociedade como, também, muitas mulheres que

⁷¹ Dicionário online Aurélio: <<https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>>. Acesso em: 22 jan. 2023.

⁷² Enciclopédia bíblica online: <<https://bibliotecabiblica.blogspot.com/2016/06/significado-da-palavra-viuva-na-biblia.html>>, Acesso em: 22 jan. 2023.

alegavam tal dificuldade tinham sua vida financeira adequada. Isso porque eram mais do que capazes de gerir sua casa e seus negócios sozinhas, sem um marido ao lado.

Mas, por outro lado, numa atitude controvertida e bastante significativa, faziam questão de manter a sua posição de dependência e submissão, no momento de reivindicarem a isenção de impostos, por exemplo. Alegavam a falta da força física, a ausência do marido ou a inexistência de filhos homens maiores que pudessem ajudá-las na manutenção da propriedade. Essas mesmas mulheres que afirmavam não ter força física conseguiram dirigir os trabalhos e as suas propriedades por mais de vinte anos, sem o auxílio de elementos masculinos. (MACHADO, 1998, p. 78).

A presença desse tipo de estratégia indica que, apesar de as mulheres serem vistas como incapazes de sobreviver sozinhas, alegar incapacidade por falta de uma figura masculina ao seu lado, a fim de driblar os encargos fiscais funcionavam muito bem em seu devido contexto. Entretanto, segundo Selister (2014), “apesar da aparente desaprovação popular, os dados levantados em nossa pesquisa mostram que nem por isso as viúvas deixavam de contrair novas núpcias” (SELISTER, 2014, p. 70). Talvez para limitar esses contornos sociais, o termo “viúva” esteja presente nos artigos do jornal “A encrenca”.

Encontrou-se um trecho que menciona a condição civil de uma mulher viúva: “[...] que uma viuvinha da pracinha é solteirinha.” (A ENCRENCA, 1914, p. 1). Essa pequena citação sugere que algumas mulheres viúvas, ao contrário das expectativas sociais, estavam abertas a novos relacionamentos. Em outro excerto, o jornal menciona as atitudes de uma mulher que está se relacionando novamente: “[...] que a viuvinha no domingo passado estava forte com o A. no público, *estate quieta bionda.*” (A ENCRENCA, 1915, p. 1). Aqui, o periódico insinua que a atitude da viúva não é adequada para sua condição, alertando a mulher sobre suas ações e sugerindo que ela se contenha.

Além das questões de *status* civil, pôde-se perceber o controle sobre o perfil das mulheres. Por exemplo, o jornal diz que “[...] a tal gurya, é de um gênio muito quente.... Cuidado com ella, os novos pretendentes”. (A ENCRENCA, 1915, p. 1). Nesse caso, sugere-se que a moça não é como a maioria, sendo isso um perigo para a sociedade. Isso porque, aparentemente, ela não segue as normas estabelecidas sobre como uma mulher solteira deve se comportar perante um pretendente. A mulher era constantemente supervisionada pelos olhos da sociedade, que estabelecia condutas e ações apropriadas e inapropriadas para elas. Os corpos femininos, que não se enquadravam nesses padrões, sofriam com o julgamento

público e corriam o risco de arruinar sua honra perante a comunidade. É por isso que as redes de compadrio e auxílio eram indispensáveis para a época. Sobre essas, trabalhar-se-á no tópico a seguir.

3.4 “Mister de parteira” e as relações criadas por compadrio

Para trabalhar as relações de compadrio neste tópico perceberemos movimentos feitos pela imigrante Anna Rech para acentuar seus vínculos dentro da colônia Caxias, tanto com seus compatriotas quanto com os brasileiros que residiam nas proximidades de onde ela havia se instalado. Nesse sentido, buscamos em livros os relatos sobre estas ações assim como também em documentos que comprovem os ocorridos.

Segundo Dall'Alba (1987, p. 54), ainda na Itália, Anna Maria Pauletti Rech aprendeu o ofício de partejar⁷³ com sua sogra, “a velha Kina”⁷⁴. Ao se instalar na colônia Caxias, no Brasil, a imigrante pôs em prática seus conhecimentos com relação ao corpo feminino: “Parteira - Atendeu a muitos casos de parto. Aos pobres (e ela conhecia a todos os moradores) não cobrava. Contribuiu desta forma para o bem estar da população, na medida de suas posses.” (DALL'ALBA, 2003, p. 70). Através de seus conhecimentos, Anna adquiriu certa influência na sociedade caxiense e, mais tarde, tornou-se conhecida em toda a região. Isso aconteceu porque, além de entender da saúde da mulher, a viúva possuía outros conhecimentos que eram escassos: sobre o corpo humano e doenças que o afetavam. E o uso desses saberes não era incomum.

Muitos colonos imigrantes, diz Beatriz Webber (1999), mesmo depois que a população passou a ter acesso a médicos registrados, preferiam procurar ajuda dos curandeiros de sua confiança. Segundo a mesma autora, para esses grupos a saúde era mais importante do que o bem-estar físico. Isto é, tratar da saúde era conforto, socialização, proteção e explicação para seus problemas a partir de um universo compreensível. Dessa forma, ser atendido por uma pessoa conhecida e de confiança, como era o caso de Anna na região de Caxias do Sul, era a opção mais escolhida pelos imigrantes.

Beatriz Webber (1999) afirma que esse processo ocorreu, em certa medida, porque os médicos eram temidos pelas pessoas, uma vez que as práticas da medicina enquanto disciplina

⁷³ Partejar: ato de ser parteira(o)

⁷⁴ Enciclopédia bíblica online: <https://bibliotecabiblica.blogspot.com/2016/06/significado-da-palavra-viuva-na-biblia.html>. Acesso em: 9 jun. 2023.

nem sempre iam ao encontro do que diziam as pessoas de confiança. Vendrame (2007) ressalta que os curandeiros respeitavam a população comum e, na mesma medida, eram respeitados por ela. Além disso, coloca a autora, os curandeiros partilhavam da visão de mundo das pessoas que eles tratavam, ou seja: eles partilhavam uma compreensão de mundo comum.

De acordo com Maíra Vendrame (2021), entre as parteiras e as mulheres da comunidade existia uma afetuosa ligação. Isso porque, além de conhecer a saúde como um todo e o corpo feminino em especial, as parteiras desenvolviam um senso de intimidade com suas clientes. Por outro lado, a maioria dos médicos era do gênero masculino, o que constrangia as mulheres criadas aos moldes da Igreja Católica Romana. Em maior ou menor grau, os corpos femininos tinham, inclusive, certa suspeita de homens que as conheciam tão bem.

Talvez tendo esta relação em mente, ainda no barracão, Anna se alojou perto de outros imigrantes com quem fez amizade, como é o caso de Inocente De Carli⁷⁵. Dessa forma, quando começou a trabalhar como parteira, a italiana já tinha a confiança de seus conterrâneos. Contudo, através das fontes batismais, foi possível perceber que a clientela da imigrante ia além de seus compatriotas. Isto é, a viúva foi além ao conquistar a clientela brasileira, que já estava localizada onde Anna se instalou.

No entanto, diplomadas ou não, as parteiras estrangeiras teriam que investir em estratégias para conquistar clientela e vencer a concorrência. E elas precisavam dispor de uma rede de auxílio que poderia ser acionada quando do surgimento de denúncias e investigações em relação ao seu trabalho (VENDRAME. 2021, p. 87).

Pressupõe-se que Anna acionou estratégias para construir uma rede de auxílio que possibilitasse sua atuação enquanto parteira. Uma das ações da imigrante, que merece uma análise detalhada, é o casamento de Giovanna Rech (ou Joanna Recha, a filha mais nova, de 15 anos) com um fazendeiro brasileiro chamado Custódio Antunes da Silva. Esse, segundo Dall'Alba (1987), “além de velho, era ‘brasileiro’, moreno. Anna Rech relutou em permitir essa união estranha. Mas ele era muito bom, inteligente e rico”. (DALL'ALBA, 1987, p. 93). Custódio Antunes, segundo Dall'Alba (1987), habitava os Campos de Cima da Serra, mais precisamente, Vila Seca.

⁷⁵ Esta informação foi retirada do livro *Povoadores da Colônia Caxias*, escrito por Mário Gardelin e Rovílio Costa (2002, p. 286).

Diante desse enlace matrimonial, Anna criou uma rede de convívio com os membros da família de Custódio e, por consequência, com toda a população brasileira local. Isso aconteceu porque, colocam Mário Gardelin e Rovílio Costa (2002, p. 286), o noivo de Giovanna (Joanna) era um homem razoavelmente conhecido e consideravelmente respeitado nos Campos de Cima da Serra – o que se devia, em grande parte, ao sucesso econômico de sua família. Um casamento em tais circunstâncias, da filha de uma mulher imigrante e viúva com sete filhos, era essencial.

Segundo Vendrame (2021), “[...] o campo de atuação das mulheres que se dedicavam à arte de partejar podia ser bastante amplo e heterogêneo, atendendo pacientes de origens sociais variadas, com enfermidades diferentes ou que buscavam uma solução para gravidez indesejada” (VENDRAME, 2021, p. 73). Assim, o casamento de uma das filhas com um brasileiro conhecido e respeitado não era algo inusitado, mas uma atitude prudente e sábia. Sem dúvida, esse matrimônio permitiu que Anna circulasse com mais facilidade entre os residentes locais, tanto italianos quanto brasileiros.

Entretanto, a profissão de parteira não era algo exatamente fácil. Pelo contrário, atuar auxiliando mulheres a dar à luz exigia mais do que conhecimentos sobre o corpo feminino. Era preciso, também, compreender todo o universo no qual a mulher estava inserida, principalmente no âmbito social. Ser confiável era essencial, visto que uma gravidez indesejada poderia acabar com as chances de uma vida longe da humilhação e do desprezo de seus para as mulheres. Sobre essa questão, Maíra Vendrame destaca o seguinte.

O compartilhamento de segredos, as trocas de auxílios e atendimentos fornecidos se transformavam em vínculos de confiança recíprocos. A realização de procedimentos que visavam controlar a reprodução, através de práticas contraceptivas e abortivas, permitira, portanto, que algumas parteiras conseguissem ampliar e variar seu campo de atuação. (VENDRAME, 2021, p. 89).

Dito isso, não era incomum que as parteiras exercessem outras práticas além de ajudar as crianças a virem ao mundo. Questões que permeiam o corpo feminino eram dominadas por essas parteiras, que tinham conhecimento tanto sobre como manter uma gravidez quanto sobre interromper uma. Para Vendrame (2021), é possível perceber a participação feminina em tratamentos abortivos e infanticídio através de denúncias por parte de colegas de trabalho e médicos, sendo uma forma de atingir moralmente a indiciada. Tratando-se de verdades ou não, conforme trabalhado anteriormente no item 3.3, o menor dos rumores poderia causar

prejuízos no reconhecimento público de uma mulher. No caso das parteiras, esse reconhecimento público garantia o seu sustento.

Então, atuar como parteira pressupunha cautelar atitudes, a fim de não gerar rumores negativos. A reprodução feminina era um assunto delicado que podia arruinar a vida tanto da parteira quanto da cliente. Os falatórios sobre uma gravidez indesejada, um aborto ou técnicas de controle reprodutivo eram motivo para acusações de cunho moral. Portanto, as parteiras deveriam tomar cuidado extremo ao praticar seus conhecimentos sobre o corpo feminino. Como destaca Vendrame (2021), não era incomum que as parteiras atendessem na própria casa, podendo ter nesse local uma pensão ou mesmo uma espécie de casa de parto. Assim, as cuidadoras do corpo feminino podiam atender suas clientes com o máximo de privacidade, sem chamar a atenção dos vizinhos, já que uma poderia estar, apenas, hospedando-se na pousada da outra.

Sabe-se também que Anna tinha uma hospedagem e um comércio junto à sua casa. Seria essa pousada uma forma de driblar possíveis rumores sobre visitas de clientes à sua moradia? Certamente, se uma parteira visitasse uma mulher, a comunidade criaria rumores e boatos sobre uma possível gestação ocultada. Por outro lado, a dona de uma pousada poderia receber mulheres sem, talvez, levantar grandes suspeitas. A hospedagem trazia benefícios para a italiana, aumentando sua influência e clientela, dando credibilidade e confiança.

Quase todos, se não todos, os movimentos feitos para evitar possíveis rumores dizem respeito não apenas à parteira e à mulher, mas, também, às suas famílias. O ataque contra a moral de uma mulher se estendia aos parentes, colocando em xeque a honra do grupo familiar como um todo e expondo esse à vergonha e humilhação. Assim, como destaca Vendrame, “[...] os embates não se restringiam apenas às parteiras e suas clientes, mas envolviam famílias e grupos formados por homens e mulheres que ocupavam posições sociais diversas”. (VENDRAME, 2021, p. 76).

Como um todo, o esforço para ocultar qualquer prática que fosse contra os princípios impostos pela sociedade, como o aborto, infanticídios, práticas contraceptivas e afins, ia muito além das parteiras e suas clientes. Esse esforço, ou a ausência dele, acarretava consequências para toda a rede social que as duas mulheres – cuidadora e cuidada – haviam construído. Essa rede, por sua vez, era essencial para as parteiras imigrantes. Sem ela, as mulheres jamais conseguiriam trabalhar e sobreviver em uma pequena comunidade como a de Caxias do Sul do final do século XIX e início do XX. Por isso, assim como fez Anna, muitas cuidadoras

criaram redes de auxílio e compadrio assim que chegavam ao sul do Brasil. Como ressalta Máira Vendrame:

As imigrantes se inseriram em campos profissionais, constituíram redes de relações, conquistaram clientela e reconhecimento por dominarem determinados saberes e técnicas. Também vivenciaram disputas e conflitos com pessoas do mesmo grupo étnico na defesa de posições e de reconhecimento público da honra individual e familiar. (VENDRAME, 2021, p. 92).

Já Beatriz Weber (1999) afirma que o convívio entre mulheres e o compartilhamento de suas práticas (pessoais e profissionais, conforme apresentado no subcapítulo 3.1 desta dissertação) formavam diversas redes de solidariedade. Essas, então, criavam um amplo quadro de relações que, sempre que necessário, resolviam questões íntimas (como o tratamento de doenças venéreas ou a realização de abortos) e questões sociais (como o apoio em um momento de crise).

Sobre as redes e compadrios que Anna criou na localidade, padre João Leonir Dall'Alba escreveu que ela:

Soubera criar aqui um círculo de estima e amizade, tanto entre os colonos como entre os Serranos. Era madrinha de mais de 40 afilhados, comadre de mais de 40 famílias. Era parteira, função tradicional também na família do marido, sacrificava até 4 ou 5 dias para partos difíceis, não cobrava aos pobres, levando até comida, a galinha da comadre; em sua casa servia café para a gente da colônia que vinha comungar em jejum. Bom coração. (DALL-ALBA, 2003, p. 14).

Uma breve pesquisa⁷⁶ nas fontes batismais da colônia Caxias do Sul, revela a existência de dezessete ocorrências em que Anna Rech aparece como madrinha (todas essas entre os anos de 1898 a 1916⁷⁷). Abaixo, elaborou-se uma tabela com a relação de tais registros batismais.

⁷⁶ A pesquisa na Mitra Diocesana de Caxias do Sul, não podia ser feita pessoalmente por burocracia da instituição, desta forma por intermédio da Débora do Departamento de Arquivo da Mitra Diocesana de Caxias do Sul, obtivemos os dados acima. Na paróquia de Nossa Senhora de Caravaggio em Ana Rech não foi possível acessar os livros batismais, pois o pároco local não permitiu o acesso a fonte.

⁷⁷ O recorte foi feito a partir do primeiro registro de batismos referentes à 'colônia Caxias' iniciam em junho de 1884 até o ano do falecimento de Anna Rech em 1916.

Tabela 2 – Afilhados de Anna Maria Paoletti Rech

Afilhado	Madrinha	Data	Local
Agostino Costantino Scariot	Anna Paoletti	15/05/1898	Paróquia N. S. de Caravaggio - Ana Rech- Caxias do Sul
Aleixo Carlos Piva	Anna Rech	25/05/1900	Paróquia N. S. de Caravaggio - Ana Rech- Caxias do Sul
Alfonso Guerino Dagani	Anna Rech	19/03/1910	Paróquia N. S. de Caravaggio - Ana Rech- Caxias do Sul
Amabile Maria Argenta	Anna Rech	26/07/1903	Paróquia N. S. de Caravaggio - Ana Rech- Caxias do Sul
Angela De Martini	Anna Rech	18/07/1903	Paróquia N. S. de Caravaggio - Ana Rech- Caxias do Sul
Angelo João Guerra	Anna Rech	22/08/1920	Paróquia N. S. de Caravaggio - Ana Rech- Caxias do Sul
Anna Amabile Boff	Anna Paoletti	09/07/1899	Paróquia N. S. de Caravaggio - Ana Rech- Caxias do Sul
Anna Giuseppina Aldimira Chisini	Anna Rech	12/05/1912	Paróquia N. S. de Caravaggio - Ana Rech- Caxias do Sul
Anna Maria Bof	Anna Rech	28/11/1908	Paróquia N. S. de Caravaggio - Ana Rech- Caxias do Sul
Anna Maria Boff	Anna Rech	30/03/1903	Paróquia N. S. de Caravaggio - Ana Rech- Caxias do Sul
Domenico Vincenzo Perondi	Anna Rech	06/01/1904	Paróquia N. S. de Caravaggio - Ana Rech- Caxias do Sul
Emilha Ferreira de Castilho	Anna Paoletti	29/04/1899	Paróquia N. S. de Caravaggio - Ana Rech- Caxias do Sul
Ida Buffon	Anna Rech	07/02/1915	Paróquia N. S. de Caravaggio - Ana Rech- Caxias do Sul
Ida Maria Rech	Anna Rech	30/05/1915	Paróquia N. S. de Caravaggio - Ana Rech- Caxias do Sul
Lino Fioravante Poloni	Anna Paoletti	12/12/1899	Paróquia N. S. de Caravaggio - Ana Rech- Caxias do Sul
Maria Boff	Anna Rech	04/02/1899	Paróquia N. S. de Caravaggio - Ana Rech- Caxias do Sul

Fonte: Fontes batismais recolhidas através dos registros da Diocese de Caxias do Sul.

A partir destes registros, alguns padrões se tornaram visíveis. Por exemplo, a grafia do nome de Anna muda. Em alguns casos, escreve-se Anna Rech, em outros se escreve Anna Paoletti. O sobrenome Paoletti, sob o qual Anna foi batizada, é usado entre os anos de 1898 e 1899. A partir de 1899, encontra-se apenas o sobrenome “Rech”, sob o qual Anna foi casada.

Foi constatada, também, uma ocorrência que sucedeu à morte da imigrante (1916): em 1920, batizou-se Angelo João Guerra. Segundo a árvore genealógica elaborada por Dal’Allba, entende-se o seguinte: seguindo a geração de netos de Anna, seu filho Vítório Rech teve uma filha chamada Ana. Assim como João, o filho mais novo de Anna teve uma filha com o nome de Ana. Sendo assim, a madrinha de Angelo João Guerra, provavelmente era uma das netas de Anna Rech.

Segundo Maíra Vendrame (2016, p. 184-186), a atribuição do nome da parteira para os recém-nascidos era um sinal simbólicos do parentesco entre a parteira e a família da criança. Estes atos possibilitaram a ligação entre as famílias, parte também do papel da mulher em articular as redes de ajuda mútua entre a vizinhança.

Desta forma, como podemos ver nos registros batismais, temos três Annas escritas exatamente como o nome de sua madrinha Anna Rech e uma Maria que seria o segundo nome da imigrante.

3.5 Maria Joanna: uma adoção atípica

Neste subcapítulo abordaremos questões que cercam uma ação aparentemente incomum para o período e o local: a adoção de uma menina negra pela imigrante Anna Rech. Para isto, utilizaremos documentos como a petição de auxílio financeiro feita pela imigrante à diretoria geral e encaminhada para as autoridades estaduais. Também utilizaremos fontes orais existentes em livros sobre a imigrante que colaboram para a reconstrução do ocorrido.

Em outubro de 1881, uma criança negra foi deixada na porta da casa de Anna Rech. Para Mário Gardelin e Rovílio Costa (2002), a tradição preservou o ocorrido da seguinte forma:

O que se conta é que na noite de 19-10-1881, pela meia-noite, escutaram-se vagidos de criança. Todos deviam estar na cama, a sono solto. Lembremos que não havia iluminação e era costume recolher-se cedo, para acordar também cedo, para as tarefas de um novo dia. Os vagidos continuaram. Abriu-se a porta e encontrou-se uma pretinha, de poucos meses de idade. Deixaremos aos nossos leitores especialmente os que entendem as frases de espanto. Fazer o quê? Evidentemente, alimentá-la. E como não soubesse se fora batizada,

torná-la cristã. E, em seguida, entregá-la às autoridades. Quando a criança demonstrou que tinha resistência, deixou-se a colônia da VIII Légua e partiu-se para a Sede Dante (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 287-288).

Seguindo a cronologia dos documentos, em seguida a imigrante – junto com seu filho Angelo e sua filha Giovanna (Joana) – dirigiram-se à sede da colônia de Caxias do Sul para entregar a criança à ordem do Estado.

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de 1881 apresentaram-se nesta diretoria Anna Rech, Joanna Rech e Rech Ângelo, que declararam na presença do Sr. Diretor João Maria de Almeida Portugal e das testemunhas abaixo assinadas e nomeadas, que no dia dezanove do corrente mês, a uma hora da noite, encontraram uma criança do sexo feminino na porta de sua casa, na VIII Légua, no prazo 104, sendo logo pela mesma Anna Rech recolhida, cuja criança por ela foi declarado que levado à igreja no dia de hoje, sendo batizada pelo registro do Pe. Agostinho Magon, e à qual foi dado o nome de MARIA JOANNA. Foram Ts.: Rech Ângelo e sua irmã Joana Rech. O que para constar lavrou-se o presente termo, que vai assinado por Rech Ângelo e pelas testemunhas Engenheiro Afonso Newton de Albuquerque Figueiredo, Gil Côrrea Vianna e Giuseppe Falavigna. E eu, Paulo de Campo Cartier, auxiliar do escritório que o escrevi. (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 288).

Já no dia 5 de dezembro do mesmo ano, João Maria de Almeida Portugal (diretor da colônia Caxias⁷⁸) enviou um requerimento aos seus superiores, solicitando auxílio financeiro para que Anna continuasse cuidando da criança. Ou seja, Anna acabou se tornando tutora da menina Maria Joanna, porém, com auxílio financeiro para fazê-lo. Nesse requerimento, Almeida Portugal⁷⁹ salientou que a imigrante, em sua primeira visita a sede Dante⁸⁰, não pretendia ficar com a criança. O que aconteceu foi o seguinte: após o diretor oferecer ajuda financeira, a colona aceitou ficar com a criança. Abaixo, segue um excerto do mencionado requerimento.

⁷⁸ O diretor da colônia era encarregado pelas questões administrativas da colônia, e este se reportava para o Estado.

⁷⁹ João Maria de Almeida Portugal era diretor e engenheiro chefe da colônia Caxias no período em que o requerimento foi feito (1881).

⁸⁰ A colônia Caxias era dividida em três sedes, sendo elas: Sede Nova Milano, Sede Caxias e Sede Nova Trento. O local onde abrigava a Diretoria da colônia passou a ser chamado de Sede Dante.

Figura 15 – Solicitação de auxílio financeiro

520 Escritório do Engenheiro em Chefe e Director da Colonia Caxias, em 5 de dezembro de 1881. Ilmo. Ex.º Sr. Tenho a honra de enviar a V. Ex.º o requerimento da colona Anna Rech, moradora no lote n.º 104 da VIII légua que pretende um auxilio para cuidar de um recém-nascido, do sexo feminino, que foi deixado á sua porta e a quem se lhe prestando amamentação e cuidados. Informo a V. Ex.º que no dia 19 de outubro a dita colona veio a esta Directoria declarar o facto a que elle se refere, e por que não tivesse meios para conservar o recém-nascido em sua companhia pretendia que eu lhe desse destino, e só a meu pedido e com algum auxilio que lhe tenho prestado a dita colona tomou o encargo de o tratar e que até hoje o tem feito com todo o desvello. V. Ex.º resolverá o que entender. Deus Guarde a V. Ex.º Ilmo. Ex.º Sr. D. Francisco de Carvalho Soares Brandão, O Presidente da Provincia del.º de Rio Grande do Sul. O Director e Engenheiro em Chefe - assignado - B.º João

Fonte: Livro de registro de correspondência expedida (1881-1882)

Segue a transcrição na íntegra do documento:

Transcrição do texto da imagem: "Escritório do Engenheiro chefe e diretor da colônia Caxias, em 5 de dezembro de 1881. Excelentíssimo. Tenho a honra de enviar a V. Ex. o requerimento da colona Anna Rech, moradora no lote n 104 da VIII légua que pretende um auxílio para cuidar um recém-nascido, do sexo feminino, que foi deixado a sua porta e a que no dia 19 de outubro a dita colona veio a esta diretoria declarar o fato a que se refere, opor que não tivesse meios para concervar o recém-nascido m sua companhia pretendia que eu lhe desse destino e só o meu pedido e com algum auxílio lhe tenho prestado a dita colona tomou o encargo de tratar e que até hoje o tem feito com todo o desvelo. V. Exa resolverá o que entender. Livro de registro de correspondência expedida (1881-1882). (Livro 2, p. 20).

Adotar uma menina deixada em sua porta seria algo realmente inusitado? Talvez não, uma vez que Anna era parteira e atuava em boa parte da colônia Caxias. Anna teria, então, conhecimento de quem eram os pais da criança? É possível, já que a imigrante atuava tanto entre italianos quanto entre brasileiros. Também era uma viúva que tinha condições

financeiras de adotar a recém-nascida, abandona por alguém conhecida na porta da casa da comerciante.

Com relação ao fato, Mário Gardelin (2013) destaca em “Anna Rech: Dez razões de sua benevolência”. Assim, destaca que quando a imigrante “[...] adotou a pretinha - ela realizou a primeira adoção legal de uma pretinha, posta à porta de sua casa. Ela e os familiares cuidaram da pequenina com desvelo. É um exemplo de primeira ordem. Fê-lo pelo seu espírito profundamente cristão.” (GARDELIN, 2013, p. 70). As características de bondade e fé de Anna são exaltadas na ação tomada pela imigrante. A viúva é descrita como uma mulher benevolente, clarividente, caridosa e seguidora de Deus.

Nesse sentido, padre João Leonir Dall'Alba (2003), buscando defender a imagem e legado de Anna, destaca que a mesma não era “[...] nada racista, quando aceitou criar a criança negra que lhe haviam deixado na porta ou quando permitiu que a filha Joana casasse com o ‘brasileiro’ Custódio Antunes.” (DAL'ALLBA, 2003, p. 14). Mas, é crucial lembrar que Anna viveu em uma época na qual, no Brasil, o convívio entre brancos e negros era, no mínimo, era marcado por tensões e diferenciações, em que os imigrantes assumiram o discurso da superioridade racial deles em relação a população negra⁸¹. Isso porque, por mais de uma década, a viúva viveu em um contexto escravocrata, aonde brancos desdenhavam e exploravam a comunidade afrodescendente – e nada disso era acautelado ou escondido. O termo “racismo”, por exemplo, ainda era desconhecido, porém os imigrantes quando chegaram no território brasileiro adotaram uma visão que via os negros como inferiores. Dessa forma, é preciso enxergar as ações de Anna não apenas como pura bondade, mas, também, como uma decisão que ia além de simples bondade.

O fato de Anna ser parteira e manter relações com pessoas que não eram grupo étnico ao qual pertencia, certamente foi um dos fatores que colaborou para que a criança fosse abandonada na porta de sua casa. É possível que a adoção tenha sido, de fato, um ato de bondade.

No início da década de 1880, o Brasil ainda era um império escravocrata, liderado por D. Pedro II – que só se encerrou em 1888 quando o país optou pela abolição da escravatura, e

⁸¹ Sobre as relações de conflito, o reforço de hierarquias e diferenciações raciais assentadas na cor nas regiões coloniais nas interações nos espaços de trabalho e socialidade entre imigrantes e negros, ver os trabalhos de: NEVES, N. “Não o querem pela razão da cor que tísna sua pelle”: masculinidades, racialização e conflitos interétnicos em uma região de imigração italiana. São Leopoldo - Repositório Unisinos, 2021. VENDRAME, M. “Não tinha medo dos gringos”: violência e crime nas regiões de colonização italiana do Sul do Brasil. São Leopoldo Revista Unisinos, 2020.

em 1889, com a Proclamação da República⁸². Contudo, desde 1871, vigorava a “Lei do ventre livre”, ou seja, conforme a lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, “[...] os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre”.

Para Boris Fausto:

A extinção da escravatura foi encaminhada por etapas até o final, em 1888. A maior controvérsia quanto às medidas legais não ocorreu em 1888, mas quando o governo imperial propôs a chamada Lei do Ventre Livre, em 1871. A proposta declarava livres os filhos de mulher escrava nascidos após a lei, os quais ficariam em poder dos senhores de suas mães até a idade de oito anos. A partir dessa idade, os senhores podiam optar entre receber do Estado uma indenização ou utilizar os serviços do menor até completar 21 anos (FAUSTO, 2013, p. 186).

Nessa perspectiva, o referido autor afirma que mesmo não tendo efeitos imediatos sob a tutela dos menores ao poder público, a “Lei do Ventre Livre” colaborou, de forma direta e indireta, para o desenvolvimento do movimento abolicionista brasileiro. Na década de 1880, o movimento ganhou força para que, no final da mesma década, a abolição da escravatura se consolidasse no país.

Posto as informações anteriores, levanta-se alguns questionamentos: poderia a mãe da menina Maria Joana conhecer, previamente, a parteira Anna Rech? A mãe biológica da criança teria a abandonado para evitar que a pequena vivesse na extrema pobreza? Não temos informações para responder esses questionamentos. É possível também que o abandono da criança tenha sido realizado pelo pai da mesma, quem sabe um dono de terras que teve um filho com uma mulher escravizada.

Por fim, existem diversas versões sobre a vida de Maria Joana. No livro “História do povo de Ana Rech” (1987) consta que “[...] a tradição nos conservou que a menina criada por Anna Rech era negra. D. Marieta Albé confirmou o caso, dizendo que veio a falecer já mocinha. Outra fonte diz que faleceu com cinco anos apenas”. (DALL'ALBA; TOMIELLO; RECH; SUSIN, 1987, p. 54). Porém, um artigo escrito pelo professor Mário Gardelin (1989) aponta que “[...] completa os dados do 1o volume, dizendo que a criança negra, Maria Joana, que fora encontrada na porta, no dia 19 de outubro de 1881 e adotada por Anna Rech, morreu

⁸² Em 15 de novembro de 1889, através de um golpe de Estado político-militar, instaurou-se no Brasil a forma de governo republicana, dando fim ao Império.

aos sete meses, em 13 de maio de 1881. Anna Rech fora ‘mãe branca’ da negrinha que, infelizmente, não sobreviveu”. (DALL'ALBA; TOMIELLO; RECH; SUSIN, 1997, p. 43).

Essa divergência, entre a memória local a respeito de Maria Joana e a morte dela com sete meses, foi esclarecida quando se localizou a declaração feita por Anna, para o diretor da colônia, sobre a morte da menina. A primeira, encontrada no livro “Povoadores da colônia Caxias” de Mário Gardelin e Rovílio Costa (2002) aponta que:

Aos 13-6-1882 apresentou-se nesta diretoria a colona Anna Rech declarou-me que no dia 13 de maio do corrente ano faleceu a menina Maria Joana, com sete meses de idade, cuja a criança foi por ela recolhida em dezenove de outubro do corrente ano, por terem-na depositada na porta de sua casa, qual foi sepultada no Cemitério da VIII Légua desta colônia, em cuja légua mora a declarante. Do que para constar lavrei este termo que comigo assina a rogo da declarante por ser analf., Luiz Valdemar Vooght e as testemunhas Adolfo Aurélio de Figueiredo e Buratto Rafaele. O ajudante do escriturário Paulo de Campos Cartier. (GARDELIN, COSTA, 2002, p. 289).

O que, de fato, pode-se concluir é que Anna recebeu uma menina, a nomeou Maria Joana e se comprometeu com sua criação dela perante o Estado. Desse episódio, o livro “Povoadores da colônia Caxias” de Mário Gardelin e Rovílio Costa (2002) indica que:

Ana merece ser recordada por este belo gesto. Não era fácil aos colonos conviver com os negros. Nunca os tinham visto. Significativo é que um casal de pretos ou uma mãe desesperada tenha confiado no coração dessa pobre mulher, tão atrapalhada pela vida. Seguramente, é a primeira adoção de uma criança negra, na área da colônia Caxias. (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 289).

A partir de livros como o supracitado, Anna Rech é, até os dias de hoje, lembrada pela nobreza de seu gesto. A adoção de Maria Joana ficou interligada à figura de Anna Rech, uma pobre mulher, altruísta que, apesar dos tropeços da vida, soube ser bondosa e caridosa. Essa imagem é retratada, por diversas vezes, na bibliografia sobre Anna. A citação a seguir, retirada do livro “Povoadores da colônia Caxias” de Mário Gardelin e Rovílio Costa (2002), sustenta a necessidade de posituação da imagem da imigrante perante a comunidade de Caxias do Sul e região.

Por que a imigrante de Pedavena foi escolhida para abrigar a negrinha? A negrinha, dedução que se faz, é que Ana Rech deveria ser conhecida dos pais ou da mãe da criança. Esse conhecimento levaria a

um grande conceito. Isto é evidentemente claro, pois ninguém entregaria a própria filha a um estranho. A segunda dedução é que a criança não nasceu nas imediações. Assim fosse, Ana viria a conhecer aos pais. Além disso, não havia certamente negros nas imediações ou dentro da VIII Léguas. Ana era parteira, muito requisitada, e qualquer informação seria do seu conhecimento. A terceira dedução, tanto pelo adiantado da hora, faz concluir que a criança veio de Cima da Serra, isto é, da área do campo, onde havia escravos e alguns eram maltratados. Da Sede Dante, Caxias, certamente não seria trazida, pois havia muitas famílias, em excelentes condições, que poderiam receber a negrinha. (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 288).

Aqui, trabalha-se com cenários possíveis. Não se sabe, ao certo, se Anna possuía laços sociais com os pais da menina e se houve algum tipo de comentário negativo, ou ainda condenação, por parte da comunidade de Caxias em relação à adoção de uma menina afrodescendente. Porém, o fato da adoção se tornou algo que a memória coletiva do lugar tomou como exemplo da bondade da imigrante viúva.

Podemos destacar que Anna Maria Pauletti Rech foi uma imigrante mulher que viveu em uma colônia de italianos no Rio Grande do Sul, onde questões privadas da vida feminina eram observadas e julgadas pela sociedade. Sem dúvida, a proximidade de Anna com os homens da igreja, principalmente os monges Camaldulenses, deram a ela uma credibilidade perante a comunidade. Foi possível perceber que as atitudes femininas recebiam uma vigilância mais severa quanto aos seus atos. Mesmo passando por momentos delicados, como a adoção da menina, conseguiu superá-los através de suas redes de apoio. Percebemos que Anna, mulher, viúva, parteira, mãe e chefe de família, soube equilibrar sua vida privada e pública em um mundo com obstáculos para as mulheres.

4 LA FONDATRICE: UMA VIÚVA ASTUTA E EMPREENDEDORA

Mesmo que possa haver alguma contrariedade, justo é que se reconheça e se admita hoje, que Anna Rech foi, de fato, precursora das lutas já vitoriosas da mulher nos tempos atuais.

Estas palavras são de Mário Gardelin e estão registradas no livro "*Origens e descendências de Anna Pauletti Rech*", organizado pelo Pe. João Leonir Dall'Alba no ano de 2003 (p. 71). Anna Rech foi uma mulher que desafiou as barreiras impostas pela sociedade quanto às tarefas que uma mulher deveria desempenhar. Assim como outras mulheres, Anna soube driblar os limites sociais e gerenciar sua vida financeira sem um homem ao seu lado.

A imigrante abriu um comércio logo que chegou ao sul do Brasil, visto que seu lote era privilegiado e muito bem localizado, próximo à estrada que dava acesso aos Campos de Cima da Serra e era frequentada por muitos tropeiros. Isto favoreceu para que seu comércio prosperasse, já que os tropeiros normalmente paravam em seu botequim nas viagens. Conseqüentemente, visto à demanda de um paradoro para pouso e descanso dos animais destes tropeiros, Anna abriu uma pousada junto a seu botequim.

Neste capítulo trabalharemos as questões que permeiam a vida econômica de Anna, visto que ela era uma imigrante, viúva, mãe, que não se casou novamente e abriu as portas de sua pousada para os homens se hospedarem, sendo que sua moradia era integrada ao comércio e à pousada. Sendo assim, queremos analisar o impacto que este cenário representava para o período em que Anna estava inserida.

Por fim, buscaremos trazer outras mulheres na mesma situação ou semelhantes a de Anna para fazer um comparativo e somar à análise da trajetória da imigrante. O capítulo tem por objetivo destacar a trajetória da imigrante enquanto comerciante e administradora de suas próprias finanças, a fim de compreender e mostrar estas mulheres que não se encaixavam na narrativa que as generalizava como oprimidas, submissas e omissas.

Nosso foco será a análise das questões que permearam a vida econômica de Anna. Como uma imigrante, viúva e mãe, que optou por não se casar novamente, ela desafiou as expectativas da sociedade ao administrar seus próprios negócios e finanças. Sua moradia é integrada ao comércio e à pousada, além de receber os viajantes, contribuindo para a complexidade de seu cotidiano.

Ao destacar a jornada singular de Anna Rech como comerciante e administradora de suas próprias finanças, este capítulo busca iluminar histórias inspiradoras de mulheres que moldaram seu próprio destino, rompendo com as convenções e desafiando as barreiras sociais.

4.1 “A velha Anna Rech tinha uma bodeguinha”: o comércio e pousada da imigrante

Durante a imigração italiana no Rio Grande do Sul, mulheres se estabeleceram na região como proprietárias de pequenos negócios, incluindo botecos, padarias, lojas, entre outros. Algumas mulheres, como Anna, já eram viúvas ao migrarem, outras chegaram com seus maridos, contudo, após o falecimento deles, as mulheres assumiram a responsabilidade de manter os negócios para garantir a subsistência de suas famílias.

Essas mulheres enfrentaram desafios, incluindo a falta de recursos financeiros e sociais, além do paradigma da sociedade patriarcal da época, que menosprezava o trabalho feminino e questionava a capacidade das mulheres de administrar seus próprios negócios. Mesmo com esses obstáculos, muitas se tornaram líderes em suas comunidades, como é o caso da matriarca Anna Rech, que buscou não se esconder atrás de uma figura masculina - que facilmente poderia ser seu filho mais velho, Ângelo -, e conduziu seu negócio em um mercado predominantemente masculino.

Sobre a administração destas mulheres como chefas de família é importante ressaltar que, segundo Machado (1998, p. 79),

Na administração da propriedade, as mulheres demonstraram que não conseguiram se libertar da carga psicológica e cultural de que eram portadoras, refletindo como proprietárias das terras o comportamento masculino de administrar, reproduzindo o modelo de família patriarcal. Viviam sob uma estrutura de poder muito forte, que contava com o apoio irrestrito da Igreja Católica e determinava as regras de conduta punindo severamente as infratoras, marginalizando-as do convívio de seus pares. Não tinham, assim, força e nem coragem para romper com as tradições e os costumes que norteavam a família e a sociedade local. Saí porque as filhas não tiveram nenhuma melhora na sua condição de vida; foram mantidas com a mesma discriminação a que foram submetidas as mães, que as julgavam incapazes de auxiliá-las nos trabalhos ligados à administração da propriedade.

Por outro lado, numa atitude controversa e significativa, faziam questão de manter a sua posição de dependência e submissão, no momento de reivindicarem a isenção de impostos, por exemplo. Alegavam a falta de força física, a ausência do marido ou a inexistência de filhos

homens maiores que pudessem ajudá-las na manutenção da propriedade. Essas mesmas mulheres que afirmavam não ter força física conseguiram dirigir os trabalhos e as suas propriedades por mais de vinte anos, sem o auxílio de elementos masculinos". (MACHADO, 1998, p. 78)

Ao se instalar na Oitava Léguas, Travessão Leopoldina, no lote 104,⁸³ Anna abre um comércio. Segundo Dall'Alba (1987, p. 49),

talvez já decidida a trabalhar com pequeno comércio e hospedagem, Anna recebe informação de que o ramo poderá ter sucesso à beira da estrada dos serranos, na VIII Léguas. É mato ainda, mas 3 famílias estavam construindo casa lá. Aceita a proposta e recebe o lote nº 104 do Travessão Leopoldina. Também Ângelo, o filho de maior idade, recebe, ao lado, um lote para si.

A localização do seu lote parecia ser privilegiada para atividades comerciais, visto que era situada na estrada dos tropeiros que dava acesso aos Campos de Cima da Serra. “A primeira estrada que cortou Caxias foi a provincial, aberta na década de 70. Partia de Vacaria, passava por Ana Rech (Leopoldina), atravessava a sede colonial de leste a oeste (...)” (GIRON, 2001, p. 51). Contudo, segundo Gardelin e Costa (p. 286), Ana Rech e seus filhos ficaram no barracão da Sede Dante, desde janeiro até abril do ano de 1877. Nessa estadia, fez amizade com Inocente De Carli, passando a reivindicar um lote que fosse perto do dele. No entanto, segundo Gardelin e Costa (p. 286):

A direção queria povoar as colônias que margeavam a estrada que ia sendo aberta para os Campos de Cima da Serra. Insistiram, e ela aceitou. Escolheu o lote 104, que já tinha sido medido. A direção da colônia providenciou a construção de uma modestíssima casa. Quando ficou pronta, ela se mudou e aí ficou até o final de sua longa vida, alternando a rotina de seus dias com algumas raras idas ao antigo Campo dos Bugres [Caxias do Sul].

Como veremos na tabela a seguir, Anna não se instalou perto de Inocente De Carli e, sim, de seu filho Ângelo, além dos também imigrantes italianos Antonio Dallsen e Felice Molin, no Travessão Leopoldina. Esta informação nos faz questionar a hipótese de Anna ter escolhido estrategicamente o melhor lugar para seu comércio, visto que no relato acima consta que a imigrante queria se instalar próximo ao recente amigo de barracão.

⁸³ Informação retirada do livro "História do povo de Ana Rech, vol I", escrito por Pe. João Leonir Dall'Alba, Pe. Antônio Tomiello, Juarez E. Rech e Valter Susin (1987, p. 47).

Tabela 3: Representação dos lotes do Travessão Leopoldina

74 - Domenico Nadal	73 - Giuseppe Dalzotto
76 - Giacomo Bonato	75 - <u>Giovanni Rech</u> Li
78 - Nicola Carollo	77 - Francesco Rossi
80 - Domenico Zago	79 - Valentino Segala
82 - Francisco Trevisan	81 - Angelo Mocelin
84 - Giovanni Nardi	83 - Cesare Armigliato
86 - Natale Coeli	85 - Luigi Bonesi
88 - Luigi Bazzi	87 - Ippolito Coeli
90 - <u>Giovanni Buffon</u>	89 - Herdeiros De Giovanni <u>Mazelli</u>
92 - Provido Coelli	91 - Herdeiros De Caetano Perondi
94 - Giuseppe Bazzo	93 - Domenico Bersani
96 - Luigi Faccioli	95 - Angelo Perneti
98 - Antonio Munari	97 - Giovanni Bacchi
100 - Giuseppe Perondi	99 - Pietro Carre
102 - Angelo Rech	101 - Paolo Filipini
104 - Anna Rech	103 - Antonio <u>Dallasen</u>
106 - Felice Molin	105 - Giovanni Garbin
108 - Antonio Molin	107 - Angelo Dalla Gasperina

	Vizinhos de terra
	Filho da Anna
	Lote Anna

Fonte: Informações retiradas do Site Colônias de Imigrantes RS/SC.

Como é possível ver acima, a maioria dos imigrantes que receberam lote no Travessão Leopoldina foram homens, a não ser o caso de Anna. Segundo Machado (1998, p. 72), “de acordo com o Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, Caxias tinha em 1900 uma população de 24.997 habitantes, dos quais 12,862 eram homens e 12,135 eram mulheres. As mulheres representavam 48,54% da população total, quase a metade da mesma”. Visto que a comparação do Travessão Leopoldina é sobre os nomes de pessoas que receberam lotes e não de todos que moravam lá, provavelmente estes homens vieram com suas famílias para o Brasil. Sendo assim, na população geral da colônia Caxias, a discrepância entre o número de homens e mulheres era menor.

Mulheres viúvas que emigraram sem nenhum homem ao seu lado não era um movimento comum dentro da imigração. Muitas mulheres vêm para o Brasil casadas e acabavam enviuvando aqui. O status de viúva determinou que muitas mulheres assumissem as atividades destinadas aos homens.

A mulher, que se tornava proprietária por viuvez, por abandono, ou porque o marido era incapacitado, assumia o papel de dona da terra, mantendo a produção e até ampliando-a e, em alguns casos, diversificando as atividades, através da abertura de novos negócios. Houve mulheres que, rompendo com o preconceito, dedicaram-se a atividades tidas como masculinas, como as que trabalharam com tropas. Ana Rech e Cezira Oliboni foram proprietárias de animais de carga. (MACHADO, 1998, p. 78)

Inicialmente, Anna abriu um comércio, como ressalta Dall'Alba (1987, p. 50), e “os colonos também começaram comprar ‘formaio’ e ‘siarca’ de Anna Rech”. Desse modo, com o comércio funcionando, Anna abriu uma pousada para os tropeiros que aproveitavam seu comércio para se abastecerem com alimentos para a jornada, negociar e também descansar e dar descanso aos animais. Segundo Dall'Alba (1987, p. 50):

Anna Paoletti Rech logo viu neles possíveis fregueses. Construiu um galpão para pouso e cercou, na certa, de achas de pinheiro, um potreiro com boa pastagem e água ótima. Os povos de Cima da Serra começaram a ver ali um lugar bom para pouso, já que, além das facilidades do galpão e do potreiro, em poucas horas alcançariam na manhã seguinte o centro comercial do Campo dos Bugres.

O comércio/pousada de Anna passou a ser visto como um bom lugar para os tropeiros pararem, ponto de encontro entre eles para a realização de negócios. Como ressalta Dall'Alba (1987, p. 50), “os comerciantes de Caxias e compradores de animais iam até o pouso de Anna Rech na esperança de encontrar algum tropeiro com quem negociar. Se não os encontrasse deixavam a encomenda com a dona do pouso”. O reconhecimento do negócio de Anna era notável, visto que a localidade, posteriormente, ficou conhecida por Ana Rech, por conta do empreendimento. Ao se questionar onde os tropeiros iriam parar ou se encontrar a resposta era: “Anna Rech” e não no Travessão Leopoldina. Segundo Loraine Giron (2001, p. 54), era comum que as casas comerciais que beiravam os caminhos possuíssem potreiros.

Ao rever as entrevistas já realizadas sobre a imigrante Anna Rech, encontramos algumas que falam sobre seu comércio/pousada, como, por exemplo, Mário Zanol. Em uma

entrevista a Mário Gardelin e publicada no livro "História do povo de Ana Rech", vol. II (DALL'ALBA, 1997, p. 43), Mário Zanol diz:

A velha Anna Rech tinha uma bodeguinha. Às vezes vendia a fiado. Escrevia atrás da porta a quantia que os tropeiros ficavam devendo, mas não escrevia o nome dos devedores. Tinha pousada para os tropeiros. Tinha um galpão grande, aberto na frente, onde depositavam as bruacas. Não lembro se o lugar de dormir era fechado. Na bodega havia pouca coisa. O mais que vendia era cachaça.

Figura 16: Casa e comércio da imigrante Anna Rech, 1927



Foto tirada por Momi Tomiello, em 1927. **Fonte:** Arquivo pessoal de Valter Susin.

Como podemos ver acima, a casa de Anna era grande, com dois andares e extensão na parte de trás. Segundo José Argenta (DALL'ALBA, 1997, p. 44), que diz ter conhecido a velha Anna Rech, “ela vendia cachaça, amendoim e outras poucas coisas. Não tinha balcão. A casa dela era bonita, constituída de tábuas rachadas, coberta de tabuinhas. Em separado havia um galpão de pouso dos tropeiros.” A descrição de José Argenta retrata precisamente a casa de Anna representada na foto acima. Segundo Gardelin (2002, p. 286), “de começo, os serranos paravam aí mais por necessidade de água ou simplesmente de convívio humano. A construção das estrebarias não terá sido imediata”.

4.2 “Na bela tosata”: o casamento de Giovanna e Custódio

Neste subcapítulo abordaremos o casamento de Joana (Giovanna) - filha mais nova de Anna Rech - com Antunes Custódio da Silva, um fazendeiro de Vila Seca. Este episódio levantou inúmeras questões na época, como podemos ver no livro “História do povo de Ana Rech” Volume I (DALL'ALBA, 1987, p. 57):

Joana (Giovanna), chegou aqui com 12 anos. Casou com Antunes Custódio da Silva, fazendeiro de Vila Seca, de 70 anos. Ela tinha apenas 15 anos. Além de velho, ele era “brasileiro”, moreno. Anna Rech relutou em permitir essa união estranha. Mas ele era muito bom, inteligente e rico. E o casamento se fez. Joana sempre viveu em Vila Seca, até falecer em 1955.

Podemos perceber que a diferença de idade entre Joana e Custódio era significativa: 55 anos. Enquanto Joana tinha apenas 15 anos, Antunes Custódio da Silva tinha 70 anos. Essa disparidade etária pode causar estranheza, e não foi diferente naquele momento. Além disso, o fato de Antunes Custódio ser “brasileiro”, moreno, sugere uma diferenciação étnica entre os grupos. A resistência declarada no trecho acima vindo da parte de Anna Rech em conceder a união pode ser interpretada como um resquício dos padrões sociais e culturais do período, que julgava uniões matrimoniais entre pessoas de diferentes etnias, além de uma diferença de idade significativa.

É importante destacar que é exaltado no trecho acima o fato de Antunes ter prestígio na localidade, descrevendo-o como “bom, inteligente e rico”, sendo estes os aspectos que possibilitaram o consentimento de Anna para o enlace matrimonial de sua filha com Custódio. O casamento aconteceu por finalidades sociais e econômicas. Por fim, a citação ressalta que Joana viveu em Vila Seca até falecer no ano de 1955, o que nos permite enxergar vestígios de sua trajetória de vida e da estabilidade conquistada com este casamento.

Contudo, até que ponto o casamento veio da parte da jovem Joana? Não foi apenas uma questão levantada por nós, encontramos esta possibilidade em outros escritos sobre o ocorrido, como é o caso da citação de (GARDELIN; COSTA, 2015, p. 286):

O Custódio enamora-se de Giovanna, “na bela tosata”. Esse namoro não é apenas fantasia de velho solteiro. Vai parecer uma disposição do destino. O velho é estimadíssimo lá pelos campos de Cima da Serra. Será que ele vai falar dessa italiana, que abriu uma pousada, boa comida, boas aguadas e excelentes pastos?

Certamente era vantajoso ter boas relações com os brasileiros que já habitavam os Campos de Cima da Serra, até porque Anna trabalhava com atividades que eram essenciais para os tropeiros. Portanto, o casamento da filha seria o fortalecimento de bons relacionamentos com os moradores locais e garantir uma clientela que confiasse nela. Além de seu comércio e pousada, Anna era parteira, atividade essa que exigia um estreitamento nas relações de confiabilidade, já que ela participava não só da vida pública destas pessoas, mas, principalmente, da privada. Além de expandir suas atividades para além de seus compatriotas italianos, o casamento da filha pôde aumentar a clientela para além do Travessão Leopoldina.

Anna possivelmente viu no enlace de sua filha com Antunes uma forma de se afirmar na localidade, visto que chegou viúva com sete filhos, sendo alguns destes portadores de deficiências, como destacam as memórias de Margarida Rech Boff (DALL'ALBA, 1997, p. 44):

Anna Rech não foi muito feliz com os filhos. Tinha uma filha muda e outra aleijada. Alguns dos filhos homens também não eram totalmente normais. Joanhina e João eram normais. Também Ângelo. João morava na colônia e depois veio para a vila. A velha era muito boa pessoa.

Este fator serviu como um estímulo adicional para que a imigrante buscasse em sua jovem e saudável filha uma oportunidade de fortalecer seus laços interpessoais. Sendo o casamento um contrato ancestral de junção de interesses, estava justificada a união.

Anna teria inúmeras motivações para buscar este casamento, e o fato de muitos de seus filhos serem dependentes dela por motivos de doença é um elemento plausível e totalmente aceitável. Como ressalta Josefina Buffon Susin (DALL'ALBA, 1997, p. 44):

Dos filhos, me lembro que Teresa era muda e de outra atrasada. A muda vinha frequentemente em nossa casa. Ia até o “sótio”, apanhava cebolas, colocava-as no avental. Fazia ruídos com a boca para mostrar que tinha as cebolas. Costumava ir à estrebaria para ver se estavam tirando leite. Voltava de lá com um feixe de lenha. Era sinal que queria tomar café. Outro filho era cantor de ofício de mortos. Quando a muda vinha à nossa casa, sempre vinha com um cachorro. Quando esse chegava na frente, se sabia que atrás chegaria a muda. Muitos tinham medo dela, porque era bastante feia, com um papo caído do tamanho de uma laranja. Sempre punha a mão na cabeça.

Buscar uma boa união para os filhos que não dependiam dela era essencial para o sucesso da família, visto que a imigrante já tinha os olhares críticos sobre si por não seguir o padrão patriarcal do período, sendo “chefe” de sua família e responsável pelo sustento de seus filhos no seu novo lar. As singularidades de sua família faziam com que Anna buscasse algumas medidas para proteção e sobrevivência de seus familiares. Por fim, independentemente da motivação por trás do casamento, essa foi seguramente uma união benéfica para Anna e sua família, tanto no âmbito social de redes e credibilidade. O fato de Custódio ser conhecido e ter prestígio nos Campos de Cima da Serra pode ter acarretado em uma maior clientela para o comércio e a pousada de Anna.

4.3 Impostos sobre indústrias e profissões

No período em questão de 1892 a 1916, o Brasil já era uma República. As leis nacionais, segundo Boris Fausto (2013, p. 249), “da primeira Constituição da República, inspirou-se no modelo norte-americano, consagrando a República federativa liberal.” Sendo assim, como está disposto na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891, no Art. 2º: “Cada uma das antigas Províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte”.

Ainda precisamos ressaltar que o período inicial da República brasileira foram anos conturbados para o estado do Rio Grande do Sul, pois, segundo Boris Fausto (2013, p. 255), pode-se atribuir ao Rio Grande do Sul o status de região mais instável politicamente do Brasil, desde a Proclamação da República (1889) até a eleição de Júlio de Castilhos em 1893. Isto porque o estado do Rio Grande do Sul passou por uma variabilidade constante de governadores - chefes de estado, entre os anos de 1889 e 1893.

Por conta desta autonomia concedida pela federação, os estados tiveram maior poder de decisão e controle sobre o processo de imigração. Como ressalta Olívio Manfroí (1975, p. 66), a partir de 1895, a colonização do Rio Grande do Sul era assegurada pelo governo federal, mas, a partir desse ano, o governo local toma a frente do movimento. Desta forma, percebemos um rombo nos cofres do estado e sem tardar a população local sente o crescimento no número de imigrantes agora moradores do Rio Grande do Sul, e, conseqüentemente, as despesas do estado aumentam gradativamente.

O número de imigrantes italianos mandados para o território do Rio Grande do Sul se

deu também pela crise do café durante a República Velha (1889 - 1930), algo que atingia o estado de São Paulo, outro grande destino de imigrantes italianos. Como ressalta Olívio Manfroi (1975, p. 69), “a imigração ao RS atingiu, então, proporções consideradas prejudiciais à economia local”. Sendo assim, no período em questão, o Rio Grande do Sul passava tanto por uma instabilidade política, quanto por uma fragilidade nos cofres públicos.

Ser comerciante ou bodegueiro⁸⁴ era de importância para a sociedade colonial de imigrantes italianos, visto que era através destes estabelecimentos que a sociedade se moldava, dos comércios e da igreja - como já foi falado anteriormente neste estudo. Como destaca Olívio Manfroi (1975, p. 190):

O comerciante ou o bodegueiro foi outro elemento importante na estrutura destas comunidades coloniais. Foi o segundo líder e, em muitos casos, o principal animador da sociedade local. Ao lado de todas, as igrejas e capelas estabelecia-se a venda, a casa de comércio, na qual os colonos encontravam tudo o que precisavam, desde os mais variados xaropes até os finos tecidos. Os colonos dependiam, economicamente, do comerciante, pois era ele que comprava e negociava seus produtos e era o único fornecedor de artigos de comércio. Os colonos compravam, geralmente, a fiado e o acerto era feito na hora da venda do produto colonial.

Anna Rech era essa figura de liderança na localidade onde abriu seu comércio, seguida do sacerdote. A imigrante exercia um papel de responsabilidade e exemplo para os moradores da comunidade. Para compreendermos o significado que ser dona de um comércio lhe concedia, através dos livros de impostos podemos perceber suas obrigações tributárias com o poder público. Diante dos registros de impostos pagos pela imigrante, destacamos a quais deveres econômicos a viúva estava submetida, percebendo em que categoria seu estabelecimento se enquadrava segundo as leis locais vigentes.

Para trabalharmos com a questão tributária do período em que Anna manteve atividades comerciais na Colônia Caxias, utilizaremos o acervo de declarações de impostos, que conta com 60 livros datados entre os anos de 1892 a 1965. O recorte temporal desta dissertação tomou como análise os livros de impostos do período de vida de Anna Rech em Caxias (1876 a 1916). Sendo assim, o primeiro livro é de 1892, e o último é o vigésimo quarto, do ano de 1916. Apesar de estarem faltando alguns (1896, 1897, 1898, 1901, 1902 e 1904), é importante lembrar que a preservação de registros da época nem sempre foi uma prática

⁸⁴ Bodegueiro é a denominação utilizada para se referir aos donos de botequins.

habitual nas colônias de imigração, e muitos documentos se perderam ao longo do tempo. Nos registros de impostos, Anna aparece como declarante desde o primeiro livro, e nele a imigrante afirma possuir animais, botequim, jogos lícitos e outros (fogão e aferição).

Anna aparece como declarante de imposto no ano de 1892, mas, segundo Loraine Giron (2001, p. 59), no ano de 1878-1882 “na sede e nas 1^a, 3^a, 4^a, 5^a, 7^a e 9^a léguas, existiam 85 casas de negócio”. No ano em que Anna aparece como declarante (1892), após a emancipação (1890), a economia local parece ter aumentado. Segundo Loraine Giron (2001, p. 74):

Em 1893 já existiam no município 153 negócios, destes, 72 que representavam 47,04% do total eram casas de comércio de 1^a, 2^a e 3^a classes. O segundo grande negócio eram os 40 botequins, 26,14% do total. As fábricas representavam apenas 4,57% do total de empreendimentos.

Tabela 4: Registro de impostos sobre indústria e produção						Observações
Impostos sobre indústrias e profissões						
Livro	Ano	Animais	Botequim	Jogos Lícitos	Outros	
1	1892		11000		2000	Fogão, Botequim
2	1893		10000		1000	Aferição
3	1893					
4	1894					
5	1894		11000			Giovanna Rech botequim 8ª légua
6	1895		11000			
7	1899	15000	21200			
8	1900		21200			
9	1903	15000	20000	10000	1500	Aferição
10	1904		20000	10000	1500	Aferição
11	1905		20000	10000	1500	Aferição
12	1906					Fechou o comércio em 1906
13	1907		20000	10000	1500	Aferição
14	1909				12000	Joana Declarou 12000
15	1908				12000	Joana Declarou 12000
16	1909				12000	
17	1910				12000	
18	1911				12000	
19	1912					Não declarou
20	1913					Não declarou
21	1914					Não declarou
22	1914					Não declarou
23	1915					Não declarou
24	1916					Não declarou

No primeiro livro, Anna aparece como declarante de imposto. Assim como a maioria dos declarantes, a imigrante pagou 2.000 réis de imposto sobre a compra de um fogão.⁸⁵ Também no ano de 1892, pagou imposto sobre seu botequim, no valor de 11.000 réis. No ano de 1899 e 1903, percebemos que ela também pagou imposto sobre animais no valor de 15.000 réis e, nos anos de 1903/1904/1905/1907, pagou além do imposto sobre seu botequim, imposto sobre jogos lícitos no valor de 10.000 mil réis. Por fim, já nos últimos anos de vida (1908/1909/1910/1911), a imigrante apenas pagou impostos classificados como “outros”.⁸⁶

Diante disso podemos perceber algumas questões importantes para se pensar na atuação de Anna enquanto protagonista da sua vida financeira. Anna era vizinha de terras de seu filho mais velho, Ângelo, que já era casado e maior de idade. A imigrante sempre buscou declarar os impostos em seu nome, visto que não seria anormal que as viúvas colocassem suas vidas financeiras nas mãos do filho mais velho. Segundo (MACHADO, 1998, p. 78), “por outro lado, numa atitude controvertida e bastante significativa, faziam questão de manter a sua posição de dependência e submissão no momento de reivindicarem a isenção de impostos, por exemplo”. Com a imigrante Anna Rech vemos um movimento contrário.

No ano de 1894, Anna não aparece nos registros de impostos pagando taxas sobre seu botequim, mas sim sua filha Giovanna Rech (Joanna Rech) - que declarou imposto sobre o botequim no valor de 11.000 réis, o mesmo valor que Anna pagou dois anos antes. No ano seguinte, em 1895, Anna voltou a declarar imposto em seu nome. Poderia ter sido uma tentativa de a imigrante ter tentado passar algum bem ou patrimônio para a filha? Se sim, por que não para as outras duas mulheres que moravam com ela? Por que não para seus filhos homens, como Ângelo, que era vizinho de terra? Questões estas que tentaremos responder ao final do presente capítulo.

A legislação de 1892 até 1899 era a mesma. Anna se enquadrava em "*pequena casa de secos e molhados*" onde era cobrado 16.000 réis. Contudo, Anna pagou 11.000 réis mais 2.000 réis do fogão, contabilizando 13.000 réis pagos como tributação ao governo. Percebemos uma mudança na legislação no ano de 1899, onde, segundo Marcia Sanocki Stormowski (2005, p. 80), “a legislação faz menção não apenas aos tipos de produtos comercializados, mas ao tamanho do estabelecimento, classificando-os em 4 classes.” Sendo assim, como podemos

⁸⁵ O registro do “fogão” aparece no ano de 1892, para a maioria dos declarantes de impostos. Possivelmente os colonos fizeram a compra de um fogão para a casa e estavam pagando para as autoridades o valor do mesmo.

⁸⁶ O registro “outros” aparece para a cobrança de algum tributo que não tem necessariamente uma categoria estabelecida, ou mesmo para o ajuste no valor de algum tributo padrão.

notar na tabela acima, Anna, a partir do ano de 1899, aumentou o valor de imposto pago sobre seu botequim assim como a legislação prescrevia para a quarta classe: “as pequenas casas de negócio que vendam vinhos nacionais e outras bebidas preparadas no município” passou de 11.000 réis para 21.200 réis.

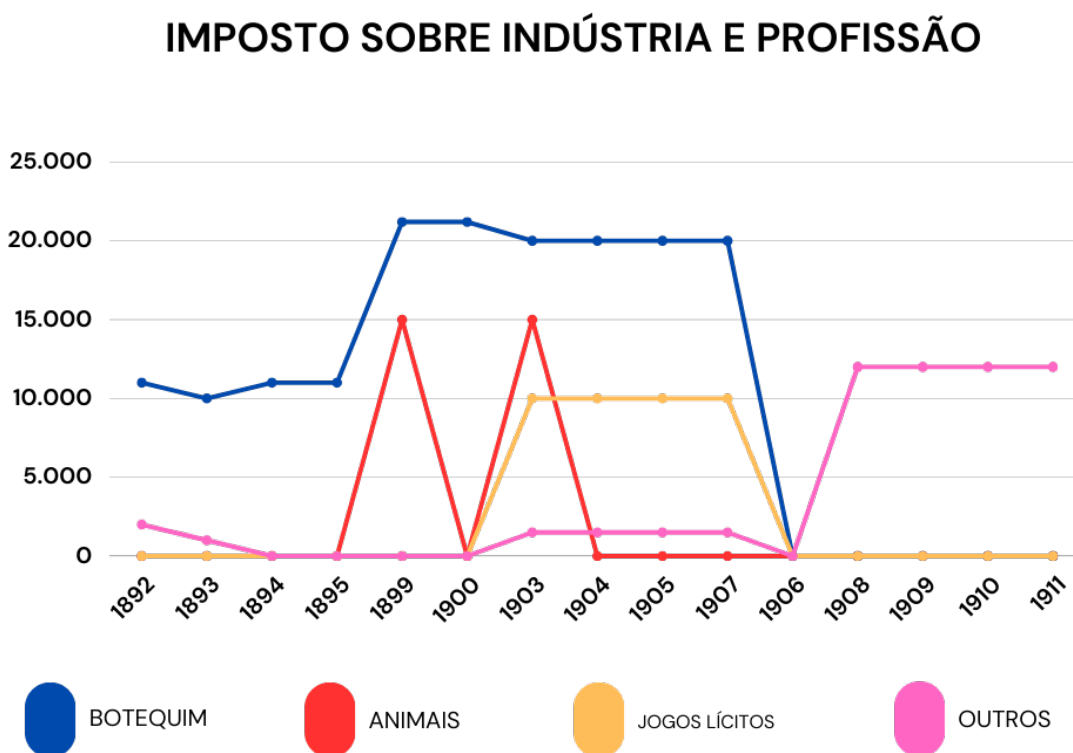
Como percebemos nas fontes, Anna pagou no ano de 1899 e 1900 o valor sobre seu botequim de 21.200 réis, sendo assim, excedendo 1.200 réis do valor previsto na lei. Neste mesmo ano, percebemos um novo registro de tributo no nome da imigrante que está denominado como “animais”, ao qual Anna pagou 15.000 réis no ano de 1899. A respeito do imposto sobre animais, a lei disposta para o ano em questão ressalta que sobre o imposto “outros” estava descrito como “aferição”. Podemos supor que, segundo o significado básico da palavra aferição (conferido e ajustado), seria um reajuste sob aquisições ou mesmo negócios que não entram em uma categoria padrão (animais, jogos, botequim, moinho, entre outros).

Percebe-se uma aparente desigualdade entre registros históricos escritos e fontes orais sobre o fechamento do comércio. De acordo com os registros dos livros de impostos, o comércio foi encerrado em 1906. No entanto, as memórias registradas em fontes orais, ressaltam que a imigrante manteve seu estabelecimento, um botequim, até o fim de sua vida, em 1916. O que entendemos disso é que provavelmente a imigrante, por conta de sua idade avançada, pagou imposto apenas simbólico de 12.000 réis classificado em “outros” nos anos de 1908 a 1911.

Durante os anos de 1911 a 1916, esse último o falecimento de Anna, ela não aparece mais nos livros de registros de impostos. O que podemos atribuir é que a imigrante realmente fechou seu negócio ou, como ressaltam as memórias, ela teria mantido seu comércio até seu falecimento. Essa última opção pode ser justificada pela possibilidade de a imigrante ter sido isentada de suas obrigações fiscais por conta da sua idade ou mesmo tenha continuado a operar seu botequim informalmente, sem cumprir todas as obrigações fiscais. Além disso, as memórias orais podem refletir a percepção da comunidade local, considerado o estabelecimento como em funcionamento, mesmo que não tenha sido formalmente registrado.

Este tipo de isenção de impostos não era incomum visto que muitas viúvas se utilizavam de um discurso de incapacidade em gerenciar seus negócios sem um homem ao lado. Dessa forma, acreditamos que a avançada idade de Anna pode ter sido um bom argumento para se livrar de suas obrigações tributárias com as autoridades públicas.

Gráfico 4 - Registro de impostos sobre indústria e produção



Fonte: Compilação da autora.

Com base nas informações fornecidas, parece haver uma inconsistência nos pagamentos de impostos por parte de Anna no ano de 1906. Nesse ano, ela não declarou impostos sobre nada, incluindo outros itens, e sim declarou o fechamento do estabelecimento. No entanto, em 1907, declara imposto novamente.

Existem várias possibilidades para explicar essa situação. Anna pode ter passado por problemas financeiros no ano de 1906, o que a levou a não declarar suas atividades para o engenheiro chefe da colônia. A omissão de seus recebíveis pode ter sido uma estratégia para evitar o pagamento de impostos e lidar com suas dificuldades financeiras. Ou mesmo não podemos descartar que a imigrante pode ter encerrado suas atividades por um ano, uma opção provável, visto que, no ano seguinte, declara novamente, inclusive o mesmo valor dos anos anteriores.

É possível que Anna tenha utilizado desta brecha para não declarar impostos no ano de 1906, buscando se abster dos pagamentos. Isso pode ter sido feito por motivos diversos, como uma insatisfação com o sistema tributário, uma tentativa de economizar dinheiro ou até

mesmo uma ideia de que poderia escapar do pagamento sem maiores complicações, visto que era viúva e era comum que mulheres nesta posição utilizassem de tal condição para justificar o não pagamento de impostos.

Ela pode ter decidido interromper suas atividades comerciais por não haver a necessidade de declarar impostos sobre suas operações comerciais nos anos seguintes. No entanto, é importante observar que a declaração de fechamento do botequim não necessariamente indica que ela tenha parado completamente suas atividades comerciais.

Também é importante considerar que nem todas as atividades comerciais estavam sujeitas à obrigatoriedade de declaração de impostos. É possível que Anna tenha se envolvido em questões de menor escala que não exigiam uma declaração de impostos, ou talvez ela tenha tido um nível de renda abaixo do limite estabelecido para a obrigatoriedade de declaração. Pode ser que ela tenha realmente encerrado suas atividades em seu comércio e pousada mantendo apenas trabalhos informais que não exigiam a declaração de impostos, como, por exemplo, a arte de partejar.

Gráfico 5 - Registro de impostos sobre indústria e produção



Fonte: Compilação da autora.

Sendo assim, o que podemos destacar dos dados encontrados sobre a imigrante Anna Rech, segundo os registros de impostos, são os seguintes: do ano de 1892 ao de 1895, Anna

manteve uma média de 11.000 réis pagos sobre suas atividades econômicas. O pico de seus faturamentos foi do ano de 1899 ao de 1907. Contudo, é curioso observar que uma declaração de 31.500 réis no ano de 1905, vai para zero no ano seguinte, alegando fechamento do comércio. Entretanto, no ano de 1907, a imigrante já retoma o pagamento de 31.500 réis sobre seus rendimentos. Apenas por um ano o comércio ficou fechado e, no ano seguinte, retomou suas atividades, declarando o mesmo rendimento comercial.

Fazendo o cruzamento das fontes, foi possível perceber que, em 1907, Anna Rech vendeu um pedaço de suas terras para os Monges Camaldulenses⁸⁷ a um preço abaixo do pedido normalmente. Pode ser apenas uma coincidência, ou, como veremos em seguida, o ato de venda era, na verdade, uma troca? Poderia Anna querer expandir suas redes com os recém-chegados monges, garantindo, por exemplo, o apoio e a proteção dos homens da igreja a uma mulher viúva e dona de suas próprias finanças?

Ainda sobre o recesso de suas atividades comerciais, levantamos a hipótese de que a imigrante poderia estar passando por um momento delicado financeiramente, visto que vendeu uma porção de terras a um preço abaixo do esperado no período. Estaria ela precisando de dinheiro com urgência por conta de algum ocorrido inesperado? Visto que a imigrante tinha duas filhas com excepcionalidades (Teresa, deficiente auditiva, e Líbera, deficiente mental), poderiam estar precisando de cuidados médicos no ano em que Anna declarou o fechamento do botequim. Ou até mesmo seu filho Giuseppe (José) que era tropeiro e tinha problemas com a bebida, assim como ressalta Dall'Alba (1987, p. 57): “de tanto transportar caninha boa, deu em beber”. Sabe-se que Giuseppe (José) morreu antes de sua mãe, de um coice de mula. Infelizmente, não temos como aprofundar essa discussão neste estudo, contudo, ficam abertas as suspeitas para uma pesquisa futura sobre os filhos da imigrante.

4.4 “Espírito clarividente”: doações de terras para a comunidade

Através das fontes foi possível perceber a doação e venda de terras a baixo custo feitas pela imigrante Anna Rech à comunidade - Igreja, cemitério e colégio da congregação das

⁸⁷ Os Monges Camaldulenses ou também conhecidos como Frades Brancos, eram Eremitas pertencentes a uma congregação religiosa da Igreja católica. Vindos de Camaldoli na Toscana e se instalando nos Campos de Cima da Serra, fundaram os seguintes mosteiros: Nova Camaldoli (Fazenda Raposo - Caxias do Sul) e Ana Rech (Travessão Leopoldina - Caxias do Sul). Através do contato do Bispo do Rio Grande do Sul Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão com a Congregação de Camaldulenses, houve a oportunidade de trazer a congregação para o Brasil. Segundo Henrique Dall'Alba (1999), de uma forma precipitada e não muito pensada abriu-se os dois mosteiros na Serra Gaúcha.

Irmãs. A doação de terras é um ponto crucial ao falarmos sobre sociedade, visto que diz muito sobre questões de redes, assim como de trocas feitas pelos membros da comunidade. Por meio deste subcapítulo, exploraremos as questões de doações e vendas de terras feitas por Anna, analisando as possíveis motivações para este ato e seus efeitos.

Segundo o relato de Dosolina Buffon (*apud* DALL'ALBA, 1997, p. 45), Anna “dizia que dava terra e ajudava a todos porque não se achava digna de ser dona de tanta terra, já que, na Itália, semeava-se uma aboboreira que ia produzir abóbora na terra do vizinho”. O movimento de redes de apoio normalmente não é algo premeditado, antes natural que acontece em todo o lugar, principalmente em comunidades de imigrantes, que precisam ajudar uns aos outros para viver em uma nova terra.

A prática de doar terras é milenar, e consiste em doar uma parcela de terras a outra pessoa ou entidade, sem um pagamento em dinheiro. Contudo, uma doação pode ser uma troca, onde um fornece terras e indiretamente algo retorna ao doador, como, por exemplo, reconhecimento local, entre outras vantagens. Os motivos que levam a uma doação são os mais diversos como, religiosos, políticos, econômicos e sociais.

A discussão proposta neste tópico acarreta a doação de terras feitas pela imigrante Anna Rech à ordem religiosa, para a construção de um cemitério e a venda de terras para a construção do mosteiro dos monges camaldulenses. Queremos compreender as motivações e as consequências destes atos para a imigrante e sua família tendo em vista o contexto em que ela estava inserida. No ano de 1881, Anna Rech faz uma doação de um terreno para a construção de uma igreja. Segundo Dall'Alba (1987, p. 55):

Em 1881, quando já se haviam passado cinco anos da chegada dos pioneiros, havendo regular números de moradores, Anna Rech, mostrando seu espírito religioso e sua preocupação pelo bem público, fez uma doação que vai ser um dos marcos da criação do povoado: doa um pedaço de terra para a construção de uma capela dedicada a N.S. de Caravaggio. Não tendo em mãos nem o título provisório de propriedade, não pôde passar escrituras. Por isso foi feito o documento abaixo, guardado em folha avulsa no livro Tombo, quando, em 1902, foi necessário regularizar a situação. O documento é oficial, lavrado em cartório.

O ato da imigrante possibilitou a construção da igreja da comunidade e também a integração entre seus membros, visto que a religião era não só uma mediadora da fé, mas um órgão normativo e responsável pela socialização dos membros da comunidade. Segundo Maíra Vendrame (2007, p. 73):

Além da fé do imigrante, outros fatores foram importantes para a construção do espaço das atividades sociorreligiosas. O esforço em financiar a vinda de padres, bem como a dedicação na construção das capelas, não deve ser visualizado apenas como característica da forte religiosidade da população, pois interesses econômicos os moviam, principalmente os comerciantes.

Dessa maneira, percebemos certos padrões ao se tratar de imigrantes comerciantes, visto que Anna Rech deve ser enxergada também como uma comerciante e não apenas através de sua bondade em doar. Sem dúvida havia outras intenções, como, por exemplo, a visibilidade e o amparo da igreja seriam fatores determinantes para sua ascensão enquanto uma viúva dona de comércio.

Dentre estes comportamentos e novas responsabilidades, temos a questão tributária, pois, ao se tornarem viúvas, estas mulheres passavam a exercer cargos antes não necessários. Por conta de herdarem os meios financeiros da família, com a morte de seus cônjuges, passavam a exercer o papel de figura central, arcando com as consequências deste cargo. Isto não quer dizer que as mulheres somente podiam ser “chefas de família” a partir da morte de seus maridos, contudo, na maioria dos casos, dada à realidade do período, a viuvez era a principal causa para elas se tornarem donas de sua vida financeira.

Maíra Vendrame (2016) chama de “sistema de crédito” o resultado das articulações feitas pelos imigrantes. Assim como encontramos na trajetória de Anna Rech, podemos perceber os mesmos movimentos de venda e doação de terras feitos pelo comerciante Paulo Bortoluzzi na região de Vale Vêneto, na Quarta Colônia de Imigração italiana estudada por Vendrame. Como ressaltado pela autora (VENDRAME, 2016, p. 165), “essa articulação pode ser compreendida como tentativa de conquistar recursos e prestígio social”.

Segundo o relato da moradora da localidade, Dosolina Buffon (*apud* DALL'ALBA, 1997, p. 45), Anna Rech, “dizia que dava terra e ajudava a todos porque não se achava digna de ser dona de tanta terra, já que, na Itália, semeava-se uma abóboreira que ia produzir abóbora na terra do vizinho”. A partir disso percebemos que a imigrante possivelmente tinha o sentimento de dever com a comunidade e o bem estar dos membros dessa. Contudo, não podemos descartar a hipótese do ato de doar ser uma estratégia social, uma busca por apoio e reconhecimento local.

A caridade e bondade da imigrante é exaltada por seus atos de doações nos livros sobre a localidade, como declara Dall'Alba (2003, p. 70): a imigrante “fez apreciáveis doações à

comunidade. Evidenciou possuir um espírito clarividente”. Nossa discussão propõe compreender todas as possíveis motivações e as implicações que geraram a doação. Dessa forma, podemos ressaltar que mesmo que sem intenções de receber algo em troca, é perceptível que seus atos tiveram uma reação benéfica para a imagem da imigrante junto à comunidade e à Igreja.

Podemos encontrar indícios da imagem positiva de Anna nas memórias sobre ela registradas nas entrevistas com moradores da localidade, assim como nos diários escritos pelos monges camaldulenses e publicados em um livro intitulado “A saga dos Camaldulenses no Rio Grande do Sul” (DALL’ALBA, 1999). Nesse segundo, lemos (1999, p. 58):

Descemos então até nossa casa, para onde nos seguiram diversas pessoas e as irmãs, com todas as alunas, para nos saudarem. Veio também a boa velhinha Anna Rech, de cujo nome derivou o nome da vila. Ela se lançou de joelhos diante do Padre Maior e, convidada a beijar-lhe o anel, continuava a repetir: "Não mereço, não mereço tamanha graça!". Falava seu dialeto de Feltre, quase ininteligível. Pobre da boa velhinha! Já está com 85 anos... Que o Senhor a conserve.

Dito isto, é importante destacar que a imigrante vendeu uma parcela de terras para os monges camaldulenses construírem o seu monastério e se estabelecerem na região. Segundo Dall’Alba (1998, p. 56):

Em 1907, com escritura de 7 de fevereiro, Anna Rech vende aos padres Camaldulenses 128.000m² e, por escrituras de 1 de agosto do mesmo ano, mais 50.000 m², totalizando quase dezoito hectares. O primeiro terreno fora vendido por um Conto de réis. Aos filhos que achavam que o preço era um tanto baixo disse: "Eu favoreço tudo que ajuda a religião. Quero deixar o espírito cristão nesta terra, onde viverão os meus descendentes.

Sobre o ato de venda, o que podemos destacar é que, assim como veremos em seguida, Anna fez trocas novamente com instituições ligadas à religião. Assim como para a construção do mosteiro, resalta João L. Dall’Alba (1987, p. 56): “também o terreno do Colégio das Irmãs foi cedido por preço bem acessível”. Percebemos, assim, um padrão no que diz respeito à venda dos terrenos da imigrante. Podemos dizer que se ela escolhesse se desfazer de um pedaço de terra, preferiria que fosse para beneficiar e ajudar a Igreja. Como resalta Maíra Vendrame (2016, p. 160), a venda de terrenos possibilitou o aumento das redes econômicas locais dos imigrantes.

Não foram apenas vendas que Anna fez aos religiosos, mas também doações, como foi o caso do cemitério da comunidade. Segundo Dall'Alba (1998, p. 56), “parte do terreno do cemitério foi doado por Anna Rech. Ela reservou para seus descendentes um retalho de 8 por 3 metros, localizado logo à esquerda da entrada. Também desta doação não foi feita escritura, o que provou algum problema, em anos posteriores.” O fato de não encontrarmos escrituras da época, e sim posteriores, tornou-se um empecilho para a conclusão de uma análise, visto que abriu um período maior do que o esperado.

As motivações que impulsionam a imigrante Anna a doar e vender terras para as entidades da igreja, podem ter sido principalmente duas: 1 - Sua benevolência e a vontade de ajudar entidades relacionadas à igreja por sua forte devoção católica. 2 - Uma busca por reconhecimento e prestígio local que certamente a igreja poderia fornecer como uma troca por suas generosas ações, visto que a igreja era o principal órgão de controle especialmente para as mulheres do período. Ou mesmo e acreditamos que seja, a junção das duas alternativas acima, a famosa frase: "unir o útil ao agradável". A imigrante ao mesmo tempo que queria colaborar e ser uma boa cristã, sabia que suas ações seriam essenciais para sua ascensão social e profissional.

4.5 Mulheres donas de suas vidas financeiras na colônia Caxias

Assim como Anna Rech, outras mulheres comandaram suas vidas financeiras e profissionais. Percebemos isso ao analisar os livros de impostos sobre a produção da Colônia Caxias. “Nas colônias não era impossível que imigrantes viúvas, casadas e mães solteiras fossem beneficiadas com lotes de terras logo após terem chegado ao referido local” (VENDRAME, 2017, p. 103). Dessa forma, podemos perceber que, na fonte acima, o *status* civil das imigrantes era um aspecto que aparecia ao citá-las como declarantes de impostos, de acordo com a tabela abaixo.

Tabela 5 - Registro de impostos sobre indústria e produção

Livro	Ano	Mulheres	Homens	Declaradas Viúvas
1	1892	41	940	0
2	1893	11	531	0
3	1893/1894	13	1199	1
4	1894	29	1434	1
5	1894	6	624	1
6	1895	9	495	1
7	1899	8	737	4
8	1900	6	687	3
9	1903	19	668	6
10	1905	20	488	3
11	1905	31	1084	4
12	1906	39	1105	5
13	1907	32	979	2
14	1909	98	1.680	17
15	1908	2	2.667	211
16	1909	1	3.214	206
17	1910	1	2.591	248
18	1911	0	3.278	245

Fonte: Compilação da autora.

Analisando o número de mulheres pagantes de impostos nos registros do período de 1892 a 1900, percebemos algumas questões relevantes. De acordo com os registros, entre 1892 e 1894, houve um número consideravelmente elevado de mulheres pagando impostos em comparação com os anos subsequentes, de 1895 a 1900.

Essa informação pode ser interpretada de maneiras diferentes. Uma possibilidade é que, durante os anos de 1892 a 1894, houve um aumento da participação econômica das mulheres, levando-as a terem maior renda e, conseqüentemente, a pagarem impostos. Esse aumento da participação feminina pode estar relacionado às mudanças sociais, políticas e econômicas que proporcionaram diferentes situações para o público feminino da colônia.

É importante salientar que, no ano de 1908, percebemos um aumento considerável no número de mulheres declarantes de impostos, principalmente mulheres viúvas. Nesse sentido, devemos ter em mente o ciclo de vida humano, como ressalta Gabriela Schmitt (2023, p. 119):

Reitera-se que se reconhece que a classificação a partir de idades tem a característica evidente de que a idade é transitória, portanto, os indivíduos estão em uma condição provisória. Mas, ainda que as etapas da vida não possam ser delimitadas com clareza, esses elementos dão o aporte para a compreensão do papel e do posicionamento dos indivíduos dos grupos de idade as diferentes organizações familiares.

Muitas destas mulheres que passam a aparecer nos livros de impostos possivelmente estavam em um estado de viuvez e herdaram os bens do marido, tomando uma posição de “chefas de família”. Isso porque os imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul normalmente estavam na faixa etária de meia idade, em que se encontravam em condições reprodutivas e de plena força de trabalho. Sendo assim, no início do século XX, estas pessoas já estariam em terras brasileiras há aproximadamente duas décadas. Estes imigrantes estariam se encaminhando para o fim de suas vidas, sendo provável que as mulheres, ao se tornarem viúvas e herdarem os bens financeiros da família, precisavam declarar impostos.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é o elevado número de natalidades das famílias imigrantes (MANFROI, 1975, p. 88-89), assim como a imigração tardia que aconteceu no Rio Grande do Sul na década de 1890 (*Ibid.*). Esses fatores justificam o aumento no número de mulheres, viúvas e homens que passaram a declarar impostos a partir de 1905 e vai até o ano de 1911. Essa crescente se deu de maneira equânime para homens e mulheres e, conseqüentemente, para as viúvas.

Entre os anos de 1884 e 1890 houve certa instabilidade política na região da Colônia Caxias. Segundo Loraine Giron (2001, p. 64), a Colônia contava com mais de 10 mil habitantes no ano de 1883, e, em abril de 1884, foi emancipada de colônia Imperial para 5º Distrito de São Sebastião do Caí.

Descontentes com a administração das autoridades de São Sebastião do Caí, que não atendiam suas necessidades, os colonos do 5º Distrito se organizaram sob a liderança dos comerciantes para reivindicar a emancipação de Caxias. Em julho de 1890, Caxias do Sul se torna município (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 65 -72). Percebemos que o descontentamento e a força dos comerciantes eram significantes dentro da Colônia Caxias. Essa força seguirá atuante no município, uma vez que a emancipação não resolveu todos os

problemas, sendo que a classe de comerciantes ainda se sentia insatisfeita com a gestão pública da região.

No ano de 1891, os colonos se viram descontentes com a transição de estado de distrito para município, com seus encargos tributários mal definidos, como ressalta Loraine Giron (2001, p. 72):

Na então chamada Vila de Santa Teresa de Caxias ainda funcionava um escritório encarregado da liquidação da dívida colonial, situado na esquina da Júlio, com a Marechal Floriano na Praça Campo dos Bugres (hoje Praça da Bandeira), onde ainda havia o barracão dos imigrantes. A interferência da Inspetoria de Terras com a administração municipal, tanto da antiga colônia como com a do novo município, esgotou os colonos que tinham de pagar suas dívidas das terras em dobro, ou seja, para a Intendência municipal e para a Inspetoria estadual.

Diante destas indagações, os colonos de Caxias iniciaram revoltas em busca de melhorias. Estas revoltas foram descritas como:

Revoltas de colonos, enfrentamentos entre federalistas e republicanos, conflitos entre maçons e católicos, atentados, exoneração de intendentes e conselheiros, conflitos entre instituições, Intendência e Conselho Municipal. Grandes disputas no campo da política, entre os anos de 1892 a 1924, marcaram o primeiro período administrativo do município de Caxias⁸⁸.

As revoltas vão além de questões econômicas, abrangendo elementos políticos (federalistas e republicanos) e religiosos (católicos e maçons⁸⁹), visto que essa última rivalidade foi trazida da Itália para o Brasil. Ao discutir as desavenças entre imigrantes italianos católicos e os maçons a respeito da morte de um padre, Vendrame cita como os sacerdotes entendiam aquele momento histórico, aumentando a força do inimigo (a maçonaria) para fortalecer o próprio poder católico na região:

⁸⁸ Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul (ONZI, 2012, p. 32.).

⁸⁹ “Associações criadas no final do século XIX e início do XX, em contextos e locais diferentes, baseadas num conjunto de símbolos e ritos e num ideário geral de caráter universalista e humanista, em defesa da ideia de progresso e de aperfeiçoamento gradual da humanidade. Eram instituições reservadas ou secretas, que praticavam ajuda mútua e filantropia, com tendências políticas variadas e antagônicas. Organizaram-se a partir de hierarquias próprias, estabeleceram vínculos, enfrentaram conflitos ou isolaram-se entre si. Subsistiram até o fim da Primeira República”. (MOREL, Marco. CPDOC)

Dessa forma, iniciaram-se acusações como uma ‘luta surda de ideias’ que acontecia ‘entre o púlpito da igreja e os dirigentes maçônicos de má fé’ [...] que poucos eram os “espíritos maçônicos italianos” que se encontravam na ex-Colônia, entretanto, esses imigrantes haviam trazido da pátria de origem um plano de eliminar ‘todo o elemento a eles nocivo’. Assim, o padre Pedro Luiz tentava transmitir a ideia de que havia uma maçonaria que reproduzia no sul do Brasil a índole violenta tal como era na Itália (VENDRAME, 2016, p. 49).

A primeira revolta ocorreu em 26 de novembro de 1891, 36 dias após a eleição do Conselho Municipal,⁹⁰ também conhecida como “revolta dos colonos”. Os revoltosos tomaram a Intendência,⁹¹ e a Junta Governativa⁹² foi deposta pela Junta Revolucionária Municipal⁹³, liderada por Affonso Amábile e presidida por Francisco Januário Salerno (delegado de Polícia do município, nomeado pelo governo estadual).⁹⁴ O objetivo da revolta era acabar com os elevados impostos cobrados da população de Caxias, e da falta de estradas e da manutenção das que haviam na região.

O estado crítico de desordem que se encontrava o município de Caxias foi definido pelo Conselho Municipal em ofício ao governador do estado (1892):

“[...] não foi possível a este Conselho confeccionar o projeto do orçamento municipal [...]”. O ofício informava ainda que Salerno havia retirado os móveis da casa onde funcionava a Intendência e que a vila se encontrava na maior anarquia. A apreensão dos móveis e objetos pela Junta Revolucionária foi no sentido de impedir o Conselho de administrar o município.

Diante desta situação e a fim de pacificar a população, o governador tomou medidas como aumentar o número de conselheiros, nomeou integrantes da Junta Revolucionária ao Conselho Municipal e indicou Maineri, do Partido Republicano Rio-grandense e uma das

⁹⁰ Composto por sete membros eleitos, o Conselho Municipal junto com a Junta Governativa foi a responsável pela administração do Município de Caxias até julho de 1892.

⁹¹ Entre os anos de 1892-1930, a administração do Município e o Executivo Municipal de Caxias eram denominados de Intendência. A partir de 1930, passou a ser chamado de Prefeitura Municipal de Caxias.

⁹² A Junta Governativa era responsável pela direção Municipal e era composta por três membros eleitos, onde se concentravam os poderes Legislativo e Executivo. Em 1890 foram eleitos como forma de governo provisórios os membros Ângelo Chitolina, Ernesto Marsiaj e Salvador Sartori. Junto com o Conselho Municipal, a Junta Governativa governou o município de Caxias até o ano de 1892, até a nomeação do primeiro Intendente Antônio Xavier da Luz em julho de 1892.

⁹³ Durante a primeira Revolta chamada de Revolta dos Colonos ocorrida em Caxias no ano de 1891, a fim de protestar contra as altas cobranças de impostos atrasados com juros e multas e também contra as más condições das estradas da região. Em 26 de novembro do mesmo ano liderados pelo delegado de polícia Francisco Januário Salerno a Junta Revolucionária derrubou a Junta Governativa e instalou uma Junta Revolucionária.

⁹⁴ Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul (ONZI, 2012, p. 32–33).

lideranças na Revolta dos Colonos, para a presidência. Esta última ação não foi do agrado da oposição, o que desencadeou a segunda revolta.

Em julho de 1892, ocorre a Segunda Revolta, diante do descontentamento de ambos os lados o grupo de revoltosos da primeira revolta se manifesta novamente, liderados por Francisco Salerno e Affonso Amábile, contava com o apoio do Bacharel Manuel Claudino de Mello e Silva e do juiz distrital, Miguel Antônio Dutra Neto, do governo estadual. A justificativa da manifestação foi a decisão do Conselho Municipal de cobrar dos colonos, com juros, os impostos atrasados⁹⁵. Contudo desta vez a revolta contou com o apoio das autoridades policiais e o Conselho Municipal foi deposto pela Junta Revolucionária, os revolucionários assumindo, assim, a administração municipal⁹⁶.

A Junta Revolucionária também encaminhou ofício ao governador do estado, datado de 27 de junho, comunicando que havia tomado posse da Intendência e argumentando que tal episódio ocorrera devido à má administração do Conselho e pela cobrança de impostos, acrescida de multas e juros. Comunicava também que os integrantes foram escolhidos por aclamação pública e que administrariam a Vila⁹⁷.

A fim de acabar com a revolta, o governador nomeou Antônio Xavier da Luz chefe da Intendência Municipal; esse, ao assumir, nomeou Luiz Pieruccini – “revolucionário” - como subintendente. Em 26 de setembro de 1892, o Conselho Municipal tomou posse como Poder Legislativo. Sendo assim, o primeiro Conselho Municipal exerceu as funções de Executivo e também de Poder Legislativo.⁹⁸

Diante desse cenário é importante ressaltar que a localidade de Caxias passou por dez anos de instabilidade política e revoltas.

No período de 1892 a 1902, em dez anos, Caxias teve quatro intendentes que administraram o município, sendo que todos se exoneraram do cargo: Antônio Xavier da Luz, intendente de 1892 a 1894; José Domingos de Almeida, de 1894 a 1895; Alorino Machado de Lucena, em 1895; José Cândido de Campos Júnior, de 1895 a 1902, que se demitiu do cargo após desentendimentos com a Associação dos Comerciantes⁹⁹.

⁹⁵ Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul (ONZI, 2012, p. 33).

⁹⁶ Os revolucionários Luiz Pieruccini, Domingos Maineri e Vicente Rovea assumem a administração do Conselho Municipal. Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul (ONZI, 2012, p. 33).

⁹⁷ Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul (ONZI, 2012, p. 33-34).

⁹⁸ Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul (ONZI, 2012, p. 34).

⁹⁹ Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul (ONZI, 2012, p. 32).

Tabela 6 - Intendentes de Caxias

Intendente	Ano
Antonio Xavier da Luz	1892
José Domingos de Almeida	1894
Alorino Machado de Lucena	15/09/1895
José Cândido Campos Junior	03/10/1895
Alfredo Soares de Abreu	1902
Vicente Rovea	1908
Cel. José Penna de Moraes	1912
Celeste Gobatto	1924

Fonte: Compilação da autora.

Além destas revoltas e instabilidade política, como já citado anteriormente, na região havia uma disputa ideológica entre a Maçonaria e a Igreja Católica. Diante do cenário de desavenças, a Igreja católica fundou, no ano de 1896, o comitê Católico Santa Tereza e o Círculo Católico São Luiz Gonzaga de Juventude Católica de Caxias, a fim mostrar sua oposição à maçonaria (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 20). Como ressalta Loraine Giron (2001, p. 20), “vários incidentes ocorrem entre maçons e membros dos comitês católicos”. A situação social na região não era amistosa, pelo contrário, foi marcada por disputas entre as Lojas de Maçons e a Igreja Católica. Segundo Loraine Giron (2001, p. 20), estes comitês instalados em Caxias se organizavam na zona rural, nas várias léguas e linhas.

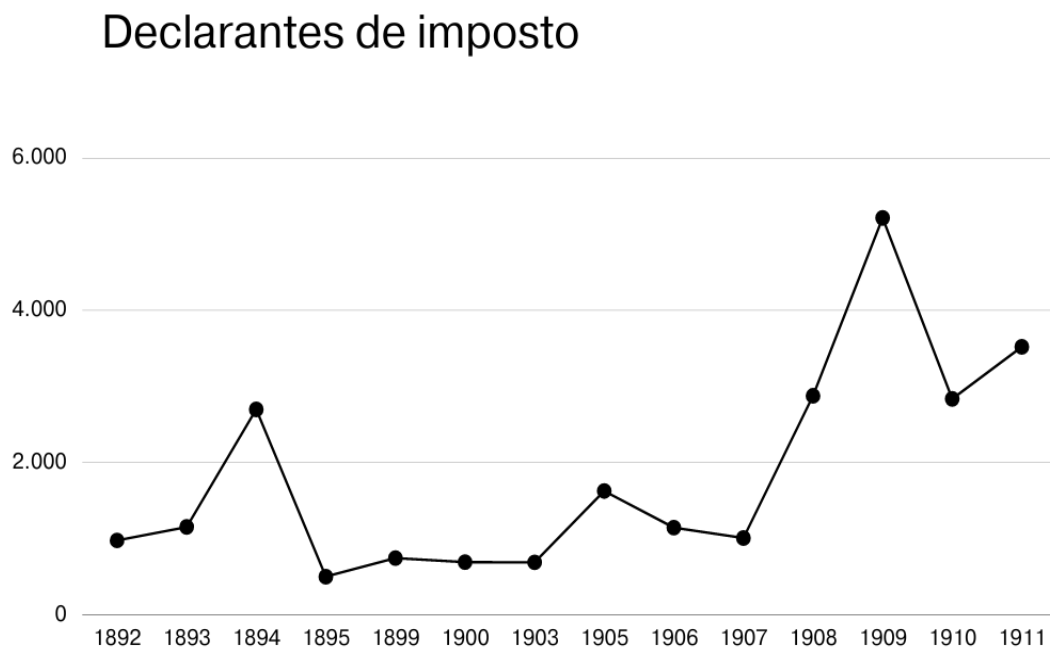
Dessa forma, Anna Rech não estava imune a todas estas situações que se instalaram na região de Caxias. Como já vimos, a imigrante tinha proximidade com a Igreja católica, colaborando e compactuando com os homens da Igreja. Sendo assim, podemos pressupor que Anna tinha um lado nessa disputa entre maçons e católicos. Visto que O Intendente Campos Junior que ficou no poder entre 1895 e 1902, era Maçom e amigo pessoal de Júlio de Castilhos (Presidente do Rio Grande do Sul entre 1891/1893-1898) (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 88).

As disputas instauradas no Rio Grande do Sul entre Federalistas e Republicanos também dividiu os comerciantes e a população de Caxias. Segundo Giron (2001, p. 73), mesmo após a emancipação questões políticas ainda dividiam a população caxiense. As lideranças da localidade estavam em lados opostos: Ernesto Marsiaj era republicano), e

Vicente Rovea era federalista, lembrando que Rovea seria intendente de Caxias no período de 1908-1912.

Entende-se que os habitantes de Caxias não eram homogêneos, pois havia, além de italianos e brasileiros, outras nacionalidades, como ressalta Giron (2001, p. 74): “Em 1878, a sede Dante, área urbana da Colônia Caxias, contava com 800 famílias, compostas de 3.880 pessoas, de diversas nacionalidades: alemã, boêmia, polaca e francesa, e 2.315 eram italianos”. Sendo assim, não tratamos apenas da área urbana de Caxias, mas também da rural, visto que os livros de impostos abrangem toda a Intendência de Caxias. Dessa forma, generalizar a população da região como sendo toda homogênea e apenas de imigrantes italianos é um equívoco, pois precisamos compreender que são diferentes realidades dentro de uma mesma sociedade.

A questão do ciclo de vida também é um ponto a ser levantado ao trabalharmos com os livros de impostos. Os imigrantes, em sua maioria, chegaram ao Brasil em um período de reprodução, ou seja, estavam construindo suas famílias. Após algumas décadas das chegadas, percebemos que o ciclo de suas vidas mudou. Estas famílias agora viviam outro momento, de certa estabilidade financeira e com os filhos crescidos e buscando novos investimentos em terras e patrimônio.

Gráfico 6 - Registro de impostos sobre indústria e produção gênero

Fonte: Compilação da autora.

Por outro lado, essa diferença observada pode estar relacionada a fatores específicos que ocorreram durante esse período. Notamos uma diferença significativa no número de mulheres pagantes de impostos entre os anos de 1892 a 1894 e nos anos seguintes de 1895 a 1900. Isso indica mudanças na participação econômica das mulheres. Sobre este aspecto precisamos ressaltar a importância de considerarmos o ciclo de vida.¹⁰⁰ Segundo Márcia Sanocki Stormowski (2005, p. 21), o ciclo de vida familiar é um fator importante para a análise nos estudos relacionados à economia, visto que o número de trabalhadores e consumidores afeta diretamente o equilíbrio da economia familiar.

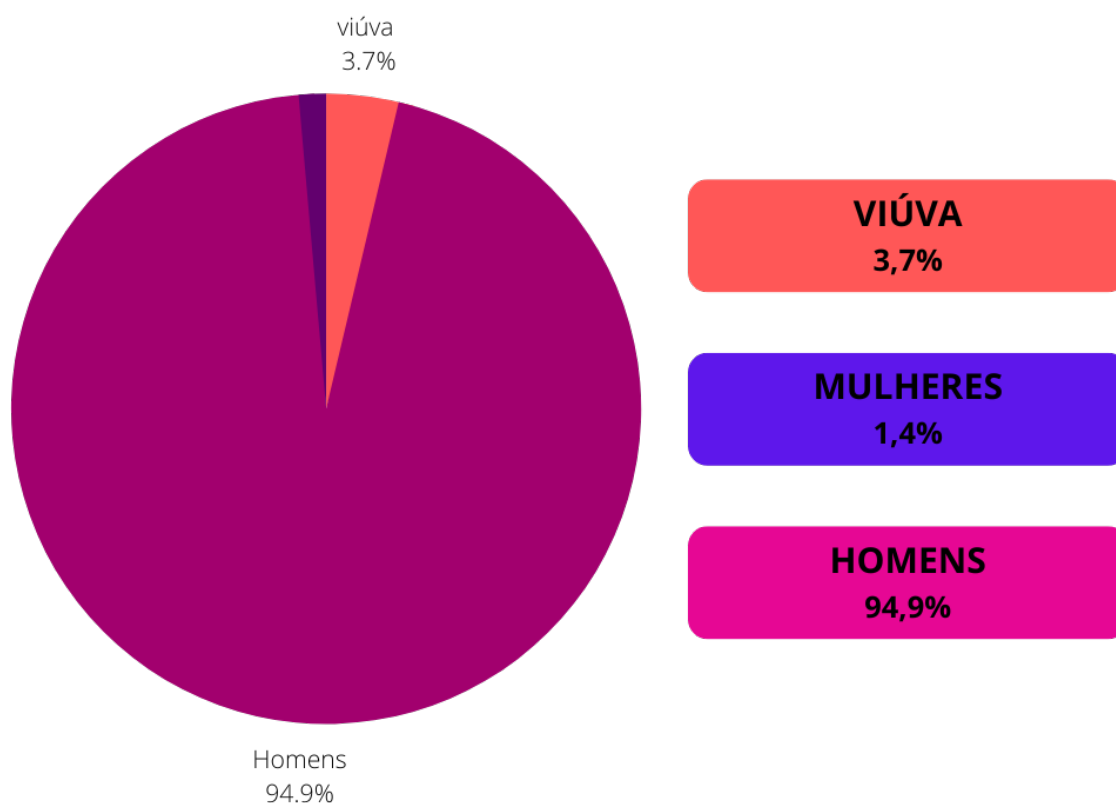
Sendo assim nos livros de tributos de Caxias, durante os anos de 1903 a 1909, ocorreu um brusco aumento no número de mulheres que pagaram impostos. No entanto, a partir de 1910, houve uma queda significativa nesses números, com apenas uma mulher registrada

¹⁰⁰ A busca pela sobrevivência faz com que muitas famílias optem por migrar a fim de melhores condições de vida. Para compreender este movimento Alexander Chayanov (1974) discute a realidade do campesinato russo, a subsistência da agricultura familiar e o acúmulo de capital (CHAYANOV, 1974).

como pagante de impostos no ano. É interessante notar que, ao mesmo tempo, o número de viúvas aumentou consideravelmente, passando de duas em 1907 para 211 em 1908. É provável que houve uma tentativa – bem sucedida – de organizar melhor a cobrança de impostos por parte do município, que alcançou várias viúvas que não haviam contribuído em 1907.¹⁰¹

Muitas das imigrantes italianas nos anos de 1907-1910 estavam já na fase final de suas vidas, visto que estas chegaram à colônia em idade reprodutiva, sendo assim, já havia se passado pelo menos duas décadas de suas chegadas, assim como os seus cônjuges.

Gráfico 7 - Registro de impostos sobre indústria e produção gênero



Fonte: Compilação da autora.

Essas informações podem ser lidas de diferentes perspectivas. O aumento brusco no número de mulheres pagando impostos entre 1903 e 1909 pode indicar mudanças socioeconômicas que ocorreram durante esse período, como um aumento da participação

¹⁰¹ Essa explicação é mais plausível do que afirmar que muitos homens morreram e deixaram suas mulheres em estado de viuvez de um ano para o outro sem que se tenha constatado em fontes históricas uma tragédia coletiva que vitimou apenas os homens.

feminina no mercado de trabalho, maior independência financeira das mulheres ou, o mais provável, é que se começou a exigir o pagamento de tarifas sobre atividades antes dispensadas dos encargos econômicos, como a venda do vinho, pão, salame, crochê, trança, chapéu de palha entre outros produtos caseiros, vendidos de forma ambulante ou em feiras.

Na praça, nos dias de domingo e feriados religiosos, havia um intenso comércio. Quitandeiros, quituteiras, feirantes e artesãos ali se encontravam para vender seus produtos, somando-se ao comércio estabelecido nos chamados quiosques. Nos dias santos, os colonos vinham à missa aproveitavam para vender seus produtos e fazer compras. A centralização das vendas fazia da praça um centro comercial dinâmico e um lugar alegre de confraternização.

A queda drástica no número de mulheres pagadoras de impostos a partir de 1910 é intrigante e pode sugerir que houve algum evento específico ou uma mudança nas políticas fiscais que afetou diretamente à obrigação das mulheres em pagar impostos. Podemos igualmente destacar que a mudança do engenheiro chefe pode ser um fator decisivo para esta alteração, visto que o mesmo era quem decidia a quem e sobre o que deveria se cobrar os impostos. Neste período, o intendente de Caxias era Vicente Rovea, denominado federalista.

O aumento no número de viúvas entre 1907 e 1908 é um ponto a se refletir. Ao contrário de indicar que houve um aumento no número de mulheres que perderam seus cônjuges de um ano para o outro, o mais provável é que o status civil passou a ser uma informação importante para o registro da Intendência. O fato de haver um grande número de viúvas em comparação com o número de mulheres pagando impostos em 1910 (conforme Figura 17 abaixo), sugere que a condição de viuvez pode ter tido algum impacto nas obrigações fiscais das mulheres.

Sendo assim, poderia ter sido uma forma de o escrivão do engenheiro chefe da administração da colônia optar por um método organizacional para trazer os contribuintes em ordem alfabética. Todas as mulheres aparecem juntas na letra "V", criando, desta forma, uma subdivisão em seus registros só para as mulheres. O *status* de viúva possibilitava certa aceitação para a comunidade, visto que ser viúva não era uma escolha e estas mulheres precisavam assumir a frente dos negócios econômicos de suas famílias, não por uma escolha, mas sim uma obrigação.

Figura 17 - Registro de impostos sobre indústria e produção

455	Rosatori	19 lotes
456	Fronco	Azevedo
457	Vicente Pecesari	Vicentina
458	Valentini Panarello	
459	Fasqual	
460	Somacal	
461	Venancio Giordani	Portugal
462	Wenzel Fiedler	Terrou
463	Zacharias Mangini	Nova Milano
464	Viuva Angela Fontanello	Sinha Vicentina
465	Anna Less	Azevedo
466	Gobatto	
467	Joseghin	
468	Josephina Terri	
469	Tini	
470	Pambina Taraboni	

Fonte: Registro online site: Arquivo Spadari Adami, livros Impostos sobre Indústria e Produção, ano 1910.

Percebemos um aumento no número de mulheres pagando impostos entre 1903 e 1909, seguido por uma queda significativa a partir de 1910. O documento também indica para um aumento no número de viúvas durante esse período. Essas observações levantam questões sobre mudanças socioeconômicas e eventos específicos que podem ter influenciado esses padrões. O escrivão categorizou, nos anos de 1908 a 1911, todas as mulheres como viúvas nos livros de impostos, e isso é uma informação importante e intrigante.

No período em questão, a cobrança de impostos era uma forma fundamental da arrecadação de recursos pelo governo. Contudo, a maneira pela qual estes impostos eram registrados poderia variar. As mulheres, assim como os homens, também pagavam impostos sobre suas atividades financeiras. Percebemos, através da fonte, que as atividades sujeitas a impostos pelas mulheres eram diversas.

Sobre isso, destacamos algumas das atividades comuns nos registros de impostos, como: botequim, serraria, alambique, ferraria, sapataria, tropa, moinho, entre outros. Contudo, o mais registrado foi o "pessoal", e devemos destacar que os termos variam conforme o escrivão que registrava o pagamento dos impostos. As atividades como venda de trança, pão,

salame, queijo e outros produtos são encontrados em alguns livros e em suas incidências normalmente são atividades declaradas por mulheres.

Podemos encontrar outras mulheres viúvas italianas comerciantes no Rio Grande do Sul, incluindo Angelina Rech, que abriu uma loja de tecidos em Caxias do Sul após a morte de seu marido, e Maria Sandrin, que fundou uma pequena vinícola em Garibaldi também após a morte do marido. Essa última aparece recorrentemente nos livros de declaração de impostos utilizados nesta pesquisa.

Outra mulher que não podemos deixar de destacar é Luiza Eberle, conhecida como “Gigia Bandeira”, uma imigrante italiana que trabalhava como funileira. Gigia, diferentemente de Anna, veio para o Brasil com seu esposo e cuidou da funilaria para seu marido que preferia trabalhar no campo e como barbeiro nos finais de semana. Segundo Maria Abel Machado (1998, p. 83), “foi Gigia que ensinou o filho Abramo Eberle a trabalhar com as folhas de flandres e com as primeiras máquinas da funilaria, na fabricação de artigos de uso doméstico”. Por cerca de dez anos, Gigia tomou conta da funilaria que, em seguida, seria dirigida por seu filho Abramo e ficaria conhecida e renomada na cidade de Caxias do Sul.

Concluimos esse capítulo afirmando que Anna Rech mostrou-se uma mulher astuta e perseverante, sabendo bem em que posição se encontrava na localidade. Posição essa de mulher, viúva, comerciante e parteira. Através das atitudes da imigrante podemos considerar que ela buscou saídas que estavam em seu horizonte de possibilidades, dentro de suas condições e normas sociais do período, destacando-se em suas atividades na região. Mesmo a localidade enfrentando disputas ideológicas (Maçonaria e Igreja católica) e políticas (Federalistas e Republicanos), percebemos que Anna não ficou neutra, visto seu apoio à Igreja Católica por meio da parceria estabelecida com os monges camaldulenses. Essa proximidade pode ser notada nos escritos dos próprios monges, assim como nos livros publicados por alguns padres¹⁰² ao falarem da imigrante como uma mulher devota e fiel à sua fé.

¹⁰² Como os padres João Leonir Dall’Alba (2013) e Antonio Tomiello (1987/1997).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Anna Rech nos oferece inúmeros caminhos para reflexões sobre a vida das mulheres imigrantes no Brasil do século XIX. Ela nos mostrou desafios passados por uma mulher viúva, mãe de sete filhos e imigrante em uma sociedade assentada no patriarcalismo, que impunha regras sociais às mulheres.

Primeiramente, a trajetória de Anna Rech nos mostrou como as mulheres imigrantes eram agentes da construção de suas próprias vidas. Anna não apenas abraçou a responsabilidade de cuidar de sua família, assumindo o papel de chefe, mas também se mostrou protagonista de sua vida financeira, atuando como comerciante, dona de pousada e botequim, e uma renomada parteira. Os primeiros eram papéis tradicionalmente reservados aos homens na sociedade em questão, mas dada a circunstância em que Anna se encontrava, a necessidade de sustentar sua família e se estabelecer no novo território, levou a imigrante a desafiar essas convenções. Mesmo com seu filho Angelo podendo assumir a frente da família e dos negócios, vemos Anna indo contra as expectativas da época, tomando a frente na condução de diversos assuntos.

A forma como Anna Rech gerenciou sua imagem pública revelava uma compreensão das expectativas sociais da época. Ela buscou se afastar de rumores negativos e julgamentos públicos, adotando estratégias que possivelmente colaboraram para abafar qualquer possível rumor sobre suas atividades, como, por exemplo, a abertura de sua pousada que colaborou para evitar suspeitas sobre suas atividades como parteira. Sua capacidade de contornar as normas sociais sem perder a credibilidade, demonstra sua habilidade em equilibrar as exigências da comunidade com suas próprias necessidades.

Embora suas motivações possam ser debatidas, a generosidade de Anna Rech e suas doações à comunidade são aspectos que merecem a nossa atenção. Seus atos de caridade sem uma motivação além da ânsia de doar, possibilitaram a construção de uma boa imagem pública da imigrante, que colaboraram para a obtenção da confiança dos moradores locais. Anna foi vista como alguém que se preocupava com o bem-estar dos outros. Isso nos mostra como a solidariedade e as redes eram fatores importantes dentro destas comunidades de imigrantes.

Anna Rech é mencionada nos registros fiscais como declarante de impostos, o que nos proporcionou debater questões sobre o status econômico das mulheres do período. Concluimos que a condição de viuvez afetava as obrigações fiscais das mulheres, a partir das mudanças percebidas no número de mulheres que declararam impostos e o aumento do

número de viúvas que aparecem nos registros. Este tópico nos faz refletir sobre como a sociedade via as mulheres viúvas e como elas eram tratadas em termos de impostos e obrigações fiscais.

A trajetória da imigrante Anna Rech é um exemplo da capacidade de adaptação das mulheres em um contexto desafiador e masculinizado. Ela desafiou as normas de gênero de sua época, e encontrou formas de equilibrar as expectativas sociais com suas próprias necessidades e realidade. Ressaltamos a importância de considerar e valorizar as contribuições das mulheres imigrantes na construção da sociedade brasileira e explorá-las mais a fundo, buscando as experiências individuais que moldaram nosso passado coletivo.

A trajetória e a memória de Anna Rech forjaram uma figura heterogênea que desafiou as normas de seu tempo: era comerciante, parteira, viúva e mãe de sete filhos, e que posteriormente se tornou uma referência de mulher imigrante. O monumento que hoje homenageia a imigrante Anna é mais do que uma representação física: carrega o sentimento de reverência e de rememoração à figura do imigrante italiano.

A construção desse monumento e a simbólica reativação da memória de Anna Rech durante os festejos do Centenário de sua chegada ao Brasil, demonstram um reconhecimento tardio de sua importância histórica. Sua trajetória de vida, permeada por desafios e conquistas, é exaltada por seus conterrâneos, buscando rememorar e conceder à figura de Anna Rech o lugar de exemplo de mulher imigrante, uma trajetória que merece ser destacada e explorada.

Este movimento de posituação da imagem de Anna foi liderado pelo Pe. João Leonir e apoiado por outros membros da comunidade. Percebemos que sua ligação com a Igreja católica permaneceu mesmo após a sua morte. No entanto, é importante considerar que essa veneração não era unânime na comunidade. Mesmo entre seus próprios descendentes não havia orgulho em exaltar uma ligação com a imigrante. Isso nos mostrou a complexidade de sua história e a diversidade de perspectivas que cercaram sua trajetória.

A existência de críticas ao comportamento de Anna Rech, embora não tenham sido muito enfatizadas - visto que os livros tinham o intuito de mostrar a imigrante como uma figura admirável -, nos mostraram que a construção da memória histórica é seletiva. Ela permitiu questionar as narrativas e considerar a multiplicidade de experiências e visões que existem dentro de todas as comunidades.

A trajetória da imigrante é um testemunho poderoso de determinação e capacidade de adaptação das mulheres imigrantes italianas no Brasil do século XIX. O monumento erguido em sua homenagem representa não apenas uma forma de homenagear a compatriota, mas

também um chamado para nós historiadores explorarmos e considerarmos as histórias não contadas e as mulheres silenciadas por suas singularidades e divergências com os padrões da época. Anna Rech é um símbolo de como as mulheres imigrantes, mesmo enfrentando desafios e adversidades, deixaram marcas na sociedade brasileira.

Diante de uma análise detalhada das informações encontradas no jornal “A Encrenca”, percebemos as complexidades nas normas sociais e no controle do comportamento das mulheres na época em que Anna Rech viveu e na comunidade em que ela se instalou. As homenagens à Anna como uma mulher imigrante notável nos mostram como ela se utilizou de algumas estratégias para superar os desafios, visto que viveu em um contexto altamente regulamentado por homens.

Anna Rech nos mostrou como, mesmo em um contexto de forte controle social e normas sobre o comportamento feminino, certas mulheres se destacaram e ganharam respeito por suas ações. Anna não apenas se destacou como parteira, comerciante e caridosa, mas também desafiou as expectativas ao se tornar uma figura respeitada, mesmo como mulher viúva sem uma presença masculina ao seu lado. Percebemos, em suas ações solidárias de doações, interesses estratégicos envolvidos, como, por exemplo, manter boas relações com líderes religiosos e a Igreja.

As mulheres eram constantemente vigiadas e julgadas em relação ao seu estado civil e seus comportamentos; cada status civil carregava expectativas específicas sobre elas. No entanto, algumas mulheres, especialmente as viúvas, encontravam maneiras de desafiar essas normas, assumindo negócios familiares e adentrando em campos tradicionalmente ocupados por homens. Isso nos mostrou a capacidade de adaptação das mulheres diante das restrições sociais. Além disso, a exposição pública pelos jornais das más condutas femininas (mas não apenas delas) serviu como uma ferramenta de controle social. A ameaça de ter sua vida arruinada publicamente foi uma ferramenta que servia para desencorajar aquelas que pretendiam desafiar as normas sociais.

Ao percorrer a trajetória de Anna e os contextos sociais que a cercavam, podemos compreender melhor como as mulheres lidavam com as restrições sociais e buscavam maneiras de prosperar, desafiando as expectativas da sociedade a qual pertenciam. A atuação como parteira não era apenas uma questão de prestação de assistência e cura, mas também envolvia a necessidade de proteger e evitar rumores negativos que prejudicassem tanto a parteira quanto sua clientela. A preservação da privacidade era fundamental, e a presença de uma pousada em sua casa certamente colaborou para evitar suspeitas sobre as visitas de suas

clientes à sua residência. Isso demonstra a complexidade das estratégias adotadas por Anna para manter sua reputação e a confiança de sua clientela.

As consequências negativas de uma má conduta ou de práticas não aceitáveis pela sociedade da época se estendiam não apenas à parteira e à mulher em questão, mas também às suas famílias. A honra de todo o grupo familiar era arruinada, o que aumentava a pressão sobre ambas as partes. Desta forma, percebeu-se a importância das redes interpessoais que estas imigrantes precisavam construir, como forma de apoio fundamental para o período.

Ser uma mulher viúva e parteira era uma posição delicada na sociedade da serra gaúcha do fim do século XIX e início do século XX. Através das análises foi possível perceber nuances entre as crenças e costumes italianos e os brasileiros da época. O fato de Anna ser uma mulher viúva com um passado desconhecido levantou suspeitas e questionamentos sobre sua conduta - como saber se Anna falava a verdade quanto a seu estado de viuvez -, o que demonstra como a falta de informações pode contribuir para a formação de uma desconfiança na comunidade.

O casamento de sua filha Joana com o fazendeiro Antunes, após analisarmos as fontes, podemos entendê-la como uma estratégia - mesmo que não previamente calculada - para fortalecer os laços na comunidade e conquistar mais respeito e confiança de seus vizinhos. Isso, por sua vez, trouxe benefícios tanto no aspecto social, com a expansão de suas redes, quanto no aspecto econômico, com um aumento na clientela de seu comércio e pousada, visto que seu genro era um conhecido e respeitado homem da região.

Destacamos a complexidade da vida de Anna Rech como parteira, imigrante, viúva e comerciante em um ambiente altamente regulamentado. Suas estratégias para evitar rumores negativos, sua adaptação aos costumes locais e sua busca por oportunidades que pudessem melhorar sua posição na comunidade, demonstram sua habilidade de adaptação, assim como das inúmeras mulheres que viveram neste contexto social que favorecia a subordinação feminina.

Diante dos registros de impostos, concluímos que a vida e as atividades de Anna Rech foram influenciadas por uma série de fatores, sendo estes financeiros, sociais e culturais. A análise dos registros fiscais sugere que Anna pode ter enfrentado dificuldades financeiras em 1906, o que levou à imigrante a declarar o fechamento de seu botequim, atividade retomada normalmente no ano seguinte. Esse fechamento por um ano pode ter sido uma estratégia para evitar o pagamento de impostos, refletindo possíveis insatisfações com o sistema tributário ou

até mesmo a crença de que poderia escapar das obrigações fiscais mediante à sua condição de viúva.

Ser viúva muitas vezes gerava impactos quanto a sua capacidade de chefiar sua vida econômica e de suas famílias. Desta forma, muitas viúvas alegavam incapacidade e pediam a isenção das obrigações fiscais. Contudo, o aumento do registro de mulheres viúvas declarantes de impostos sugere que algumas mulheres foram registradas como viúvas, mesmo que não o fossem, possivelmente por razões de organização do responsável pelos registros ou mesmo culturais. Seria mais aceitável pelos olhos da sociedade uma viúva declarar suas atividades econômicas do que uma mulher casada, visto que a viúva não teria escolha com a morte de seu cônjuge.

As atividades econômicas das mulheres variaram, com registros de atuarem como proprietárias de botequim, serraria, alambique, ferraria, sapataria, tropa, moinho e produção de produtos como trança, pão, salame e queijo. A mudança no número de mulheres pagadoras de impostos a partir de 1910 nos sugere a possibilidade de eventos ou mudanças nas políticas fiscais que afetaram as obrigações das mulheres quanto ao pagamento de impostos sobre suas atividades econômicas.

Por fim, concluímos que a trajetória de Anna Rech reflete a complexidade das questões financeiras e sociais enfrentadas pelas mulheres imigrantes no fim do século XIX e início do século XX. A capacidade de adaptação destas mulheres e suas estratégias para driblar as normas sociais do período são evidenciadas pela perseverança de trajetórias como a de Anna. A imigrante surgiu como uma figura que soube “navegar” em um ambiente desafiador e que, por meio de suas ações e escolhas, deixou resquícios dignos de análise e reflexão que possibilitaram compreender mais sobre as mulheres daquele período.

6 FONTES E REFERÊNCIAS

Fontes:

Biografia de João Becker. Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/becker-joao>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

DECRETO Nº 22.601, DE 24 DE AGOSTO DE 1973. Disponível: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=35283&hTexto=&Hid_IDNorma=35283#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2022.601%20DE%2024,Bi%C3%AAnio%20da%20Coloniza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Imigra%C3%A7%C3%A3o.>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

DECRETO Nº 22.410 DE 22 DE ABRIL DE 1973. Disponível: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=35283http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=35283&hTexto=&Hid_IDNorma=35283#:~:text=Institui%20o%20S%C3%ADmbolo%20do%20Bi%C3%AAnio%20da%20Coloniza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Imigra%C3%A7%C3%A3o.>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

Matéria do Jornal Pioneiro "Bruno Segalla, O Operário da Arte pode ser visitada em Caxias". Disponível: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/noticia/2011/06/bruno-segalla-o-operario-da-arte-pode-ser-visitada-em-caxias-3334641.html>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

Referências:

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. **Imprensa: fonte de estudo para construção e reconstrução da História. X Encontro Estadual de História.** 26 a 30 de julho de 2010. Santa Maria - RS.

ALBERTI, Verena; HEYMANN, Luciana. “Acervos de História Oral: um patrimônio silencioso”. In: BAUER, Letícia B.; BORGES, Viviane T (orgs). **História Oral e Patrimônio Cultural: potencialidades e transformações.** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 11-29.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. **Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar.** Revista Patrimônio e Memória. V.7; n.1; p.134- 170. Jun/2011.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana.** Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. – 10. Ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAHIA, Joana. **O tiro da Bruxa: Identidade, magia e religião na imigração alemã.** Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa Brasil-1900-2000.** Mauad Editora Ltda, 2007.

BARTH, Fredrik. 2000. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas** (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 243 pp.

BATTISTEL, Arlindo I; COSTA, Rovílio. **Assim vivem os italianos: a vida italiana em fotografias.** Porto Alegre: EST/EDUCS: 1934.

BATTISTEL, Arlindo I; COSTA, Rovílio. **Assim vivem os italianos: religião, música, trabalho e lazer.** Porto Alegre: EST/EDUCS: 1934.

BATTISTEL, Arlindo I; COSTA, Rovílio. **Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias.** Porto Alegre: EST/EDUCS: 1934.

BENEDUZI, Luis Fernando **Por um branqueamento mais rápido: identidade e racismo nas narrativas do álbum do Cinquentenário da imigração italiana no sul do Brasil.** Antíteses, vol. 4, núm. 7, janeiro-junho, 2011.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política.** Editora: Boitempo, SP, 2014.

BOTH, Elizabeth. **Família e Rede Social.** Editora: Francisco Alves, Rio de Janeiro: 1976.

BORTOLANZA, Karina. **“Quem sabe curar sabe destruir”: práticas de cura entre os descendentes de imigrantes italianos, Farroupilha, século XXI.** In: CEHLA: Colóquio Discente de Estudos Históricos Latino-Americanos, 2018, São Leopoldo. Polaridade, Conexões Brasil e América Latina. São Leopoldo: UNISINOS, 2018, p. 621-629.

BORTOLANZA, Karina. **“Me gá contato cozi”:** Práticas de cura entre descendentes de imigrantes italianos, Farroupilha século XIX. Trabalho de Conclusão de Curso em História. São Leopoldo: UNISINOS, 2019.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural.** São Leopoldo: Unisinos, 2003, 1ª ed., ALDUS – Vol. 18.

BRUSCHINI, M. C. A.; UNBAHAUM, S. G. **Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil.** In: _____. Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Ed. 34, 2002. p. 17-58.

CASTAN, Nicole. **O público e o particular.** In: CHARTIER, Roger; ARIÈS, Philippe (orgs.). História da Vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

CONSTANTINO, Núncia S. de. **Estudos de imigração italiana: tendências historiográficas no Brasil meridional**. São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. “Eroe e Mito: Garibaldi nel sud del Brasile”. In: Jan Marten Ivo Klaver; Gabriela Morisco; Gilberto Piccinini. (Org.). **Garibaldi e gli ideali democratici internazionali**. Munique: Martin Meidenbauer, 2011, p. 157-164.

CORSO, Giuseppe. **Anna Rech di Pedavena**. 2ª. Ed. Pedavena, Belluno: Comune di Pedavena, 2001.

CORTEZE, Dilse P. **Ulisses va in America: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Univ., 2002.

COSTA, Rovílio; DE BONI, Luis Alberto; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élyo Caetano. **As colônias italianas Dona Isabel e Conde d’Eu**. Porto Alegre: EST, 1992.

COSTA, Rovílio. **Imigração Italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições**. Porto Alegre: EST, 1975.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger; ARIÈS, Philippe (orgs.). **História da Vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Viera Machado. 4ª ed. São Paulo: Estação liberdade: UNESP, 2006.

CHARÃO, Egiselda B. **Mulheres italianas e trabalho em Porto Alegre/RS (1945-1965): história de uma imigração esquecida**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

DALL’ALBA, H. **A saga dos camaldulenses no Rio Grande do Sul**. EDIPUCRS: Porto Alegre, 1999.

DALL’ALBA, João L.; RECH, Juarez E.; SUSIN, Valter A.; TOMIELLO, Antônio. **História do povo de Ana Rech, vol I**. Caxias do Sul: EDUCS, 1987.

DALL’ALBA, João L.; RECH, Juarez E.; SUSIN, Valter A.; TOMIELLO, Antônio. **História do povo de Ana Rech, Vol II**. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

DALL’ALBA, João L. **Origens e descendência de Anna Pauletti Rech**. Murialdo: Caxias do Sul, 2003.

DA COSTA, Maria I. C. . **A ENCRENCA: CRITICO, HUMORISTICO E NOTICIOSO.** Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/titulos-impessos-periodicos-literatura/a-encrenca-critico-humoristico-e-noticioso/>. Acesso: 27/11/2023, as 14:43 horas.

DE BONI, Luís A. **A presença italiana no Brasil, Vol. III.** Porto Alegre: Torino, 1996.

DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio. **Far la Mérica, a presença italiana no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: RIOCELL, 1991.

DE BONI, Luis Alberto (org.). **La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos.** Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: EST, 1977.

DE BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovílio. **Far la mérica: A presença italiana no Rio Grande do Sul.** Vol III. Editora: Riocell, 1980.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo.** São Paulo: Edusp, 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2009.

GARDELIN, Mario; COSTA, Rovílio. **Os Povoadores da Colônia Caxias.** Porto Alegre: EST, (1992/2002).

GARDELIN, Mario. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul: Fontes Literárias.** Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: EST, 1988.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GIRON, Loraine. **Dominação e subordinação: mulheres e trabalho na pequena propriedade.** Porto Alegre: EST, 2008.

GIRON, Loraine e BERGAMASCHI, Heloísa. **Casas de Negócio: 125 Anos de Imigração Italiana e o Comércio Regional.** Caxias do Sul: EDUCS, 2001 (Com Heloísa Bergamaschi)

GIRON, Loraine. **Produção e reprodução: a mulher e o trabalho na região colonial italiana.** In: DE BONI, Luís A. **A presença italiana no Brasil, Vol. III.** Porto Alegre: Torino, 1996, p. 287 - 303.

GODELIER, Maurice. **O Enigma Do Dom. Traduzido por Eliana Aguiar.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 1996.

GOMES, Ângela de Castro. **A guardiã da memória.** **Acervo** - Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

GOMES, Ângela de Castro. **Notas sobre uma experiência de trabalho com fontes: arquivos privados e jornais.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 1, nº 2, set. 1981.

GROSSUTTI, Javier. **Non fu la miseria, ma la paura della miseria. La colonia della Nuova Fagagna nel Chaco argentino (1877-1881).** Forum Edizioni, 2009.

HERÉDIA, V. B. M. . **Trajetórias cruzadas: a experiência dos emigrantes italianos no Sul do Brasil.** HISTÓRIA UNISINOS , v. 21, p. 270-277, 2017.

IOTTI, Luiza Horn . **A política imigratória e sua legislação -1822 -1914.** In: XX Encontro Regional de História: História e Liberdade, 2010, Franca/SP. Anais - XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. São Paulo/SP, 2010.

IOTTI, Luiza Horn . **A Política imigratória brasileira e sua legislação - 1822-1914.** In: X Encontro Estadual de História, 2010, Santa Maria. O Brasil no Sul : cruzando fronteiras entre o regional e o nacional / X Encontro Estadual de História de 26 a 30 de julho de 2010. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2010.

IOTTI, Luiza Horn . **Presidentes da Província: a leitura oficial dos imigrantes italianos no Império.** In: XVI Simpósio da História da Imigração e Colonização, 2007, São Leopoldo/RS. Leituras e interpretações da imigração na América Latina. São Leopoldo/RS: Oikos, 2007. p. 460-472.

KARSBURG, Alexandre. **“A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias”.** In: VENDRAME, Maíra Ines (et. all.) (orgs.). Micro-História, trajetórias e imigração. São Leopoldo: Editora OIKOS, 2015, p. 32-52.

KARSBURG, A.; VENDRAME, M. **“Investigação e formalização na perspectiva da micro-história”.** In: Ensaios de Micro-história, trajetórias e imigração. São Leopoldo: Editora OIKOS, 2016, p. 86-113.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução: Bernardo Leitão... [et al.]. 7 ed. Revista - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens /Gerda Lerner (1986);** tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude – **O feiticeiro e sua magia na antropologia estrutural.** “Le Sorcier et sa magie”, in: Les Temps Modernes, 4º ano, nº 41, 1949, pp. 3-24. [Em português no Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1975, p. 193- 213].

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. **Usos da biografia.** In: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. Usos e abusos da história oral. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LIMA, Tatiane de. **A história da imigração italiana no Rio Grande do Sul em álbuns comemorativos.** História Unicap, v. 3 , n. 6, jul./dez. de 2016, p. 272-279.

_____. **A história da imigração italiana no Rio Grande do Sul em álbuns comemorativos.** São Leopoldo: UNISINOS, 2017.

LIOTTA, Salvatore. **A viagem de Anna Rech.** Caxias do Sul: Maneco, 2016.

LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante Italiano.** Estante do centenário da imigração italiana. Porto Alegre: SULINA, 1975.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Maria Abel. **Mulheres sem rosto.** Editora: Maneco, Caxias do Sul, 1998.

MAESTRI, Mario. **Os senhores da Serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul.** 3 ed. corrigida e ampliada. Passo fundo: EdiUPF, 2005.

MANFIO, Juliana Maria. **As comemorações do Centenário da Imigração Italiana em Vale Vêneto.** RIHGRGS, Porto Alegre, n. 152, p. 115-128, julho de 2017.

_____. **As comemorações do centenário da imigração italiana (colônia Silveira Martins, 1975- 1993): a construção da identidade étnica através da comida.** *Ágora.* Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 1, p.66-73, jan./jun. 2019.

_____. **A construção de uma memória: as comemorações do centenário da imigração italiana na região da ex-colônia Silveira Martins (1975-1993).** Tese de Doutorado em História, PPGH/UNISINOS, 2019. 235pp.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: Implicações econômicas e culturais.** Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MARTINS, Ana Luiza. **Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950.** *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, n. 31, 2003, p. 147-160.

MARTINS, Maria Cristina B; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Uma história em escalas: a microanálise e a historiografia latino-americana.** São Leopoldo: OIKOS, 2012.

MATOS, Maria Izilda Santos; TRUZZI, Osvaldo; CONCEIÇÃO, Carla Fernandes. **Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (interiores de São Paulo, 1880-1930).** *Revista Brasileira de Estudos Populacional,* Belo Horizonte, 35 (3): 2018, p. 1-25. Disponível em: <https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/1172>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MENEZES, Lená Medeiros de; MATOS, Maria Izilda Santos de. **Gênero e imigração: mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX).** São Paulo: e-Manuscrito, 2017. (e-book).

MERLOTI, Vânia H. **O mito do padre entre descendentes de imigrantes italianos.** Porto Alegre: EST, 1979.

MOREIRA, PAULO ROBERTO STAUDT ; WITTER, NIKELEN ACOSTA . **Costuma fornecer a diversas pessoas drogas abortivas-: o ofício das parteiras, disputas profissionais e sociabilidades femininas (Porto Alegre, RS, Primeira República)**. Revista Mundos do Trabalho(online) , v. 12, p. 1-22, 2020.

NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008

ONZI, Geni Salete (org.). **Palavra e Poder: 120 anos do Poder Legislativo em Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Ed. São Miguel, 2012, p. 32.

PASSERINI, Luisa. **Mitobiografia em história oral**. São Paulo: Proj. História, 1993.

PEREIRA, Syrléia . **As ?guardiãs da memória? e suas ?viagens de retorno?**. In: Ercole Sori; Anna Treves. (Org.). L'Italia in movimento: due secoli di migrazioni (XIX-XX). 1ed.Udine: FORUM, 2008, v. , p. 449-463.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **“O Mundo da imagem: território da história cultural”**. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy, SANTOS, Nádia Maria Weber, ROSSINI, Mirian de Souza (Orgs.). **Narrativas, Imagens e Práticas Sociais: Percursos em História Cultural - 1ªED**. Editora Asterisco, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PINTO, S. L. de A. (2013). **Museu e arquivo como lugares de memória**. Museologia & Interdisciplinaridade, 2013, p. 89.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. São Paulo: Proj. História, 1997. Potencialidades da memória no processo de ressignificação da história. 1 Flavia Riger* Clarícia Otto** 2013.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016

POSSAMAI, P. C. . **Igreja e Italianidade: Rio Grande do Sul (1875-1945)**. Revista de História (USP) , São Paulo, v. 141, p. 75-90, 1999.

POSSAMAI, P. C. . **O processo de construção da identidade Ítalo-sul-riograndense**. História Unisinos , v. 4, p. 49-57, 2007.

RAMOS, Eloisa H. Capovilla da Luz. **Imigrantes em monumentos: da gratidão às homenagens**. In: MARTINEZ, Elda Evangelina Gonzalez; RAMOS, Eloisa H. Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; CUNHA, Jorge Luiz da; WITT, Marcos Antônio. História da imigração: possibilidades e escrita. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013.

RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**. Porto Alegre: EST, 2001.

ROMANATO, Gianpaolo; HERÉDIA, Vania B. M. **Fontes diplomáticas: documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

SELISTER, Michelle Raupp. **A viúva rica com um olho chora e com outro repica: viúvas no Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

SHARPE, Jin. “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 39-62.

SCHMIDT, Benito Bisso (2012). **Trajetórias e vivência: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro**. Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 16. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11204>.

STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social : o caso da ex-colônia Caxias - 1875-1910**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

TOMAZ, Rodrigo Ballesteiro. **Herói e santidade: dois conceitos de análise para a pesquisa**. 2010.

VANINI, Ismael Antônio. **História, sexualidade e crime: imigrantes e descendentes na (RCI) região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1938/1958)**. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2008.

VAUCHEZ, André. “O santo”. In: **O Homem Medieval**. Direção de Jacques Le Goff. Lisboa, 1989.

VENDRAME, Máira I. **Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914)**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2007.

_____. **“Ofensas, reparações e controle comunitário: a justiça dos imigrantes italianos nos núcleos coloniais do sul do Brasil”**. In: *Métis: história & cultura*. V. 12, n. 23, jan/jun. 2013, p. 218-232.

_____. **“Viva a Itália e seu glorioso exército!” a imigração italiana e as manifestações de italianidade nas memórias de Andrea Pozzobon (1885-1915)**. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 8, n. 1, jan./jun. 2015, p. 21-41.

_____. **O poder na Aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)**. São Leopoldo: OIKOS, 2016.

_____. **“Com tinta do meu sangue”: redes e mobilidades através das cartas de um imigrante italiano**. In: BENEDUZI, Luis; DADALTO, Maria Cristina. *Mobilidade*

Humanidade e circularidade de ideias: diálogos entre América Latina e a Europa. Veneza: Edizioni Ca'Foscari, 2017, p. 67-78.

_____. (2017a). **Donas do próprio destino? Experiências transnacionais de imigrantes italianas no Brasil meridional**. En Vendrame, M. I. y Pereira, S. M. (Orgs.), *Mulheres em movimento: experiências, conexões e trajetórias transnacionais* (pp. 85-133). São Leopoldo: OIKOS - Editora Unisinos.

_____. **Em busca da República de Deus: revoltas camponesas e agentes da emigração no norte italiano (século XIX)**. TEMPO (NITERÓI. ONLINE), v. 23, p. 22-42, 2017.

_____. **“Segredos revelados: vergonha, escândalo e crime de infanticídio nos núcleos de colonização europeia no sul do Brasil”**. In: VENDRAME, Máira Ines (Orgs.). *Crime e Justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa*. São Leopoldo: OIKOS, 2018. Pg. 100-135.

_____. **O “crime da parteira”: atuação de mulheres imigrantes no campo da saúde no espaço urbano de Porto Alegre (final do século XIX)**. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi, CARDOZO, José Carlos da Silva e SILVA, Jonathan Fachini da. (org.). *História das mulheres no Brasil Meridional*. 2. ed. [E-book]. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2022, p. 321-355.

_____. **"Un viaggio senza ritorno: a trajetória de uma camponesa italiana no Brasil meridional"**. In: Ruggiero, Antonio de & Fay, Claudia Musa. *História e narrativas transculturais entre a Europa Mediterrânea e a América Latina*. Edipucrs/Educs, 2017, s/pp.

VENDRAME, Máira I; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo R. Staudt (Orgs.). **Ensaio de micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: OIKOS, 2016.

VILLA, Deliso. **História Esquecida**. Fundação Pró-Memória: São Caetano do Sul, 2000.

WADI, Yonissa Marmitt. **A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura**. EDUFU: Uberlândia, 2009.

WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço: as práticas da cura no sul do Brasil (1845 a 1880)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

ZANINI, Maria. C. C. **Escrever e resistir: a literatura de descendentes de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul**. In: ZANINI, M. C. C., TEDESCO, J. C. (org.). *Migrantes ao Sul do Brasil*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010. pp - 259-276.

ZANINI, Maria. C. C. **A Família como Patrimônio: A Construção de Memórias entre Descendentes de Imigrantes Italianos**. CAMPOS - REVISTA DE ANTROPOLOGIA PPGAA/UFPR. 5(1):53-67, 2004. DISPONÍVEL EM: <https://revistas.ufpr.br/index.php/campos/article/viewFile/1635/1377>. Acesso em: 16 nov. 2023.